

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIST)

HISTÓRIA POLÍTICA, BIOGRAFIA E IMPRENSA:
uma nova ferramenta para Ensino de História do Maranhão Contemporâneo por
meio da Trajetória Política de José Sarney (1950-1970).

DRIELLE SOUZA BITTENCOURT

SÃO LUÍS

2019

DRIELLE SOUZA BITTENCOURT

HISTÓRIA POLÍTICA, BIOGRAFIA E IMPRENSA:
uma nova ferramenta para Ensino de História do Maranhão Contemporâneo por
meio da Trajetória Política de José Sarney (1950-1970).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Estadual do Maranhão, para
obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

SÃO LUÍS

2019

Bittencourt, Drielle Souza.

História política, biografia e imprensa: uma nova ferramenta para o ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da trajetória política de José Sarney (1950-1970) / Drielle Souza Bittencourt. – São Luís, 2019.

135 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

DRIELLE SOUZA BITTENCOURT

HISTÓRIA POLÍTICA, BIOGRAFIA E IMPRENSA:

uma nova ferramenta para Ensino de História do Maranhão Contemporâneo por meio da Trajetória Política de José Sarney (1950-1970).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)
PPGHIST/UEMA

Prof.^o Dr. ^o Fabio Henrique Monteiro (Arguidor)
PPGHIST/UEMA

Prof.^o Dr. ^o Victor de Oliveira Pinto Coelho (Arguidor)
PPGHIS/UFMA

Prof.^a Dr.^a Carine Dalmás (Arguidora)
PPGHIST/UEMA (Suplente)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal a construção de um guia didático para professor de História do Ensino Médio, que tratará sobre a trajetória política de José Sarney, de 1950 a 1970. A hipótese central é que através do estudo sobre a biografia política de Sarney, também poderá ser compreendida a História Política do Maranhão. Os materiais adotados nas escolas maranhenses privilegiam a História do eixo sul-sudeste, dessa forma, a História do Maranhão carece de materiais didáticos e paradidáticos. Na construção da biografia política e, conseqüentemente, do guia didático, serão utilizados como fontes principais os jornais maranhenses *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia* que, além de fontes, também são sujeitos históricos dos fatos aqui analisados, pois têm uma atuação bastante significativa. O uso dos jornais se justifica pela orientação teórica aqui adotada, centrada nos escritos do filósofo italiano Antonio Gramsci, que analisa o Estado de forma ampliada, ou seja, entre *Sociedade Política e Sociedade Civil* há uma forte interação, na última estão presentes os *Aparelhos Privados de Hegemonia*, neste trabalho os jornais, que incidem na formulação do consenso para nacionalizar o projeto político e econômico de uma classe (ou fração dela). Tratando-se do âmbito educacional, será apresentada uma possibilidade para construção de um ensino mais criativo e crítico através do modelo de *Escola Unitária*, proposta por Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Ensino de História; José Sarney; Biografia Política; Jornais.

ABSTRACT

This dissertation thesis aims to construct a didactical guide for High School history teachers related to the political trajectory of José Sarney, from 1950 to 1970. The central hypothesis is that throughout the study of the political biography of Sarney it is possible to understand the Political History of Maranhão in the investigated period. The books and materials adopted in Schools of Maranhão usually emphasizes one wing of the national history in Brazil, the south and southeast axis. Thus there is a lack of didactical materials upon the History of Maranhão. In the construction of the political biography and, consequently, of the didactic guide, the main newspapers used were O Imparcial, Jornal Pequeno and Jornal do Dia, which are both resources and historical subjects of the facts analyzed, once those Journals had a significant procedure in the context. The use of the newspapers as resources are justified by the theoretical orientation adopted in this work which is centered on the writings of the Italian philosopher Antonio Gramsci who analyzed the State in an extended way. The Gramsci method suggests that there is a strong interaction between Political Society and Civil Society in the last one is presented the Private Apparatus of Hegemony. This thesis assumes that the Journal's company cited above acted with a focus on the formulation of consensus to nationalize the political and economic projects of a class (or fraction thereof) in course. With regard to the educational scope, in order to propose a construction of a more creative and critic way of teaching through the model of Unitary School idealized by Antonio Gramsci will be presented in this work, a possibility of application.

Keywords: History teaching; José Sarney; Political Biography; Journals.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Propaganda de José Sarney 1.....	34
Imagem 2: Propaganda de José Sarney 2.....	34
Imagem 3: Propaganda de José Sarney 3.....	35
Imagem 4: Propaganda de José Sarney 4.....	35
Imagem 5: Charge do Foguete.....	40
Imagem 6: Período de apuração dos votos da eleição de 1965.....	43
Imagem 7: Newton Bello e procurador Araujinho.....	44
Imagem 8: Sarney é a esperança	57
Imagem 9: Sarney inaugura nova era.....	57
Imagem 10: Sarney está de gato construindo Novo Maranhão.....	58
Imagem 11: Sarney e Ribamar Boga.....	64
Imagem 12: Correio da Manhã.....	97
Imagem 13: Basta!.....	97
Imagem 14: Arrancada Democrática.....	98
Imagem 15: Líderes da Revolução indicam presidente	99
Imagem 16: Ensino Médio (Bncc).....	107
Imagem 17: Competências Gerais Da Educação Básica.....	108
Imagem 18: Capa do Guia Didático.....	121

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E ORGANOGRAMAS

Gráfico 1: Desempenho dos candidatos na eleição de 1965 no Maranhão.....	43
Quadro 1: Elementos para análise da estruturação do aparato burocrático a partir da chamada “Geração De 50”.....	47
Quadro 2: Composição da assessoria técnica do governo de José Sarney.....	48
Quadro 3: Secretários do governo de José Sarney.....	49
Quadro 4: Governos e influência de Sarney.....	65
Organograma 1: Postos políticos ocupados por Sarney.....	68

LISTA DE SIGLAS

A.I.1 – Ato Institucional Número Um
A.I.2 – Ato Institucional Número Dois
A.I.4 - Ato Institucional Número Quatro
A.I.5 – Ato Institucional Número Cinco
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento
CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
COHEBE - Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança
ESG – Escola Superior de Guerra
GTAP – Grupo de trabalho Assessoria e Planejamento
I PGEM - I Programa de Governo do Estado do Maranhão
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS - Partido Democrático Social
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR – Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO MARANHÃO por meio DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY (1950-1970).....	17
1.1 A transformação de José Ribamar em José Sarney.	17
1.2 A campanha de 1965 e a chegada de Sarney ao Executivo Estadual	27
1.3 Chegou o Maranhão Novo!?.	44
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA POLÍTICA E O USO DAS BIOGRAFIAS: DESAFIO E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	69
2.1 O processo de “renovação” da História Política.....	69
2.2 O Estado Ampliado e a interação entre sociedade política e sociedade civil.....	75
2.3 História e Biografia: desafios e possibilidades do recurso biográfico no campo historiográfico.....	78
2.4. A Escrita da História e uso das fontes na historiografia e no ensino: o uso dos jornais como ferramenta metodológica no Ensino de História	87
CAPÍTULO 3: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY COMO FERMENTA METODOLÓGICA PARA ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO.	100
3.1 A Educação para o exercício da cidadania: problemas recorrentes a essa relação.....	100
3.2 O Ensino Médio em Questão.....	105
3.3 Escola Unitária: novas possibilidades de repensar mudanças para escola	111
3. 4 A construção do guia didático “A Trajetória Política de José Sarney”	119
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

O estudo presente neste trabalho se inclui no campo da História Contemporânea e da História Política. O tema aqui analisado será a trajetória política de José Sarney, no período de 1950 a 1970. Além de ser uma figura política importante da República brasileira, que desde quando começou sua carreira política transitou por todos os governos, a reconstrução da sua atuação também nos dá a possibilidade de compreender um período da História Política do Maranhão.

Para iniciar as reflexões presentes nos capítulos, é importante falar um pouco sobre um momento obscuro da História do Brasil, mas que foi muito importante para ascensão política de José Sarney. Em 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado que destituiu o presidente democraticamente eleito, João Goulart. No campo historiográfico há um intenso debate sobre esse assunto, para um autor trabalhar com esse tema é necessário se posicionar conceitualmente dentro desses debates. Ao entrar em contato com essas discussões é importante interpretar as entrelinhas de cada trabalho. Ao estudar um fato histórico, é de extrema importância buscar análises de um mesmo acontecimento sob ângulos diferentes. Dessa forma, é possível confrontá-las e ter uma base para escolher qual posicionamento adotar. A apresentação das discussões será seguida pelo posicionamento que este trabalho toma diante delas.

O autor René Dreifuss, através do seu exaustivo trabalho empírico, “1964: A conquista do Estado”, sustenta, pautado em uma ampla documentação e orientado teoricamente por Antônio Gramsci, que o golpe de Estado foi um projeto classista e introduz o termo civil-militar para conceituá-lo, ou empresarial-militar para demarcar quais eram esses civis, pois:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Dreifuss analisa sucintamente os aparelhos pertencentes à Sociedade Civil e a fração de classe que estava trabalhando para tornar o seu projeto político hegemônico. Esta estava aglutinada no complexo IPES/IBAD¹ e trabalhava em prol do capital multinacional/nacional

¹“As sementes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, como também as do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (...), foram lançadas ao final da administração de Juscelino Kubitschek (...) e durante

(associado)². Este complexo era composto por uma fração da classe empresarial e alguns militares, trabalhou arduamente no processo de desestabilização do presidente Goulart e na construção e condução do projeto golpista. Nos governos, de 1964 a 1985, ocuparam cargos de extrema importância, conduziram e organizaram materialmente o Estado. Além disso, fica claro em sua obra, a grande participação dos Estados Unidos, um dos grandes financiadores do IPES.

Maria Helena Moreira Alves (1984) afirma que desde o fim do Estado Novo (1946), o sistema de democracia formal vinha sofrendo constantes crises institucionais. Setores antes marginalizados da sociedade (classe trabalhadora e do campesinato) estavam se organizando rapidamente, isto assustou as classes mais altas e pôs em confronto “[...] exigências e interesses irreconciliáveis num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista” (ALVES, 1984, p. 22).

A autora considera como civil e militar a conspiração que derrubou o governo de João Goulart, tendo como pano de fundo o desenvolvimento dependente e a associação de interesses nacionais e internacionais específicos. Quanto aos investimentos multinacionais o presidente fez várias restrições.

Com esses interesses “irreconciliáveis” em disputa, a crise intensificou-se e as classes clientelísticas brasileiras foram fundamentais no “desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado” (ALVES, 1984, p. 23). A partir desse contexto:

Que podemos compreender a ideologia da segurança nacional: um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 1984, p. 23).

A derrubada do governo constitucional de Jango foi precedida por uma política de desestabilização. O golpe foi fruto de um projeto muito bem orquestrado que envolveu o capital nacional associado-dependente, as corporações multinacionais, o governo norte-

a presidência de Jânio Quadros, em cujo zelo moralista eles depositavam grandes esperanças. (...) O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam a si a maior parte do insucesso (ou glória) por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES. (...) o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar.” (DREIFUSS, 1981, p. 162 e 164)

² No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi privilegiado o setor produtivo de bens de consumo duráveis (Departamento III), ao contrário do governo anterior de Getúlio Vargas que era o setor de bens de produção (Departamento I). Kubitschek abriu a economia brasileira ao capital estrangeiro. De acordo com Sônia Mendonça (1986), as medidas adotadas pelo presidente para atrair o capital estrangeiro obrigaram “o capital nacional a associar-se ao multinacional”. A partir desse modelo político a fração de classe empresarial, participante do golpe de 1964, se constituiu.

americano (através da CIA), militares brasileiros (um grupo de oficiais da ESG). Alves considera que a ESG era quem coordenava as iniciativas conspiracionistas tanto dos militares quanto dos civis. Mas, “os membros militares e civis da ESG recorreriam cada vez mais ao complexo IPES/IBAD para desenvolver projetos e traçar planos e diretrizes de políticas governamentais alternativas” (ALVES, 1984, p. 25). Dessa forma, foi criado o complexo IPES/IBAD/ESG.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND)³, ministrada na ESG, para Alves, forneceu as justificativas para a necessidade da tomada de assalto do Estado e as modificações feitas em suas estruturas, sobretudo para impor o autoritarismo. Então, o Estado pós-golpe de 1964 era de Segurança Nacional, pois, a DSND foi importante para perpetuar suas estruturas e propiciar um ambiente facilitador para o desenvolvimento capitalista associado-dependente. A partir dessa sua conclusão, a autora analisa a relação dialética entre Estado e Oposição, pois, “[...] as estruturas de Estado foram sendo progressivamente erigidas e desenvolveram-se em grande parte por reação às constantes e cambiantes pressões da oposição organizada” (ALVES, 1984, p. 28).

Juremir Silva (2014) destaca a importância da imprensa no processo de desestabilização do governo de João Goulart. No âmbito da sociedade civil, além da imprensa, cita outros setores, como o SESI (Serviço Social da Indústria), empresas como a MESBLA (lojas de departamento), CAIO (setor de transporte e ltda) e a Mercedes Bens, que teriam ajudado o IPES na campanha de desestabilização do governo.

O autor considera que o golpe estava planejado para acontecer 10 anos antes, em 1954, mas o suicídio de Getúlio Vargas impediu. Os atores participantes da derrubada do governo de João Goulart foram a elite conservadora, os Estados Unidos, a imprensa brasileira, que obtiveram o apoio de parte da classe média urbana e do empresariado. “Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente [...]” (SILVA, 2014, p. 31). O autor considera que sem a criação de consenso feita pela imprensa, o golpe não teria legitimidade, pois “[...] o conservadorismo e o golpismo estão no DNA da mídia brasileira. Sempre disfarçados de radical defesa da Constituição, da legalidade e da democracia” (SILVA, 2014, p. 54).

³A autora adiciona o nome “desenvolvimento” a Doutrina de Segurança Nacional.

“ Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, eu um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado (ALVES, 1984, p. 26).

O golpe empresarial-militar fez chegar ao poder o projeto dessa fração de classe que tinha a necessidade de controlar as engrenagens do Estado para se manter hegemônica. O caráter classista do golpe é de suma importância para entender esse contexto e a composição do Estado depois. Por isso, este trabalho adota o termo golpe e ditadura empresarial-militar, o que torna necessário demarcar qual foi a fração da classe civil que participou ativamente desse processo:

[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam setores-chaves da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para a derrubada de J. Goulart. Em muitos casos, sócios e empregados de líderes do IPES foram indicados para órgãos administrativos e ministérios. [...] a congruência das reformas administrativas, econômicas e políticas pós-1964 com as propostas de reformas aventadas pelos grupos de Estudo e Doutrina do IPES, que forneceu as diretrizes e a orientação para as reformas estruturais e mudanças organizacionais da administração pós-1964 [...]. Os tecno-empresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados (DREIFUSS, 1981 p. 417).

A ditadura empresarial-militar foi muito importante para as conquistas políticas de José Sarney e para os rumos que a História Política do Maranhão tomou. É necessário quebrar um imaginário no qual se acredita que a ditadura não teve uma incidência no Maranhão. Pelo contrário, através da trajetória política de Sarney é possível perceber como os projetos estadual e federal estavam bem alinhados nesse período.

Dessa forma, este trabalho se divide em três capítulos. No capítulo 1 serão feitas discussões sobre a trajetória política de José Sarney, desde seu surgimento no cenário político maranhense até o último ano de seu governo no Maranhão, com o objetivo de analisar sua inserção no campo político maranhense e a construção de suas estratégias políticas ao longo do processo eleitoral para o cargo de governador estadual em 1965, que Sarney saiu vencedor. Um destaque maior será conferido às suas vinculações com a ditadura empresarial-militar brasileira e com os jornais maranhenses *O Imparcial* e *Pequeno*, que serão as principais fontes deste trabalho. Partindo da hipótese de que por meio da trajetória política de José Sarney é possível compreender uma importante parte da História Política recente do Maranhão, toda discussão estará permeada por conceitos teóricos de Antônio Gramsci, como o de *Estado Ampliado*, para compreender a interação entre a sociedade política e civil. Ressalta-se que, mesmo Sarney tendo os meios coercitivos a seu favor, os jornais, enquanto *aparelhos*

privados de hegemonia, foram fundamentais para construção de consenso em torno do projeto que chegou ao poder em 1965.

No capítulo 2 serão feitas discussões teóricas e metodológicas fundamentais para este trabalho e construção do guia didático: *Trajetória Política de José Sarney*. Primeiramente, serão analisadas as discussões sobre a história política e seu processo de “renovação” na década de 1970. Tal movimento traz à tona dois importantes eixos deste trabalho: a importância das biografias nos trabalhos historiográficos e a orientação teórica com conceitos gramscianos. Com novos trabalhos e reformulações sobre pensar o político, Gramsci é um dos autores que mais inova, apesar de ser de uma corrente marxista, supera Marx dialeticamente, ao compreender o Estado de maneira ampliada, ou seja, há uma forte interação entre *sociedade política* e *sociedade civil*, as disputas dos projetos políticos ocorrem fundamentalmente neste âmbito. Para entender como tais disputas aconteceram na sociedade maranhense de 1965 a 1970, uma biografia política de José Sarney é uma importante ferramenta. Por isso, também será discutido o uso das biografias no campo historiográfico. Depois será analisada a importância das fontes na escrita da história e a utilização dos jornais na construção historiográfica e sua aplicabilidade no ensino. Os jornais são as fontes de construção deste trabalho, para compreender a sua atuação como *aparelhos privados* de hegemonia na sociedade civil maranhense. Pensar novas ferramentas para o ensino é muito importante para também se repensar uma reestruturação educacional.

O capítulo 3 tem por objetivo discutir questões referentes a relação entre educação e cidadania e apresentar o produto fruto deste trabalho. Na primeira seção, haverá uma problematização em torno da relação que foi construída da educação para o exercício da cidadania, como isso realmente se aplica na sociedade e de que maneira é segregadora. Posteriormente, quem entrará em questão será o Ensino Médio, analisado sob a ótica da educação brasileira, como atualmente tem sofrido diversos golpes e tentativas de desmonte, principalmente após a aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Após essas discussões, será analisada a importância do Ensino Médio e alguns problemas que o acompanha, junto a isso serão pensadas alternativas para sua melhoria. Mas, para que de fato mudanças grandes sejam realizadas, é necessário pensar também em modelos alternativos de escola, por isso a reflexão será feita em torno da *Escola Unitária* proposta por Antonio Gramsci. Um dos caminhos para tentar fazer uma educação para o exercício da autonomia é através da prática do professor, lógico que sozinho ele não tem condição de promover grandes mudanças e muito menos tem que carregar o peso dos problemas escolares, mas o que ele puder fazer para promover pequenas mudanças é muito

importante. Assim, para finalizar será apresentado a proposta de um guia didático sobre a Trajetória Política de José Sarney, para auxiliar o professor na sua prática docente.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO MARANHÃO POR MEIO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY (1950-1970)

Neste capítulo serão feitas discussões sobre a trajetória política de José Sarney, desde seu surgimento no cenário político maranhense até o último ano de seu governo no Maranhão, com o objetivo de analisar sua inserção no campo político maranhense e a construção de suas estratégias políticas ao longo do processo eleitoral para o cargo de governador estadual em 1965, que Sarney saiu vencedor. Um destaque maior será conferido às suas vinculações com a ditadura empresarial-militar brasileira e com os jornais maranhenses *O Imparcial* e *Pequeno*, que serão as principais fontes deste trabalho. Partindo da hipótese de que por meio da trajetória política de José Sarney é possível compreender uma importante parte da História Política recente do Maranhão, toda discussão estará permeada por conceitos teóricos de Antônio Gramsci, como o de *Estado Ampliado*, para compreender a interação entre a sociedade política e civil. Ressalta-se que, mesmo Sarney tendo os meios coercitivos a seu favor, os jornais, enquanto *aparelhos privados de hegemonia*, foram fundamentais para construção de consenso em torno do projeto que chegou ao poder em 1965.

1.1 A transformação de José Ribamar em José Sarney.

José Sarney⁴, sem dúvidas, é uma figura política emblemática nacionalmente e no estado do Maranhão. O estudo de sua trajetória política, principalmente no que diz respeito da década de 1960 a 1980, é muito importante para compreensão da história política do Maranhão. Antes de começar a falar sobre Sarney, é necessário explicar a atuação de Vitorino Freire e do seu grupo político (chamado vitorinismo) na política local.

Após a Revolução de 1930⁵, o Maranhão foi comandado por Interventores durante um período. Estavam previstas eleições para outubro de 1934 para as Assembleias Constituintes

⁴José Ribamar Ferreira de Araújo Costa nasceu em Pinheiro - Maranhão, no dia 24 de abril de 1930, filho do desembargador Sarney de Araújo Costa e D. Kyola Ferreira de Araújo Costa. Seu pai foi membro do Tribunal de Justiça do Maranhão, inicialmente como promotor público, depois juiz, com andanças em quase todas as comarcas do interior maranhense. Com isso, o filho que acompanhava o pai, estudou as primeiras letras no Colégio Mota Junior, na cidade de São Bento, e no Colégio de Professor Joca Rego, na cidade de Santo Antonio de Balsas. Aos 12 anos de idade, em janeiro de 1942, vindo de São Bento, chegou a São Luís para prestar exame de admissão no Liceu Maranhense, sendo aprovado em primeiro lugar. Dois anos mais tarde, quando tinha 14 anos, José Ribamar começou a sua carreira política, candidatando-se a presidente do Centro Liceísta. Saiu vencedor. No Centro Liceísta, além da militância política estudantil, iniciava a sua atividade jornalística, editando o jornal "O Liceu" (D'ELBOUX, 2003, p. 03).

⁵ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O

Estaduais e escolha dos representantes dos estados na Câmara Federal. Com essas eleições seriam destinados:

Aos partidos ou às coligações partidárias que obtivessem maioria na Assembleia Estadual estaria garantida a indicação, por via indireta, do governador e de dois senadores. As eleições de 1934 seriam, por excelência, marcadas por uma disputa em que estaria em jogo a conquista do poder estadual pelo partido que obtivesse a maioria das 30 vagas na Assembleia Constituinte (BUZAR, 1998, p. 27).

Dessa forma, essas eleições eram muito importantes também para manutenção do poder central, e, a atuação dos interventores era fundamental para um resultado favorável aos anseios de Getúlio Vargas. Nesse contexto, é escolhido pelo presidente para interventor do Maranhão o Capitão Antônio Martins de Almeida, que trouxe consigo, para ocupar a Secretaria do Governo e ficar responsável pela organização da política estadual, Vitorino de Brito Freire.

Com sua atuação política local, Vitorino Freire foi fundamental na criação do Partido Social Democrático (PDS)⁶, fundado oficialmente em 11 de agosto de 1934. No resultado do pleito de outubro de 1934, o PSD conseguiu eleger 13 deputados para Assembleia Legislativa. Para o pouco tempo de criação do partido, esse resultado foi um grande sucesso, atribuído principalmente a Vitorino. Assim, o político em questão começou sua atuação política no Maranhão.

Em 1936, Paulo Ramos foi escolhido para ser o chefe do Executivo Estadual. De acordo com Benedito Buzar (1998), a partir desse momento Vitorino Freire fica afastado do centro de decisões da política local, pois, Paulo Ramos não se agradava da influência política que ele tinha no estado.

Em 1945, Vitorino Freire volta a ter destaque na política maranhense, reorganizando o PSD no estado, pois o partido fora fundado no âmbito nacional. Nas eleições de 1945, foi eleito deputado federal e apoiou o candidato vitorioso para presidência, Eurico Gaspar Dutra. Em 1947, com eleições suplementares, abandona o cargo de deputado para concorrer ao Senado. Na ocasião dessas eleições, se afastou por um tempo do PDS, por divergências

movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Revolução de 30. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 20/05/2018.

⁶ Nesse período era uma agremiação de âmbito estadual.

internas quanto ao indicado para concorrer ao governo estadual. Após as eleições, aproxima-se novamente do partido e assume o cargo de senador.

A partir desse momento, aumenta seu controle na política local, principalmente pela grande influência que tinha na esfera federal, formando seu grupo político, cujos candidatos conseguem sucesso na política regional até antes das eleições de 1965. Esse período é conhecido como vitorinismo.

Nos idos de 1950, um jovem, que viria a ser um dos políticos mais notáveis do Brasil, adentra ao grupo comandado por Vitorino Freire. O desembargador Sarney Costa pede ao então chefe político do Maranhão para conseguir com o governador Eugênio de Barros um cargo no governo para seu filho José Ribamar Costa (José Sarney):

Fui ao governador e fiz-lhe um pedido, no que fui imediatamente atendido. Eugenio Barros nomeou Sarney para a sua assessoria. Jovem e inteligente, Sarney soube transformar o cargo que ocupava em verdadeiro trampolim político para sua ascensão dentro do Estado (FREIRE, 1978, p. 274).

Em 1954 Sarney começa a dar os primeiros passos da sua vida política. Vincula-se formalmente ao PSD, assumindo o cargo de deputado federal em 1955⁷, porém, as bandeiras defendidas por Sarney divergiam do grupo ao qual fazia parte, porque:

Embora tenha sido eleito deputado federal pelo mesmo PSD de Vitorino Freire, os primeiros anos da atuação de Sarney na Câmara Federal foram marcados pela defesa de duas principais bandeiras: a necessidade da ampliação da liberação de recursos para o Maranhão como forma de promoção da modernização do estado e pelo embate direto com o vitorinismo. A passagem pelo PSD, assim, é curta. Pouco tempo depois, o então deputado muda de partido pela primeira vez. Em oposição direta a Vitorino Freire, Sarney saiu do PSD, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e presidiu seu diretório regional até o ano de 1965 quando se deu, através do Ato Institucional nº 2 (A.I.2) o estabelecimento do bipartidarismo (PICCOLO, 2016, p. 72).

Em entrevista à Palmério Dória, o jornalista baiano Sebastião Nery explica:

No segundo governo de Vargas, Sarney era fiel escudeiro de Vitorino. Foi Vitorino, inclusive, quem fez o pai dele desembargador. Em 1954, Sarney foi candidato, sim, a deputado federal. Eu estive no Maranhão, até me surpreendeu, era um jovem jornalista. Ele estava no PSD de Vitorino. Teve

⁷ Nas eleições de 1954 Sarney candidatou-se a deputado federal, mas não ganhou, ficando na segunda suplência. Em 1955 assumiu o posto.

3.271 votos. Ficou como quarto suplente. Vitorino fez, de alguns deputados, secretários de Estado. E tirou três, só para Sarney assumir a bancada governista do PSD” (DORIA, 2009, p. 39).

Nesse período, o PSD tinha um poder muito grande dentro Maranhão, para demonstrar tal fato, é importante abrir um parêntese para contar um fato relacionado ao dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, que, também, de acordo com Carlos Agostinho Macedo (2007) foi motivo para desligamento de Sarney do PSD. Em 1954 esse político perdeu a eleição para senador na Paraíba. Nesse mesmo período, articulava-se a candidatura de Juscelino Kubitschek (pelo PSD), governador de Minas Gerais, para presidência da República. O conglomerado de comunicação de Chateaubriand era uma arma muito importante para campanha. Por isso:

A palavra de ordem no PSD era formulação de uma estratégia que resgatasse Chateaubriand para vida pública brasileira, não só pelo que ele representava como figura de projeção política e empresarial, mas pela significativa influência dos Diários Associados na opinião pública. A cobertura de seus jornais e emissoras de rádio, instalados nas principais cidades do país, era fundamental para a vitória do candidato pessedistas nas eleições de 1955 (BUZAR, 2014, p. 160).

Então, sabendo da vontade que Chatô tinha em tornar-se senador, essa era a moeda de troca para a campanha de JK dispor do apoio dos Diários Associados, colocando sua máquina publicitária a favor do candidato pessedista, pois, assim sabiam que seriam imbatíveis. É importante destacar, de acordo com Vitorino Freire (1978), que naquele momento o PSD encontrava-se num momento difícil, sem dinheiro e sem imprensa para campanha. A solução para resolver parte desses problemas era a aliança com Chateaubriand, o elegendo em algum estado do Brasil, nesse caso, era no Maranhão que o PSD tinha a seção mais forte. Para que tal plano desse certo, era necessário:

Conseguir a renúncia de um senador em exercício, assim como de seu suplente, criando, dessa forma, uma vaga que pela lei teria de ser preenchida. Para essa vaga, Chateaubriand seria indicado candidato [...] restava fazer com que Chateaubriand fosse disputar as eleições por um Estado onde não pudesse ser derrotado. E a escolha havia recaído sobre o Maranhão. Pagava o PSD maranhense o preço de ser imbatível numa eleição (FREIRE, 1978, p. 167).

Mas, havia um problema a ser resolvido, a resistência do governador Eugenio Barros e de outros políticos pessedistas, como José Sarney. Para resolver tal impasse, Tancredo Neves veio a São Luís, conversar pessoalmente com o governador. Foram apresentadas duas propostas, sendo aceita a que “como compensação pela luta para eleger Chateaubriand, Juscelino prometera, se eleito, entregar ao estado do Maranhão um ministério e diversos órgãos federais da área do Nordeste” (FREIRE, 1978, p. 167). Sendo rompida a barreira com Eugenio, o senador Antonio Bayma renunciou e abriu-se a vaga no Senado para Chateaubriand. Em resposta os partidos de oposição:

Resolveram se mobilizar para impedir a assimilação da candidatura de Chateaubriand pelo eleitorado. Enquanto os jornais oposicionistas *O Combate*, *Jornal do Povo* e *Jornal Pequeno*, coesos e orquestrados, denunciavam as manobras do PSD, com vistas a arregimentação da máquina eleitoral do governo para mais uma opereta fraudulenta, *O Imparcial* e *O Globo*, órgãos dos *Diários Associados*, juntavam para neutralizar a campanha sistêmica e contundente contra os que estavam empenhados na eleição de Chateaubriand, dono daquela cadeia noticiosa (BUZAR, 2014, p. 163).

Dessa forma, JK e o PSD conseguiram o apoio nos meios de comunicação que precisavam. É possível observar como os jornais, nesse caso, tem uma grande participação e importância para vida política. Qualquer político que queira chegar ou manter-se no poder necessita da criação de consenso dentro da sociedade civil, para o qual os meios de comunicação, enquanto aparelhos privados de hegemonia, tem um papel fundamental.

Apesar do trabalho dos jornais oposicionistas, Chateaubriand possuía um aparato midiático maior, assim, em março de 1955, elege-se senador pelo Maranhão, com um número expressivo de votos. As oposições, na figura de Clodomir Millet, ainda tentaram anular o pleito, mas no dia 1º de julho o dono dos Diários Associados toma posse. Tal vitória “consolidou de modo irretorquível a posição do senador Vitorino Freire no plano nacional, mas no âmbito estadual, tal fato teria desdobramentos incontornáveis, com o surgimento de uma dissidência no PSD, até então apresentado como partido monolítico” (BUZAR, 2014, p. 167). A liderança de Vitorino começou a ser contestada⁸ por membros de seu próprio grupo, criando dissidências extremamente danosas para o PSD. Chateaubriand também perseguiu jornalistas maranhenses que o contestou, como Neiva Moreira⁹.

⁸Antes havia dissidências no PSD, mas sem relevância, que não ameaçavam a unidade do grupo.

⁹Neiva Moreira fazia parte do corpo redacional da revista *O Cruzeiro*, que pertencia aos Diários Associados. Chatô mandou o demitir, devido a campanha oposicionista que fizera sobre a sua cadeira no Senado pelo Maranhão.

Nesse contexto, José Sarney começa seu processo de “afastamento” do grupo vitorinista, migrando, em 1958, do PSD para União Democrática Nacional (UDN), já almejando concorrer para Câmara de Deputados no pleito de outubro. Apesar dessa mudança, é importante ponderar que:

Com a proximidade das eleições para Senado e para a Câmara Federal, a UDN aliou-se ao PSD, como fórmula de fazer algum deputado. Nessa coligação, comandada pelo PSD, o candidato apresentado para concorrer à Câmara Federal foi José Sarney. Aprovei a indicação de seu nome como candidato do partido a nós coligado, inclusive por achar que, com sua indiscutível inteligência, Sarney desempenharia o seu mandato, se eleito, de forma positiva para Estado (FREIRE, 1978, p. 274).

Nesse mesmo período, junto com seus companheiros de partido, fez forte oposição¹⁰ ao então presidente da República Juscelino Kubitschek (JK). Regina Echeverria (2011) explica que a grande seca sofrida pelo Nordeste em 1958 deu subsídio para Sarney e companhia¹¹ acirrarem ainda mais as críticas e cobranças ao presidente. Nesse cenário, foi criado o Relatório Ramagem sobre essa situação caótica nordestina e o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) começou a construir os alicerces para criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

Celso Furtado foi o grande artífice desse projeto, contando, na sua implantação, com a ajuda dos parlamentares nordestinos, amigos de Sarney, e, também, do senador Remy Archer. A Sudene foi criada na esteira do poderoso movimento de opinião pública que assumiu caráter nacional. O anteprojeto de lei dispendo sobre sua criação teve difícil tramitação no Congresso, em decorrência das resistências à nomeação de Furtado para dirigir o órgão. Furtado, que já trabalhava na organização da entidade, empenhou-se na luta pela aprovação do projeto no Congresso e, por sua aceitação pela opinião pública, tinha legitimidade e competência para dirigi-la. Em 27 de março de 1959, finalmente, a Câmara dos Deputados aprovou a criação da Sudene que, pela lei, ficou diretamente vinculada à presidência da República (ECHEVERRIA, 2011, p. 28).

Dentro da UDN formou-se um grupo dissidente, denominado de “Bossa Nova da UDN¹²”, do qual Sarney fizera parte. “Ao ver que crescia o movimento, imediatamente

¹⁰ Na mesma entrevista citada anteriormente de Nery para Doria, o jornalista explica que Sarney era “fervoroso juscelinista”, apesar de se apresentar como oposição.

¹¹ A bancada nordestina era formada por Sarney, Seixas Dória, Ferro Costa e Edilson Távora.

¹² A facção da União Democrática Nacional (UDN) caracterizada pela divergência com a linha tradicional do partido em face das propostas de reformas políticas no início da década de 1960 tornou-se conhecida pela denominação de “Bossa Nova”, por analogia ao conhecido movimento da música popular brasileira. As primeiras

tornou-se um de seus apóstolos, quando os jornais da época noticiaram fartamente suas posições nacionalistas” (FREIRE, 1978, p. 275). Nas eleições de 1958 elegeu-se deputado federal com 15.081 votos. Em 1959, foi escolhido para ser o vice-líder do partido no Congresso Nacional, sendo indicado para representante da Comissão Permanente de Diplomacia e de Valorização Econômica da Amazônia. Aderiu à Frente Parlamentar Nacional¹³, cujas propostas, de acordo com Piccolo (2016), tornaram-se as principais bandeiras da plataforma de Sarney nas eleições estaduais de 1965.

José Sarney redigiu o Manifesto do Movimento Renovador, que representava as mudanças políticas consideradas necessárias dentro da UDN, pois, desde 1946, não conseguiam eleger seus candidatos à presidência. A Carta-Manifesto foi lançada em fevereiro de 1960, sendo acolhida pelo candidato à presidência pela UDN, Jânio Quadros¹⁴, para sua plataforma de governo. Os representantes desse movimento ficaram conhecidos como grupo Bossa Nova pelo jornalista Carlos Castello Branco¹⁵:

articulações datam do último ano do governo Kubitschek, quando o grupo se auto intitulava “movimento renovador” e se identificava pela estreita vinculação com a candidatura do governador paulista Jânio Quadros às eleições presidenciais de outubro de 1960. Os objetivos do “movimento” foram expostos pela primeira vez ao diretório nacional da UDN, então presidido por José de Magalhães Pinto, em fevereiro de 1960, por Clóvis Ferro Costa (PA) e José Sarney (MA), que advogaram “a adoção de nova tática política para corresponder aos anseios populares”. Os integrantes da “Bossa Nova”, e se apresentaram como defensores de uma linha de “centro-esquerda”, inspirada no “programa de desenvolvimento com justiça social da doutrina social da Igreja”. Em termos políticos, isso significava o apoio às propostas reformistas do então presidente Jânio Quadros, consideradas “nacionalistas” e de “interesse popular”, entre as quais se incluíam a Lei Antitruste e de Remessa de Lucros, a defesa das riquezas minerais, o combate à inflação, a reforma da Lei do Imposto de Renda e a extinção das ações ao portador. (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Bossa Nova da UDN. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 20/05/2018.

¹³Grupo que nas legislaturas entre 1956 e 1964 reuniu deputados de vários partidos políticos comprometidos em defender no Congresso Nacional políticas e soluções nacionalistas para os problemas do desenvolvimento brasileiro. Apresentava como itens fundamentais de seu programa 1) revisão dos tratados, acordos ou convênios contrários aos interesses nacionais; 2) estímulo à criação de indústria de base; 3) intervenção do Estado sempre que for necessário para acelerar o processo de desenvolvimento do país; 4) amparo às indústrias novas e fomento da produção dos alimentos, que representa poupança de divisas; 5) defesa do sistema legal que dê ao Estado o controle da exploração de nossas riquezas e recursos naturais básicos; 6) disciplina e definição do conceito de justa remuneração dos capitais estrangeiros aplicados no país, vedado o retorno dos lucros excessivos; 7) nacionalização das agências de publicidade; 8) combate aos monopólios privados, principalmente os que resultem da ação do capital alienígena; 9) elaboração de leis que melhorem as condições de trabalho nas fábricas e nos campos; que promovam a reforma e que reestruturem o nosso sistema bancário e as organizações de seguro, impondo-lhes características nitidamente nacionais; 10) luta incessante contra o pauperismo pela recuperação econômico-social das populações marginais e das regiões subdesenvolvidas do Brasil inclusive pela adoção de melhor distribuição de rendas aos municípios; 11) esforço amplo no sentido de amparar e defender o patrimônio cultural brasileiro de forma a ressaltar os seus valores históricos e tradicionais. (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Frente Parlamentar Nacional. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 20/05/2018.

¹⁴ Em 1947, Jânio Quadros foi eleito vereador em São Paulo, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1950, foi eleito deputado estadual. Três anos depois, foi eleito prefeito de São Paulo. Em 1954, é eleito governador paulista derrotando Adhemar de Barros [...]. Nas eleições presidenciais do começo da década de 1960, Jânio Quadros foi eleito pela coligação UDN, PDC, PTN e PL, e, eleito com 5.636.623 votos. O opositor foi o marechal Teixeira Lott (PSD e PTB), que recebeu 3.846.825 votos (SOUZA, 2017, p.70).

¹⁵ Foi um grande amigo de José Sarney, era jornalista, grande repórter político e ajudou Sarney na escrita do Manifesto.

O atento Castelinho identificou no grupo jovem da política alguma semelhança com outra turma, a da música, que, ao descobrir a modernidade da voz e do jeito de cantar de João Gilberto, colocou a bossa nova na ordem do dia. O gênero musical que ganhara as paradas de sucesso também entrou para a história para identificar um movimento jovem dentro da UDN, que se opunha aos veteranos da Banda de Música, abrigados no mesmo partido (ECHEVERRIA, 2011, p. 100).

No Maranhão, o embate contra o grupo político vitorinista, formou a chamada “Oposições Coligadas”¹⁶, da qual Sarney fazia parte. Eles procuravam mobilizar a população para combater as práticas do regime político local em funcionamento. Um exemplo foi a Greve de 1951:

A greve de 1951 foi uma revolta popular articulada pela oposição contra a posse do governador Eugênio Barros, ligado a Victorino e eleito com base na fraude. Em dois momentos, a cidade de São Luís ficou completamente paralisada numa greve geral de caráter político, nos meses de fevereiro (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). A greve teve tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de 3 a 4 mil pessoas, alcançando até 20 mil pessoas no enterro do líder da oposição, Saturnino Belo (o qual teria morrido por “desgosto” com a fraude eleitoral). Isto, numa São Luís com apenas 120 mil habitantes (COSTA, 1997, p. 04).

A hegemonia política de Victorino foi permanentemente contestada, não somente pela oposição, mas também por dissidências gestadas no interior da própria corrente majoritária. Apesar disso, Victorino, pós 1955, ainda consegue eleger dois governados, respectivamente Mattos Carvalho e Newton Bello.

Como o próprio Victorino Freire (1978) explica, até a chegada de Newton¹⁷ ao governo, o líder pessedista conseguiu manter uma disciplina partidária, apesar dos problemas internos. Mas, a partir desse momento começou a haver uma quebra de hierarquia, pois, de

¹⁶“União partidária que reunia um amplo leque de grupos e partidos descontentes com o mandonismo vitorinista, configurando uma oposição oligárquica (embora com variações em sua composição, as oposições coligadas se apresentaram em todos os pleitos eleitorais no período 1950/1965, sendo constituída pelos seguintes partidos: UDN, PSP, PR, PDC, PTN, PRP). Embora nunca tenha conseguido derrotar eleitoralmente a ‘máquina’ da oligarquia de Victorino, alicerçada sobre o PSD e amparada pelo uso sistemático da fraude eleitoral, como forma de sustentação do poder, a atuação das ‘oposições’ conseguiu articular em torno de si o apoio de diversos seguimentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luís” (COSTA, 1997, p. 04).

¹⁷Em 1960, Newton Belo elegeu-se governador do Maranhão, derrotando Clodomir Millet, e, deixando a Câmara dos Deputados, assumiu o cargo em janeiro de 1961. Nas eleições seguintes para o governo estadual, realizadas em 3 de outubro de 1965, apoiou inicialmente o candidato do PSD, Renato Archer, que era apoiado por Victorino Freire e concorria com Antônio Eusébio da Costa Rodrigues, da legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), e com José Sarney, da legenda da União Democrática Nacional (UDN), ostensivamente apoiado pelo governo do presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Devido a pressões do governo federal, Newton Belo passou a apoiar Costa Rodrigues. (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Newton Bello. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 20/05/2018.

toda oposição interna que Vitorino tivera, sem dúvidas Newton era a mais incômoda e danosa. Para alcançar as metas propostas para seu governo:

O governador necessitava contar em Brasília com um interlocutor junto ao presidente da República, Jânio Quadros, e aos organismos federais, com capacidade de mobilizar recursos e encaminhar projetos, já que o senador Vitorino Freire, a quem era atribuído esse papel desde os idos de 1946, estava sem prestígio no Palácio do Planalto, pelo fato de Jânio ser da UDN e não do PSD (BUZAR, 2014, p. 302).

Sarney se tornou o interlocutor entre o presidente e o Maranhão, seu prestígio e influência no Planalto se tornaram tão grandes, que conseguiu importantes nomeações para ex-secretário maranhense e trazer Jânio para reunião no Maranhão. Dessa forma:

A escolha, por Newton Bello, de José Sarney para interlocutor do governo do estado junto ao governo federal fragilizou o poder de Vitorino Freire, devido ao papel que o então deputado federal exercia na articulação do PSD com a UDN e a sua participação no movimento conhecido como 'bossa-nova'. Newton Bello e Vitorino Freire apoiaram candidaturas diferentes, que são derrotadas por José Sarney na eleição ao governo estadual de 1965 (COUTO, 2007, p. 96).

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, a oposição maranhense sofreu um certo golpe, pois, aproveitando da situação, de acordo com Echeverria (2011), o governador Newton Bello começa a arquitetar a destruição da UDN no estado através da cooptação dos prefeitos eleitos e principais chefes eleitorais de Sarney. Neiva Moreira, Millet e La Roque, importantes representantes da oposição, afastam-se da UDN e deixam o partido isolado. Além disso, Sarney havia renunciado à vice-liderança nacional do partido.

Nas eleições de outubro de 1962, José Sarney retorna¹⁸ com força total a política maranhense, sendo eleito deputado federal com 21.194 votos. No cenário nacional, com a renúncia de Jânio Quadros, quem deveria assumir a presidência era o vice João Goulart¹⁹, mas:

[...] a presidência da República foi ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo, o segundo na linha sucessória. Na verdade, o cargo pertencia

¹⁸ Em 1961, Sarney foi compor nos Estados Unidos a delegação brasileira na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, ONU, retornando em 1962.

¹⁹ Nas eleições de 1960, de acordo com a Constituição de 1946, o presidente e o vice eram eleitos separadamente através do voto.

ao vice-presidente João Goulart, que na ocasião se encontrava em viagem à China Popular. Embora Mazzilli tenha-se tornado o presidente em exercício, o poder efetivo ficou nas mãos dos três ministros militares — o general Odílio Denis, da Guerra, o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, e o almirante Sílvio Heck, da Marinha —, contrários à posse de Goulart, considerado muito próximo aos sindicatos. Outros setores, dentro e fora do governo, contudo a apoiavam. Como solução para a crise política, no dia 2 de setembro, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 4 que garantiu a posse de Goulart, mas instituiu o regime parlamentarista no país, prevendo para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade do parlamentarismo. No dia 7 (1961), Goulart foi empossado com poderes limitados, na medida em que grande parte das atribuições do Executivo passava ao Conselho de Ministros, chefiado por um primeiro-ministro.²⁰

Em 1963 fora realizado plebiscito, no qual o presidencialismo²¹ vencerá o parlamentarismo. De acordo com Echeverria (2011), o triunfo de Jango significava problemas para Sarney, pois, o presidente era amicíssimo de Vitorino Freire²², e, suas ações no Maranhão passavam por sua aprovação. Mas o próprio Vitorino (1978), ao ressaltar a desenvoltura de Sarney em estar próximo de quem estivesse no poder, afirma que o deputado apregoava que seria Ministro de Estado no governo de Jango.

O grupo Bossa Nova, conseqüentemente José Sarney, apoiava as Reformas de Base²³ do governo de Jango, e, pelo menos teoricamente, consideravam a reforma agrária a mais emergencial. Essa será uma das grandes bandeiras defendidas por Sarney nas eleições de

²⁰Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao.

Acessado em: 02/06/2018.

²¹Em agosto, os ministros da Marinha, almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano, da Guerra, general Néelson de Melo, e da Aeronáutica, brigadeiro Reinaldo Joaquim Ribeiro de Carvalho, apoiaram publicamente a antecipação do plebiscito, enquanto o Congresso determinava que a consulta ocorresse até abril de 1963. Entretanto, Goulart pretendia que a consulta popular se realizasse em outubro de 1962, juntamente com as eleições para o Congresso. Em 14 de setembro, Brochado da Rocha renunciou após não ter conseguido que o Congresso aprovasse a antecipação do plebiscito. No dia seguinte, foi decretada uma greve geral dos trabalhadores. Pressionado, o Congresso aprovou naquele mesmo dia a Lei Complementar nº 2, que marcava a realização do plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Em 1º de janeiro de 1963, o governo majorou os salários em 75%, assegurando o apoio das lideranças sindicais e das bases trabalhadoras à volta ao presidencialismo. No dia 6, 11.531.030 eleitores, de um eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao.

Acessado em: 02/06/2018.

²²No governo de Getúlio Vargas, João Goulart foi ministro do Trabalho, e, a autora remete a amizade com Vitorino desse período.

²³Propostas de mudanças consideradas necessárias à renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras que tinham como objetivo remover os obstáculos à marcha do processo de desenvolvimento do país. Essas propostas foram a base do programa de governo do presidente João Goulart (1961-1964), assumindo o caráter de bandeira política durante a fase presidencialista daquela gestão. As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional). (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Reformas de Base. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 20/05/2018.

1965. Apesar de demonstrar receio em relação a Jango, posteriormente, em 1964, é possível perceber a aproximação entre os dois, como demonstra a notícia abaixo:

O deputado José Sarney almoçou em Petrópolis na companhia do presidente João Goulart, conferenciando demoradamente sobre assuntos maranhenses. O candidato opositor ao governo do Maranhão ficou satisfeito com os resultados da conferência (O Imparcial, 10 de fevereiro de 1964, p. 1).

Após toda essa caminhada na política, o próximo passo de José Sarney era o governo do Maranhão. Inicialmente, para eleição de 1965, o governador Newton apoiou Renato Archer (PSD), depois retirou esse apoio, e passou a ter como candidato Antônio Eusébio da Costa Rodrigues (Partido Democrata Cristão – PDC).

1.2 A campanha de 1965 e a chegada de Sarney ao Executivo Estadual

Nos primeiros meses de 1964 aconteceu um fato que marcaria para sempre a História brasileira, o golpe de Estado²⁴ orquestrado por uma coalizão empresarial-militar. O golpe foi fundamental para o encaminhamento da política no Maranhão a partir de então. Em 09 de Abril de 1964 foi instaurado o Ato Institucional número um (AI-1)²⁵, que estabeleceu eleições indiretas para presidência da República por meio do Colégio Eleitoral que, em 1964, escolheu o Marechal Humberto Castelo Branco para ser o primeiro presidente.

De acordo com a Constituição de 1946, em 1965 em onze estados deveriam ser realizadas eleições para governadores:

Segundo a legislação eleitoral da época, haveria eleições em 11 Estados para a escolha de governadores, com mandatos de cinco anos coincidindo com o do Presidente da República. Os onze demais Estados tinham mandatos de quatro anos. As eleições para a escolha nestes coincidiam com as eleições para o Congresso (ALVES, 1984, p.80).

²⁴ Vide introdução.

²⁵ Composto de 11 artigos, o A.I.1 era precedido de um preâmbulo onde se afirmava que, “a revolução, investida no exercício do Poder Constituinte, não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação. Além de conceder ao comando revolucionário as prerrogativas de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria dos que tivessem ‘atentado’ contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”, o AI-1 determinava em seu artigo 2º que dentro de dois dias seriam realizadas eleições indiretas para a presidência e vice-presidência da República. O mandato presidencial se estenderia até 31 de janeiro de 1966, data em que expiraria a vigência do próprio ato. (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Atos Institucionais. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 30/05/2018.

Segunda Alves (1984), Castelo Branco prometeu cumprir o calendário das eleições numa tentativa de tranquilizar a opinião pública quanto a suas intenções democráticas. O presidente tinha as engrenagens coercitivas do Estado, mas também precisa formar uma opinião pública favorável, passou a afirmar que aquele momento seria apenas uma passagem para a democracia ser restabelecida, pois, uma das justificativas para a deposição do presidente anterior era o Brasil estar se inclinando ao comunismo. Coerção e o consenso estavam caminhando do mesmo lado, como fórmula Gramsci, um não é o oposto do outro.

As eleições de 1965 foram diretas, ou seja, através do voto popular, mas o governo empresarial-militar precisava garantir os seus, principalmente no cargo de governador. Antes do golpe, Neiva Moreira era a principal liderança da oposição no Maranhão. Com a repressão que se instaurou pós-golpe, importantes lideranças foram alijadas, assim ele saiu do cenário político do estado.

Sarney apesar de ser filiado a UDN, de acordo com Regina Echeverria (2011), através de uma manobra de bastidores conhecida por poucos, registrou sua candidatura para as eleições governamentais de 1965 pelo Partido Republicano (PR). Clodomir Millet e Henrique de La Roque, dois relevantes políticos daquele momento, seriam outros dois candidatos possíveis pela UDN.

Ainda corroborando com a autora anteriormente citada, o presidente Castelo Branco chamou os três para uma reunião em Brasília. Millet e La Roque não manifestaram desejo de se candidatar, assim, Sarney ficou como o candidato que teria o apoio do governo ditatorial. O presidente questionou os outros dois políticos presentes na reunião, se apoiariam a candidatura de Sarney ao governo. Millet colocou como condição, a implementação de revisão eleitoral no Maranhão, alegando ser necessário extirpar as práticas “vitorinistas” do cenário político.

Apesar de mostrar uma certa aproximação com Jango anteriormente, Sarney havia apoiado o golpe de Estado de 1964. Isso chama atenção para uma característica que vai o acompanhar em toda sua carreira política, uma personalidade camaleônica, sempre estando do lado de quem está em evidência. Robison Pereira (2008) chama atenção para essa habilidade em transitar e aliar-se a diferentes tipos de governo, o que o autor chama de “arte do mimetismo”²⁶. Isto posto, é fácil compreender o porquê da destituição de João Goulart e o

²⁶Baseando-se em Walter Rodrigues (1995), o autor explica: “Até mesmo quem vive e acompanha de perto o ex-governador admite sua grande capacidade de servir a dois senhores ao mesmo tempo e de pôr-se em condições de confundir ambos. Quando sobreveio o golpe de 64, por exemplo, ele velejava na ala da progressista UDN, mais conhecida como “Bossa Nova”. Todos os bossanovistas foram cassados, menos ele, que não só escapou à guilhotina como se tornou o invencível candidato do novo regime ao governo do Maranhão. Quatro anos depois,

golpe, não ter representado um enfraquecimento político do até então bossanovista maranhense.

O presidente Castelo Branco ofereceu todo apoio à candidatura de Sarney, mas os vitorinistas, como explica Echeverria (2011), denunciavam o futuro governador de comunista e questionavam como poderia ser apoiado pelo governo federal, pois, combatia ferrenhamente quem fosse desse campo político. Mas, ainda de acordo com a autora, de comunista ele não tinha nem a sombra. O governo golpista rebatia dizendo que se todo comunista fosse como Sarney, eles não os estariam combatendo.

Em 27 de Março de 1964 é lançada oficialmente a candidatura de José Sarney ao governo do estado, porém, segundo D'Elbox (2003), ele a articulava desde 1963 e estabeleceu metas para atingir, como demonstra abaixo:

Depois dessa articulação inicial, Sarney tinha outras metas a serem atingidas, visando ser o candidato único das oposições. A primeira meta era quebrar a resistência do PSP ao seu nome, a segunda era convencer o deputado Neiva Moreira a abrir mão de sua candidatura a seu favor e a terceira meta, talvez a mais importante, era lutar para que a Justiça Eleitoral providenciasse um recadastramento eleitoral, para que a vontade do povo fosse respeitada no Maranhão, afastando dessa forma os eleitores fantasmas, que existiam em grande quantidade(D'ELBOUX, 2003, p. 15).

Em entrevista ao jornal *O Imparcial*, Sarney apresenta sua candidatura da seguinte forma:

Minha candidatura ao Governo do Estado do Maranhão não me pertence e sim às forças políticas que no Estado, estão aglutinadas em torno do meu nome e dentre as quais não posso deixar de pôr em evidência o poderoso movimento popular em que ela se inspirou. Os políticos têm que ser sensíveis às tendências do eleitorado e eu não estaria a altura do meu mandato e da minha posição política no Maranhão se recusasse o dever de lutar. As ameaças e os “cercos” não me intimidam: tenho dado provas de que sei reagir. O governo já tentou várias [vezes] isso e não conseguiu. Para mim o que é mais importante é a derrota do governo e dentro desse raciocínio acho que minha candidatura facilita a vitória. Ocupo o primeiro lugar na cédula única para o pleito de 65 o que constitui fato inédito com um candidato oposicionista ao governo do Estado. Quando o glorioso Partido Republicano registrou minha candidatura nenhum companheiro

na tarde de 13 dezembro de 1968, o AI-5 o surpreendeu digerindo um maldito banquete oferecido poucas horas antes ao ex-presidente cassado Juscelino Kubitschek, a quem tratara de “meu presidente”. Quase perdeu o mandato, mas quem antecipou a festa gastou à toa: duas ou três cambalhotas depois, lá está ele em uma reunião oficial, saudando o general Costa e Silva em nome dos governadores “revolucionários”, enquanto o “meu presidente” aguardava o exílio na cadeia. Assim foi indo, virou presidente da ARENA, depois presidente do PDS, depois presidente da República, presidente do Senado. Hoje é uma espécie de conselheiro do presidente Luís Inácio Lula da Silva” (PEREIRA, 2008, p. 32).

oposicionista pleiteava ser candidato. Acho que já está ficando tarde a solução de nosso esquema de luta. O governo já tem o seu candidato. (...) O essencial é que essa demora não pareça ao povo um jogo de cartas marcadas para favorecer o PSD (...) Espero e preciso contar com todos os Partidos de Oposição para iniciarmos de uma vez a luta. Esse também é o desejo que povo maranhense que, sendo invencível, vai permitir que eu, sob a proteção de Deus, realize, a partir de 65, um governo sob a égide do trinômio: Paz, Probidade e Trabalho (*O Imparcial*, 27 de março de 1964, p. 1).

Também teve espaço no *Jornal Pequeno* para falar de sua candidatura:

As palavras que dirijo aos homens e mulheres dos bairros da nossa gloriosa cidade é de esperança que representa fé. Fé em que Deus, na sua divina bondade, dê a gente maranhense um 1965 mais alegre, menos sofrido que o ano que se finda. Fé em que os homens e mulheres dos bairros pobres de São Luís possam, em 65, sentar a mesa, criar e educar seus filhos sem os tormentos e privações de toda ordem e que vem sendo submetido. Fé que o ano que se inicia traga paz, saúde, progresso e alegria aos homens, às mulheres, às moças e as crianças dos bairros de nossa querida cidade de São Luís. Que Deus abençoe a todos, são os votos que formulo a todos e em particular, aos 6682 maranhenses que, em São Luís, com o seu voto, construíram a parte mais nobre e mais bela do meu mandato de deputado federal (*Jornal Pequeno*, 01 de janeiro de 1965, p. 01).

José Sarney construiu sua campanha se apresentando como o “novo” para o Maranhão, pois os governos do grupo vitorinista serão retratados como arcaicos, corruptos e responsáveis pelo atraso. O jovem bossanovista seria o surgimento de uma esperança para um estado fadado por governos que não representaram nenhum tipo de progresso. Dessa forma:

A campanha de José Sarne baseou-se no slogan Maranhão Novo, de onde seriam banidos o vitorinismo e seus métodos antiquados de resolver pendências políticas – na violência, na intimidação, na vontade de um só homem. O candidato prometia sepultar uma era de nepotismo, obscurantismo, marasmo, subserviência, crime, suborno, dilapidação do erário e abastardamento do cidadão. Ele também batia forte no governador Newton Belo (ECHEVERRIA, 2011, p. 162).

O candidato também usava os jornais aliados para apresentar seus discursos e convencer a sociedade maranhense sobre a importância da sua eleição. Uma estratégia utilizada, era sempre o otimismo e a “certeza” em torno da sua vitória, como forma de fazer a própria população se convencer que não restava outro caminho, como mostra a entrevista abaixo:

Ainda temos outros planos de como fazer um governo, quais os recursos que poderei contar. O aproveitamento da energia de Boa Esperança, abertura de estradas, a construção do porto do Itaqui etc. O que depender de mim, do meu esforço, farei de tudo. E com esse esforço, com esse entusiasmo que aceitei a minha candidatura ao governo do Maranhão. Farei tudo para ganhar a eleição e farei ainda muito mais para cumprir com dignidade o mandato que irei receber do povo do Maranhão. Tenho convicção absoluta que chegou o momento histórico de conquistar o poder no Maranhão e como trabalhar em benefício do estado (*Jornal Pequeno*, 11 de junho de 1965, p. 01).

Enquanto Sarney despontava na vida política maranhense, o grupo vitorinista estava se desgastando e tendo dissidências internas. Esse racha culminou com uma grande briga dentro do grupo, o dividindo. Renato Archer revelou em um depoimento em 1977 qual era o interesse na divisão do PSD:

O PSD se dividiu em duas candidaturas, por pressão pessoal do Marechal Castelo Branco [...] Muito antes do surgimento das candidaturas Costa Cavalcante (porta-voz desse grupo militar que ascendeu em 1964) me dizia, na Câmara: ‘Você não pode ser candidato do Governo do Estado. Você pode candidatar-se ao que quiser, menos a governador’. Os governadores deveriam ser, segundo eles, pessoas ligadas ao sistema – ao então nascente sistema que iria imperar durante tanto tempo (ARCHER, 1977-1978, *apud* BONFIM, 1982, p. 49).

Com o enfraquecimento dos concorrentes de Sarney, o governo federal teria mais uma garantia da vitória de seu candidato. O cenário era o seguinte: o PSD não lançou nenhuma candidatura, nem sequer houve sua convenção; dentro do grupo vitorinista, as duas principais figuras estavam em desacordo, do outro lado tinha-se um jovem candidato, de bons discursos e poder de persuasão, apoiado pelo governo federal e sabendo utilizar muito bem as mazelas do Maranhão a seu favor.

Outro fator de extrema importância na promoção de Sarney durante a campanha em 1965, foi o apoio de periódicos maranhenses importantes, como pode ser percebido na análise de dois dos mais importantes jornais maranhenses: *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*. Para uma melhor compreensão é necessário um pequeno histórico dos dois periódicos. O jornal *O Imparcial* foi criado:

Em primeiro de maio de 1926, o jornal *O Imparcial* foi fundado por José Pires Ferreira [...] Em outubro de 1944, seu fundador o vendeu e ele foi incorporado aos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand [...] Em diversos momentos os interesses político-empresariais prevaleceram,

por exemplo, quando já era associado sob a orientação de Chateaubriand, participou do processo de desestabilização do governo de João Goulart e apoiou o golpe empresarial-militar, o qual chamava de “Revolução”. Na campanha de 1965, foi uma espécie de cabo eleitoral de José Sarney e fez uma cobertura intensiva do seu governo (BITTENCOURT, 2016, p. 20).

O *Jornal Pequeno* foi:

Criado em 21 de julho de 1947, *O Esporte*, foi um dos grandes jornais esportivos do Nordeste. Fundado por José Ribamar Bogéa, foi reconhecido e elogiado por várias vezes em nível nacional [...] em 29 de Maio de 1951, *O Esporte* que dedicava cerca de 60% de suas publicações para matérias esportivas e 40% para noticiário geral, agora seria O JORNAL PEQUENO que dedicava 60% do seu espaço para o noticiário geral e 40% para outros assuntos como humor, memórias e obviamente os esportivos. O *Jornal Pequeno* recebeu esse nome por ter sido, de fato, um jornal que iniciara com poucos recursos financeiros, dependendo de ajuda de lojas, patrocinadores e amigos que acreditavam na ideia de Ribamar Bogéa. Desde o início, o *Jornal Pequeno* se apresentou à sociedade maranhense como um jornal de caráter popular. A forma de escrita em uma linguagem acessível, os espaços destinados ao humor como as seções do Dicionário do Povo, Língua de trapo e Conversa no cafezinho, eram espaços que faziam do *Jornal Pequeno* diferenciado quanto ao público leitor. Além disso, fazia críticas ferrenhas ao governo do Estado, mais especificamente a administração de Newton Belo, quem governava o Maranhão no início de década de 60 (ARAÚJO NETO, 2016, p. 43-44).

Os jornais serão trabalhados a partir da perspectiva do Estado Ampliado de Gramsci, na qual há uma importante interação entre sociedade política e sociedade civil, nesta estando os aparelhos privados de hegemonia (jornais), que não têm a função apenas de informar, mas também de formular consenso e difundir ideologias. Se observarmos o histórico dos dois jornais em questão, eles se apresentam a serviço do povo, sem conexões políticas, imparciais, porém, isso de fato não se aplica. O que se percebe no momento da campanha para as eleições de 1965, são esses dois jornais trabalhando na formulação do consenso em torno da campanha de José Sarney.

Nesse momento, o principal representante das “Oposições Coligadas”, Neiva Moreira, não poderia concorrer, já havia também um grande desgaste dos governos do grupo vitorinista. Então, tudo convergia para o despontamento de Sarney como o grande candidato daquele momento, dessa forma há o afunilamento do apoio²⁷ do jornal *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*. A importância de destacar isso é porque após 1965 e durante o governo, o *Jornal*

²⁷ É importante destacar que, de acordo com Negreiros (2013), havia outros jornais maranhenses que apoiavam José Sarney nas vésperas do golpe de 1964, eles eram: *Jornal do Povo*, *O Combate*, *Jornal de Bolso*, *A Tribuna do Povo*.

Pequeno vai ter outro comportamento em relação a José Sarney, já vai ser uma posição crítica e de embate.

Desde 1946, José Sarney tinha ligações com o jornal *O Imparcial*, pois participou de um concurso promovido pelos *Diários Associados*, o ganhou e conseguiu seu primeiro emprego como repórter policial, aos 16 anos de idade (*O Estado do Maranhão*, 29/01/1985, p. 6). Ele constrói um trânsito entre jornalismo, literatura e política durante sua carreira. Sempre soube fazer ótimos discursos, se dirigia bem aos seus eleitores, com grande poder persuasivo.

Metodologicamente, é fundamental ao se analisar um jornal e seu posicionamento diante algum assunto, procurar saber quem são seus proprietários, quais suas conexões políticas, qual público pretende atingir. “A reconstrução dos liames entre a história e a política implica reverter o sentido do que foi descrito para desvendar os artifícios dos construtores da memória” (CAPELATO, 1988, p. 25). Ou seja, não só analisar aquilo que está escrito no jornal, mas o que levou a estar escrito dessa forma e o porquê da escolha de determinado tema em detrimento de outros. O jornal além de uma fonte, também é um sujeito histórico.

Nesta perspectiva, o jornal *O Imparcial* pertencia aos *Diários Associados*, de propriedade de Assis Chateaubriand²⁸, pela posição ideológica e política do seu dono, o periódico participou do processo de desestabilização do governo de João Goulart e apoiou o golpe empresarial-militar, chamando de “Revolução de 1964”. “O matutino mostrou-se, no período de 1950 a 1970, instrumento de barganha do político Assis Chateaubriand com lideranças locais” (PINTO, 2008, p.5), sobretudo, na campanha de 1965, na qual foi uma espécie de cabo eleitoral de José Sarney e fez uma cobertura intensiva do seu governo. Observe essas imagens que recorrentemente estavam nas páginas do jornal no ano do pleito:

²⁸Jornalista; senador em Pernambuco 1952-1955; senador no Maranhão 1955-1957; embaixador brasileiro na Inglaterra 1957-1960. Em 1924, com a ajuda de Alfredo Pujol e Alexandre Mackenzie, comprou no Rio de Janeiro o matutino *O Jornal*, de propriedade de Renato Lopes e cuja situação financeira era precária. Seis meses mais tarde adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que mais tarde viria a ser conhecida como *Diários Associados*. Assim, em 1927, fundou a revista *O Cruzeiro*, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas, então ministro da Fazenda, o qual teria obtido a metade do capital necessário (*Dicionário Histórico Biográfico*, FGV-CPDOC, verbete Assis Chateaubriand. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 30/05/2018.

Imagem 1: Propaganda de José Sarney 1



Fonte: Jornal *O Imparcial*, 1965, p. 4.

Imagem 2: Propaganda de José Sarney 2



Fonte: Jornal *O Imparcial*, 1965, p. 03.

O *Jornal Pequeno* também usou esse artifício da imagem para tocar melhor seu público, uma vez que no Maranhão havia uma grande taxa de analfabetismo, então esse recurso abrangeria um público maior, e os efeitos seriam de maior proporção. Agora observe como as imagens foram apresentadas:

Imagem 3: Propaganda de José Sarney 3



Fonte: Jornal Pequeno, 1965, p. 03.

Imagem 4: Propaganda de José Sarney 4



Fonte: Jornal Pequeno, 1965, p. 02.

O *Jornal Pequeno*, na seção *Espírito de Porco*, fazia críticas ao governo Newton Bello. Apesar de ser um espaço pequeno, eram utilizadas coisas do cotidiano, mas que impactavam bastante o leitor que, se identificaria por ser aquilo que vive, além da linguagem ser bem acessível. Observe algumas seções:

O “operoso” governante deste estado, haver vendido os ônibus do DTO, inclusive os que serviam a linha do Tirirical – JÁ ESTÁ ERRADO
O novo proprietário da em presa visando lucros fabulosos, retirar os coletivos do tráfego, aos domingos, deixando em situação difícil, milhares de

pessoas que residem naquele bairro – ESTÁ GRANDIOSAMENTE ERRADO (*Jornal Pequeno*, 20 de maio de 1964, p. 3).

O governador fazer exposições de máquinas modernas, no asfalto – PODE ESTÁ CERTO

Não pagar o pessoal do DER e deixar nossas estradas intransitáveis, com grande prejuízo para indústria do Maranhão – ESTÁ ERRADÍSSIMO

xxx

Existir D.E.R, Fundo Rodoviário DNER, e mais uma série de burocracias – ESTÁ CERTO

As estradas viverem transformadas em lagoas e em lameiros, tornando-se difícil a chegada a esta capital de qualquer encomenda rodoviária – ESTÁ ERRADÍSSIMO (*Jornal Pequeno*, 13 de junho de 1964, p. 03).

Observe que mesmo numa abordagem simples, essas seções tinham poder de crítica ao governador, podendo tocar bem a população. Ao mesmo tempo que o impresso trabalha na promoção política de Sarney, do outro lado vai construindo terreno de desfavorecimento da opinião pública em torno de Newton Bello, e isso não acontece em 1965 apenas, já era desde 1964.

José Sarney também fazia duras críticas ao governador, acusando-o de corrupto, e, apresentava-se como a superação desse ciclo de administração que só trazia o atraso para Maranhão. Então, a questão do desenvolvimento vai ser um ponto muito forte dos seus discursos, com ele no governo o estado teria estradas, luz, educação, barragens etc. Outra bandeira defendida foi da Reforma Agrária, que se tornou uma grande promessa de campanha, fazendo-o ter apoio de Manoel da Conceição²⁹, depois isso muda completamente, mas naquele momento representava a esperança e modernização:

Em 1965, Manoel da Conceição era apenas um líder de trabalhadores rurais, na região do Vale do Pindaré, sofrendo com a tirania dos coronéis aliados de Vitorino Freire, sem ligações com qualquer partido político. Hoje, é uma das mais respeitáveis lideranças políticas em oposição ao ex-governador José Sarney. A ressalva é necessária para entender o porquê de não ter sido difícil aceitar o discurso de modernização pelos trabalhadores rurais, ou seja, em várias regiões, a frente oposicionista procurou organizar os adversários do vitorinismo e, em particular da associação de lavradores e trabalhadores agrícolas e dos sindicatos de produtores autônomos – entidades que haviam sido fechadas e tido seus principais líderes presos, em virtude do golpe militar – e com eles desmontar, no plano local, os esquemas dos votos possedistas (PEREIRA, 2008, p. 39 e 40).

²⁹ Líder camponês, do interior do Maranhão, perseguido pela ditadura, foi preso, torturado, teve membros amputados e foi exilado.

Perceba a dicotomia: Sarney era apoiado pelo governo militar, mas tinha propostas alinhadas as da Reforma de Base. Nesse momento, se apresentava como antilatifundio, anti-imperialista, e, lógico que naquele contexto se aproximava mais dos anseios dos trabalhadores rurais. Ele fazia uma campanha pesadíssima no interior do estado, optou pelo corpo a corpo, pela conversa direta com seus eleitores, debatia os problemas e apresentava possíveis soluções. Esse comportamento era importante porque:

A estratégia do grupo liderado por José Sarney para conquistar o governo do estado passava pela desestabilização da estrutura eleitoral da época e, conseqüentemente, do domínio do PSD. Para isso seriam necessárias a adesão do eleitorado rural e a revisão do número de eleitores aptos, visto que as denúncias de fraude eram significativas. A arregimentação do eleitorado rural deu-se com a organização dos adversários do vitorinismo, incluindo-se as lideranças originárias das associações de lavradores e trabalhadores rurais, além de sindicatos da área, que haviam sido fechados pela ditadura e cujos líderes haviam sido presos. A ideia era desarticular a estrutura de controle de votos do PSD no interior (COUTO, 2007, p. 106).

A conquista desse eleitorado rural era muito importante porque, o comportamento do governo Newton Bello fizera com que eles se afastassem do grupo vitorinista e se aproximassem da oposição, principalmente os coronéis e chefes políticos locais:

A falta de tato político do governador Newton Bello, tratando os seus correligionários como se fossem seus serviçais, transformando o partido e o governo numa máquina de propaganda pessoal sua, e esmagando e desprestigiando os chefes municipais, não poderia deixar de ter suas conseqüências (FREIRE, 1978, p. 237).

Voltando aos periódicos, outro fator que vai ser bastante explorado, é a cisão dentro do PSD, e a rivalidade entre Newton e Vitorino. O até então governador do Maranhão sempre fora mais rebelde em relação ao chefe do grupo vitorinista. Geralmente gostava mais de fazer as coisas a seu modo. Isso fez com que muitos chefes locais do interior do estado passassem para lado de Sarney. *O Imparcial* aproveitou essa crise para mostrar a instabilidade desse grupo político, principalmente, após o anúncio oficial, feito em 02 de julho de 1965, no qual Vitorino Freire rompe com Newton Bello. Veja abaixo:

Embora já esperado, o rompimento do senador Vitorino Freire causou tremendo impacto no meio pessedista. Entre os poucos convencionais do

Partido, que ainda se encontram em São Luís (mais de setenta já regressaram ao interior deixando procuração), reinava desânimo e estupefação. Ninguém entendia nada nem queria pronunciar-se sobre os acontecimentos que levaram o PSD maranhense ao esfacelamento, depois de uma luta invicta de cerca de 20 anos (*O Imparcial*, 03 de julho de 1965, p.1).

Como já citado anteriormente, Newton Bello foi um dos grandes problemas para hegemonia do líder pessedista. Vitorino Freire (1978) explica que desde a posse do então governador, havia uma trama para lhe derrubar do comando do partido, Newton também tinha um acordo com o Renato Archer para o suceder no governo, sem sua concordância. Mas, o presidente Castelo Branco não aceitava³⁰ a candidatura de Archer:

Segundo se comenta nos círculos políticos da capital, o governador Newton Bello desta vez foi convidado para ir encontra-se com o presidente Castelo Branco, em Belém, no próximo domingo, quando o chefe do país estará na capital marajoara. Todavia o convite, de acordo com os observadores vai ensejar ao marechal dizer pra Newton Bello que realmente Renato Archer jamais poderá ser candidato ao Governo do Estado e que ele está refugado (*Jornal Pequeno*, 11 de junho de 1965, p. 01).

Diante de tal pressão, Newton tira o apoio a Archer, buscando um novo candidato, sendo ele o ex-deputado Costa Rodrigues. Mas, Renato Archer não aceita veto do presidente:

O deputado Renato Archer (do PSD) enviou uma carta ao senador Vitorino Freire, dizendo não aceitar quaisquer vetos a sua candidatura ao Governo do Maranhão na eleição de outubro, que escolherá o sucessor do governador Newton Bello, inclusive do marechal Castelo Branco porque não o sei nem membro do PSD nacional nem do PSD do Maranhão (*O Imparcial*, 29 de maio de 1965, p. 01).

Durante todo o mês de julho (1965), *O Imparcial* trouxe várias reportagens explorando a queda de braço entre Vitorino e Newton. Para acirrar mais essa disputa, em 16 de julho:

O Diretório do PSD por unanimidade; decretou; hoje, intervenção no Diretório Regional do Partido no Maranhão; destituindo da presidência do mesmo o Governador Newton de Barros Bello. O pedido de intervenção foi feito pelo Senador Vitorino Freire de demais componentes da bancada do PSD no Maranhão no Congresso; que acabam de romper com o senhor Newton Bello; responsável pela crise que atravessa o Partido no Maranhão em razão da escolha do Sr. Antônio Euzébio Costa Rodrigues (*O Imparcial*, 17 de julho de 1965, p. 01).

³⁰Apesar de Newton ser apoiador do golpe e governo empresarial-militar, Renato Archer fez uma forte oposição.

No *Jornal Pequeno*, também houve uma grande ênfase na falta de unidade do grupo de Vitorino e do PSD, sendo Sarney o candidato por unanimidade da oposição, ou seja, da maneira como é apresentado, em torno do udenista havia uma unidade de apoio e sua vitória já era quase certa, veja abaixo:

O acontecimento político de maior realce ocorrido, ontem, no cenário estadual foi o discurso proferido na rádio Ribamar, ao meio dia, pelo deputado federal Clodomir Millet, presidente do Diretório estadual do PSP [...] esclarecendo que “falava em nome do seu Partido, em seu nome pessoal e em nome dos deputados federais Henrique de La Roque Almeida e Alexandre Costa” anunciou categórico que “ele e o PSP estavam apoiando a candidatura do deputado José Sarney para Governo do Estado, de nada adiantando os fuxicos e intrigas do Governo para dividir a Oposição”. Continuando em seu notável discurso que causou grande repercussão em S. Luis e em todo o estado o deputado anunciou que “a Oposição está unida, coesa e ninguém a dividirá. – A palavra do deputado Millet trazendo oficialmente o apoio seu e do seu partido, o PSP, a candidatura José Sarney foi bem recebida em todos os círculos políticos locais, sendo opinião unânime de que se consolidou e assegurou a candidatura de José Sarney ao governo do Estado. [...] em crises e brigas na escolha de quem possa ser o candidato do PSD, receberam o impacto da unidade oposicionista em torno de Sarney. O governador NB que já tinha recebido primeiro o impacto da advertência e do veto do presidente Castelo Branco e depois o desafio do senador Vitorino Freire para que ousasse lançar as candidaturas Renato Archer ou Joel Barbosa, viu-se num beco sem saída ao ver desfeito os seus sonhos de divisão nas hostes oposicionistas. Ora aventavam a candidatura de Costa Rodrigues, depois veio o nome do sr. José Burnett e com a convenção marcada para hoje, nem o governador nem o Partido podem anunciar quem será o concorrente de Sarney. Renato vetado pela Revolução, Joel vetado pelo senador Vitorino, Burnett vetado pelo sr. Newtinho Filho, e, assim continua a novela do PSD, enquanto o governador começa a sentir mais cedo do que parceria as amarguras de um governo que termina (*Jornal Pequeno*, 19 de junho de 1965, p. 01).

Tendo em vista as práticas políticas utilizadas pelo grupo vitorinista para chegar ao poder, como a fraude eleitoral, a revisão era de extrema importância para se alcançar o que o governo empresarial-militar queria para Maranhão. A revisão eleitoral não fora feita com intuito principal de moralizar a política maranhense, mas sim como estratégia de levar Sarney ao governo. A aceitação do Tribunal Superior Eleitoral da representação feita pelo deputado Clodomir Millet, para se apurar as fraudes, significou uma vitória a oposição, após tantas décadas fazendo denúncias. Também:

Na verdade, a decisão da Justiça Eleitoral, que chegava num momento de excepcionalidade, era ansiosamente esperada, pois através dela antevia-se a real oportunidade do banimento do vitorinismo do poder já nas eleições de 1965 e, quem sabe, caso as fraudes ocorridas em 1962 fossem apuradas, ainda pudesse haver alteração na representação maranhense no Congresso Nacional. Poderiam perder os mandatos os senadores Vitorino Freire e Sebastião Archer da Silva, bem como acontecer a ascensão de mais dois deputados federais e de oito estaduais, todos oposicionistas (BUZAR, 2014, p. 336).

Observe a charge abaixo, em que é retratado um foguete que tem a bordo algumas figuras políticas locais como Newton Bello, Renato Archer, Costa Rodrigues e Eugênio Barros, oposição a Sarney. O foguete encontra-se posicionado para lua, onde já se encontram Vitorino Freire, ao lado Eptácio Cafeteira, que concorria a prefeitura e era o candidato do jornal. Faz-se a contagem regressiva, enquanto a população coloca fogo para o foguete subir.

Imagem 5: Charge do Foguete



Fonte: *Jornal Pequeno*, 1965, p. 01.

A analogia feita nessa imagem faz referência ao cenário que Sarney e seus apoiadores estavam construindo para se efetivar no Maranhão. Até então, a ordem hegemônica era a de Vitorino Freire, mas naquele momento já estava enfraquecido, sendo considerado como fora de cena, ainda tinha resquícios dos seus apoiadores e ex-apoiadores, que também era necessário mandar para “espaço”, para então chegar ao Executivo Estadual o “grande” candidato da oposição. Ainda sobre a charge:

[...] observa-se, claramente, na foto colhida na hora do lançamento, que o Senador Vitorino Freire, o popular Mentira Fresca, já se encontra na Lua, aguardando a entrada do Bostov. **Newton Bello viaja na Ogiva do Foguete e este é dirigido pelo Comandante Renato Archer**, especialista em eletrônicos, formado pela Universidade de Paris. **Mais abaixo vemos o copiloto, Dr. Costa Rodrigues**, na janela seguinte vemos Antenor Bogéa, cuja função específica na lua é fiscalizar e recambiar o eleitorado fantasma.

Segue-se pela ordem decrescente: Milson Coutinho, representante da imprensa, encarregado do serviço de comunicação com a Terra. Cid Carvalho, professor de Tiques, Toques e Cacoetes. Ivaldo Perdigão Freire, médico psiquiatra da comitiva. Bernardo Almeida, responsável pelos cálculos referentes à viagem. Nas escamas do foguete estão: José Mário, que por questão de justiça deverá ser o prefeito da Lua e Ivar Saldanha, o grande magoado do pleito que passou. Independente dos elementos que aparecem na foto, encontram-se no interior do Foguete: Dr. Pedro Braga Filho, médico cardiologista da Embaixada; Raimundo Silva, que incrementará o futebol na lua; Dr. Remiy Archer, conselheiro lunar; Cel. Sebastião Archer, chefe das Relações Públicas; Cel. Eugenio Barros, poliglota de bordo. Aeromoços: Luís Fernando e Ricardo Bogéa. Encarregados do serviço religiosa: Joel Barbosa e Cônego Ribamar. Mestre cuca de bordo: João Damasceno. Fornecedor de carne: Adroaldo Neves. **Supervisor Espacial: Newton Bello Filho.** Oficial de pesquisas fantasmagóricas: José Pereira dos Santos. Radialista de bordo: Sérgio Brito e Almir Silva. Dr. Murilinho, encarregado da plantação de pimentas na lua. Dr. Laurinho, pedirá vistas da história do famoso e discutido satélite. Dr. Orlando, encarregado de dar lições políticas aos lunáticos. **Lauro Barbosa comandará o eleitorado fantasma que Milet recambiou para lua.** Dr. Ney vai explorar o ramo cafeeiro na Lua, pois na Terra o negócio está muito manjado. Dr. Hilmar Raposo será o Delegado de roubos e montará, na Lua, moderna fábrica de cassetes de borracha. Dr. Jesus será o Secretário das Finanças lunáticas. Dr. Guerriot construirá uma barragem e fundará na Lua outro 15º DRF. Benú Lago será o diretor da Casa da Moeda na Lua.

NOTA FINAL: a Lua será transformada em Capitania Hereditária, a exemplo do que foi o Estado do Maranhão, até as eleições de 03 de outubro (Jornal Pequeno, 24 de outubro de 1965, p. 1).

É possível perceber, pela charge e pelo texto, que Vitorino Freire nesse momento já está sendo retratado fora do cenário, na Lua. Com a chegada de Sarney ao Governo Estadual, era necessário extirpar toda a corja, segundo o jornal, que compunha o cenário político no período vitorinista. Dentro do foguete há homens dos mais diversos ramos, que estavam sendo extirpados do cenário político maranhense. Também é feita referência a a revisão eleitoral³¹ feita no Maranhão no governo do marechal Castelo Branco.

Com a revisão eleitoral, foram retirados 206.203 eleitores fantasmas. Uma das práticas dos pleitos anteriores era a fraude, por isso para garantir a vitória de Sarney era necessário o presidente tomar essa atitude. Houve também convocação de tropas do exército, garantindo que tudo ocorreria “bem”. A revisão “incidiu diretamente sobre as engrenagens políticas

³¹“O Tribunal Superior Eleitoral estava de tal modo empenhado em dar fim as fraudes que, em 11 de agosto de 1964, promoveu uma reunião em Brasília com todos os presidentes dos Tribunais Regionais. O desembargado Macieira Neto, presidente do TER, ouviu do ministro Cândido Mota Filho, do procurador-geral, Oswaldo Trigueiro, e do relator dos processos do Maranhão, ministro Henrique d’Ávila, recomendações expressas no sentido de ser levado a bom termo o inquérito destinado a erradicar os vícios que maculavam os pleitos e conspurcavam a vontade eleitoral” (BUZAR, 2014, p. 336).

locais, contribuindo decisivamente para que as forças oposicionistas se aglutinassem em torno de Sarney” (PICCOLO, 2015, p. 81). Apesar de haver um intenso trabalho na sociedade civil, com os aparelhos privados de hegemonia (jornais) na formulação do consenso, também eram necessárias atitudes da sociedade política (Estado no seu sentido restrito). Em sociedade de tipo ocidental³², de acordo com as formulações teóricas de Gramsci, a tática para se chegar ao poder é através da guerra de posição, a conquista de espaço dentro da sociedade civil, porque só o poder do coercitivo do Estado (restrito) não é suficiente para conquista e manutenção da hegemonia. Apesar de estar num momento ditatorial, ter o apoio do governo federal, só isso não era suficiente para Sarney chegar ao Executivo Estadual.

O pleito de outubro de 1965 consagra a tão anunciada vitória de José Sarney nas urnas, ganhando com um número de votos expressivos diante dos seus concorrentes. Para essa vitória há uma compilação de forças para trazer o “novo” para o Maranhão. Claro que para o governo empresarial militar, significava mais um estado aliado, no qual não haveria contestação do governo estadual e os projetos federais seriam bem-vindos. Mas, para maioria da população maranhense, cansada dos governos anteriores era um dia de nova possibilidade. Era “O dia da Libertação” como os jornais aliados vão fazer questão de explorar:

O pleito de hoje marcará, com efeito; o fim de um ciclo político que se exauriu na sua inoperância. Mas terá mais do que isso o sentido de uma libertação definitiva. E que o Maranhão a partir de hoje mudou de rumos. Não aceitará a tutela da inépcia não aplaudirá a prepotência; não transigirá com a corrupção. Instalara-se hoje na nossa terra para a alegria dos que não tiveram futuro uma etapa histórica que dará futuro aos nossos filhos e sentido as nossas grandezas. O pleito de hoje não será apenas a consagração de um maranhense jovem. A eleição do Sr. José Sarney será mais do que uma vitória pessoal ou partidária (*O Imparcial*, 03 de outubro de 1965, p. 1).

Em meio as grandes esperanças do povo, assume, hoje, o governado do Maranhão o dr. José Sarney, o mais novo governador do Estado. Eleito com uma votação surpreendente, considerada como verdadeiro fenômeno eleitoral na história de nossa terra, a gente maranhense aguarda, ansiosamente, a sua ação administrativa no encaminhamento de soluções para os problemas regionais. Homem que encarna uma tradição de luta, líder dos mais influentes do momento político brasileiro, que soube impor-se a confiança e admiração do eleitorado pelo sentido cívico de suas campanhas e pelo vigor de sua combatividade, chegando ao poder pelo voto livre do povo, desejoso de dar ao nosso Estado novos métodos de governo. José Sarney empolgou as áreas populares, com sua pregação política, tornando-se a grande bandeira de liberdade da terra-comum (*Jornal Pequeno*, 31 de janeiro de 1966, p. 01).

³² Essa formulação de sociedade de tipo ocidental e oriental não é uma questão geográfica, mas sim política. Nas de tipo oriental, a tática precisa ser através da guerra de movimento, ou seja, o Estado precisa logo ser tomado à força, como ocorrido na Rússia.

Imagem 6: Período de apuração dos votos da eleição de 1965



Fonte: *Jornal Pequeno*, 1965, p. 01.

Em todo momento da apuração se manteve bem à frente dos seus concorrentes, tendo o seguinte resultado:

Gráfico 1: Desempenho dos candidatos na eleição de 1965 no Maranhão



Fonte: BITTENCOURT, 2016, p. 40.

Mesmo após ter alcançado seu objetivo, com a vitória do seu candidato, o *Jornal Pequeno* ainda continuou a cutucar e criticar Vitorino e Newton Bello:

Newton Bello, de uma cajadada, pretendia matar dois coelhos: derrubar Vitorino e passar uma rasteira no Sarney para se tornar o homem forte do Estado. Todavia falharam seus cálculos. Com a Correção Eleitoral, os fantasmas ficaram impedidos de votar. Newton Bello, dessa forma, ficou no mato sem cachorro como se diz na gíria. Na gravura vemos o governador Newton Bello e o Procurador Araujinho, em uma das suas mais recentes fotos, entre briosos oficiais do Exército Brasileiro, este mesmo Exército que

colaborou para lisura do pleito de 3 de outubro (*Jornal Pequeno*, 06 de outubro de 1965, p. 1).

Imagem 7: Newton Bello e o Procurador Araujinho



Fonte: *Jornal Pequeno*, 1965, p. 01.

Sobre Vitorino na seção Espírito de Porco, após toda a apuração dos votos:

Vitorino ter espalhado por toda imprensa carioca que quebraria Newton Bello – ESTÁ CERTO

No final do espetáculo ter sido quebrado pelo Sarney, amargando os dois, Newton e Vitorino espetacular derrota – NÃO ESTÁ ERRADO (*Jornal Pequeno*, 12 de outubro de 1965, p. 03).

São eleitos José Sarney e Antônio Dino para o Governo do estado e Eptácio Cafeteira para prefeitura. O novo prefeito até então era aliado de Sarney, mas com o futuro bipartidarismo, em 1966, vai filiar-se ao partido da “oposição”. A sua chegada ao governo sem dúvidas é um dos fatos mais importantes de sua carreira, é a partir desse momento que tem uma ascensão meteórica na política. Mas, no cenário maranhense ainda vai precisar ter muito jogo de cintura para lidar com os desafetos e saber se manter bem posicionado.

1.3 Chegou o Maranhão Novo!?

Ainda em 1965 o governo tentou obrigar o Congresso a aprovar uma emenda constitucional que enfraqueceria o Judiciário e limitaria mais ainda o Legislativo. Nesta ocasião, o Congresso não aceitou a vontade do Executivo Federal, em consequência disto, em 17 de outubro de 1965, foi assinado o Ato Institucional N° 2, pouco tempo após as eleições para governadores em onze estados:

Foi o preço pago pela posse de Negrão Lima na Guanabara e de Israel Pinheiro em Minas Gerais. Entretanto, como acontecerá com o Ato Institucional N° 1, seria limitada sua validade legal; deveria ela durar apenas até 15 de março de 1967, data do final do mandato de Castelo Branco. O Ato Institucional N° 2 habilitava o Estado a manobrar de diversas maneiras. Em primeiro lugar, capacitava o Aparelho Repressivo a concluir a operação de limpeza interrompida pela política de normalização intentada por Castelo Branco em 1965. Em segundo, a extinção dos partidos políticos e as rígidas exigências para constituição de novas formações obrigaram a oposição concentrar todas as suas energias na reconstrução das estruturas representativas. Finalmente, a crescente repressão, associada as novas formas de controle eleitoral, originou no seio da oposição um debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 1984, p. 94).

O recém-eleito governador do Maranhão declarou total apoio ao presidente e às medidas tomadas, mesmo com as medidas autoritárias que havia tomado. No final do ano de 1966, foi baixado o Ato Complementar N° 23, no qual ficava decretado o recesso do Congresso Nacional (até a data de 22 de novembro de 1966). Perceba, o Congresso fora de cena significava um maior poder para o chefe do Executivo Federal, podendo tomar quaisquer decisões sem muitas objeções. Mesmo assim, o governador maranhense, que tanto se intitulava representante dos anseios da vontade popular, não hesitou em apoiar e tentar mostrar para população que aquele Ato era benéfico:

O governador José Sarney agradecendo comunicação do Presidente da República, vem de cabografar ao marechal Castelo Branco hipotecando irrestrita solidariedade ao Chefe do Governo Brasileiro a propósito das medidas tomadas pelo Chefe da Nação para assegurar a tranquilidade em todo o país e o cumprimento do calendário eleitoral. O despacho carbografico do governador maranhense está vazado nos seguintes termos: “Tenho a honra de agradecer a Vossencia a gentileza da comunicação de haver decretado o recesso do Congresso Nacional na forma do Ato Institucional N° 2, no sentido de ser cumprido o calendário eleitoral e assegurada a tranquilidade em todo o país. Venho expressar minha solidariedade aos altos objetivos das medidas por vossa excelência pois tenho a convicção de que foram calcadas nos grandes propósitos que sempre nortearam a conduta do eminente e honrado presidente. Saudações José Sarney, Governador” (*Jornal Pequeno*, 22 de outubro de 1966, p. 01).

É possível observar o alinhamento do governador com os interesses do Executivo Federal, mesmo que essas decisões suprimissem direitos ou interferisse tragicamente na política nacional. A estratégia de trazer essa mensagem na primeira página do jornal é, através da grande popularidade que o governador gozava, mostrar como a chamada “Revolução”

também era boa e defendia os interesses populares. O trabalho de formulação do consenso, neste caso, atua em duas frentes, para beneficiar José Sarney e a ditadura empresarial-militar.

Retomando a 1965, no dia 20 de novembro, foi baixado o Ato complementar N° 4³³, suas normas estabeleciam o sistema bipartidário no país, assim foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) pelos apoiadores do governo. No Maranhão, a liderança da ARENA ficou nas mãos de José Sarney, passando a ser denominado pelo jornal *O Imparcial* como “o líder civil da Revolução no Estado”:

Dois acontecimentos marcaram uma profunda e definitiva transformação na política do Maranhão, após o pleito de 03 de outubro: a consagrada vitória de Sarney, que lhe conferiu uma incontestável e indivisível liderança das forças políticas mais ponderáveis do Maranhão, e a extinção dos Partidos, de que resultou a formação da ARENA, praticamente sem vinculação com as antigas facções, que já quase nada representavam na consciência do povo. Assim, graças ao apoio direto do povo manifestado nas urnas e nos comícios, e aos rumos dos acontecimentos nacionais, consolidou-se de modo decisivo a posição do Governador Sarney como o supremo líder da ARENA maranhense e chefe civil da Revolução em nosso Estado, depositário que é do Presidente da República e das Classes Armadas (*O Imparcial*, 03 de abril de 1966, p. 1).

No Maranhão, Sarney ficou responsável pela criação do novo partido:

Em reunião ontem com os demais parlamentares pertencentes as antigas forças de opositoristas do estado, o deputado Clodomir Milet propôs que o comendo das articulações, visando a formação de um novo partido no Maranhão, fosse entregue ao governador José Sarney. A proposta foi aprovada ficando, pois, o governador José Sarney incumbido de manter todos os entendimentos com o presidente Castelo Branco e com o Ministro da Justiça sobre a constituição do partido revolucionário no Maranhão. A partir de hoje o governador, que esteve presente à reunião, iniciará esses contatos na área do Governo Federal (*O Imparcial*, 26 de novembro de 1965, p. 01).

Com o bipartidarismo, Vitorino Freire também ingressou na ARENA, mas de acordo com Guilhon (2007), como não poderia formalmente opor-se ao governo, preferiu manter-se

³³ “Novos partidos deveriam constituir-se de pelo menos 120 deputados e 20 senadores no período de 45 dias, a contar da promulgação do ato. Não poderiam ser utilizados os nomes dos partidos extintos. A severidade do ato seria posteriormente abrandada, temendo o governo, naquelas circunstâncias, que não se apresentasse um número suficiente e parlamentares dispostos a arriscar as perdas de seus mandatos para formar m partido de oposição. Não interessava ao Estado de Segurança Nacional montar um sistema unipartidário. Visando sua própria legitimação, o estado queria um partido de ‘oposição responsável’, ao qual caberia oferecer ‘crítica construtiva’ ao governo” (ALVES, 1984, p. 94).

afastado, ampliando o espaço do líder do partido. Quanto ao MDB, ainda não havia conquistado muita expressão no estado. Um importante aliado de Sarney, em 1965, Epitácio Cafeteira ingressa no MDB e passa a ser oposição.

Instalado no governo estadual, Sarney precisava colocar em prática as medidas para construção do “Maranhão Novo”. A partir desse momento, dois termos serão ainda mais constantes e fortes nos discursos e planos do chefe do Executivo Estadual: planejamento e desenvolvimento. Para que um projeto inovador fosse aplicado no estado, era necessário um corpo de profissionais capacitados. A figura do intelectual também se torna marcante na construção do “novo Maranhão”. Observe a tabela de membros da “Geração de 50”, que também estavam atuando no campo político com Sarney:

Quadro 1: Elementos para análise da estruturação do aparato burocrático a partir da chamada “Geração de 50”

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	POSIÇÃO NA INSTANCIA INTELCTUAL	POSIÇÃO NO CAMPO POLÍTICO	CLASSIFICAÇÃO POR “GÊNERO LITERÁRIO” ³⁴
JOSÉ SARNEY	BACHAREL EM DIREITO	AML ³⁵ : CADEIRA Nº 22	GOVERNADOR DO ESTADO	POETA/NOVELISTA
BELLO PARGA	BACHAREL EM DIREITO	AML: CADEIRA Nº 33	DIRETOR DO BANCO DO NORDESTE	POETA/ENSAÍSTA
CARLOS MADEIRA	BACHAREL EM DIREITO	AML: CADEIRA Nº 34	JUIZ FEDERAL	CRÍTICO LITERÁRIO
DOMINGOS VIEIRA FILHO	BACHAREL EM DIREITO	AML: CADEIRA Nº 20	DIRETOR DO DEP. DE CULTURA	ENSAÍSTA
BANDEIRA TRIBUZZI	ECONOMISTA	-	MEMBRO DO GTAP E DA SUDEMA ³⁶	POETA/ENSAÍSTA

³⁴“Para afastar critérios conteudistas e classificatórios, entendemos que as classificações de ‘gênero literário’ atinentes aos membros da chamada Geração de 50, devem estar relacionados a quem classificou: ‘Apresentação’, sem autoria definida em SARNEY, J. 1970. Governo e Povo. Rio de Janeiro: Artenova” (GONÇALVES, 2000, p. 99).

³⁵ Academia Maranhense de Letras.

³⁶Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), criada em 1966.

REGINALDO TELLES	BACHAREL EM DIREITO	-	DIRETOR DA IMPrensa OFICIAL	CONTISTA
---------------------	------------------------	---	-----------------------------------	----------

Fonte: GONÇALVES, 2000, p. 99.

Esses homens eram usados também como uma representação de avanço para o governo Sarney, faziam referência ao Estado, o apresentando como decadente, precisando de revitalização, assim, era necessário a chegada do desenvolvimento. A modernização do aparato burocrático só poderia ser feita se fosse formado por homens com carreira tanto no campo político, como no intelectual.

Para acelerar esse processo foi criado inicialmente o Grupo de Trabalho e Assessoria e Planejamento (GTAP)³⁷, uma hiper-secretaria que funcionava junto ao Gabinete do Governador. “Concentrando as funções de planejamento a nível de programação governamental, o GTAP passa a desempenhar papel de grande relevância no traçado das diretrizes políticas e econômicas que viriam a ser adotadas pelo Governo do Estado” (BONFIM, 198, p. 75). Sarney apresentava esses técnicos como do mais alto gabarito, em sua maioria eles faziam parte da SUDENE³⁸ e haviam feito curso na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

Quadro 2: Composição da Assessoria Técnica do Governo de José Sarney

NOME	DESCRIÇÃO
MARIANO MATOS	TÉCNICO EM PLANEJAMENTO INDUSTRIAL DA SUDENE CURSO DA CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA)
MÁRIO PIRES LEÃO	TÉCNICO EM PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DA SUDENE CURSO DA CEPAL
JOAQUIM ITAPARY	TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA SUDENE CURSO CEPAL
PROF. JOSÉ DE JESUS MORAES	TÉCNICO EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL DA

³⁷Criada pelo Decreto 3.178 de 14 de março de 1966.

³⁸Criada pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, como objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, inicialmente, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. A SUDENE foi criada como uma autarquia subordinada diretamente a Presidência da República, e sua secretaria executiva coube a Celso Furtado. De 1959 a 1964, Celso Furtado foi responsável pela estratégia de atuação do órgão. A partir de 1964 ela foi incorporada ao Novo Ministério do Interior, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos e deturpados. Foi fechada em maio de 2001, a partir de denúncias de que estava favorecendo clientelas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acessado em: 08.04.2018.

RÊGO	SUDENE
CARLOS ALBERTO MADEIRA	EX-MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DA FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES, CRÍTICO DE ARTE, PROFESSOR DE DIREITO, AUTOR DE IMPORTANTES TRABALHOS JURÍDICOS
ELIEZER MOREIRA FILHO	BACHAREL EM DIREITO. CHEFE DO SERVIÇO DO SUPERIOR TRIBUNAL DO TRABALHO
JOÃO ALBERTO DE SOUZA	ECONOMISTA DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO
BANDEIRA TRIBUZZI	ECONOMISTA

Fonte: BITTENCOURT, 2016, p. 55.

Esses nomes também representam a imagem de eficiência que Sarney queria trazer, observe como é composta por advogadas, economistas e os técnicos advindos da CEPAL. Então, o planejamento para “eficiência” do seu governo estava sendo encaminhando por homens de renome no campo jurídico e econômico.

Essa foi uma medida inicial, mas era necessário criar uma agência dentro do aparato burocrático, a qual seria um organismo de planejamento para a “retomada do desenvolvimento”, ou seja, através dela seria legitimado o projeto do “Maranhão Novo”, como afirma Maria de Fátima Gonçalves (2000), através do discurso do desenvolvimento regional, para Sarney o Maranhão era o estado mais promissor do Nordeste e estava precisando de quem o colocasse nos trilhos para poder despontar.

Sarney montou seu grupo de secretários através do discurso da universalização do serviço público, ou seja, aquele grupo representaria os interesses sociais e a escolha se pautava em suas qualificações e não em questões pessoais. Na política todos sabem que não há imparcialidade, as escolhas são feitas por critérios pessoais, então, esse discurso era apenas para tentar parecer um melhor político para população.

Quadro 3: Secretários do Governo de José Sarney

NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	FUNÇÃO NO APARELHO DE ESTADO
CÍCERO NEIVA	-	SEC. DE INTERIOR E JUSTIÇA
JOSÉ DUAILIBE MURAD	MÉDICO	SEC. DE SAÚDE PÚBLICA
JOSÉ RODRIGUES PAIVA	CORONEL DA PM/MA	SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA
HAROLDO TAVARES	ENGENHEIRO	SEC. DE VIAÇÃO E OBRAS

		PÚBLICAS
NYWALDO MACIEIRA	BACHAREL EM DIREITO	SEC. DE AGRICULTURA
JOSÉ MARIA CABRAL MARQUES	BACHAREL EM DIREITO	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO/ SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ORLANDO MEDEIROS	BACHAREL EM DIREITO	SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ELIÉZER MOREIRA FILHO	BACHAREL EM DIREITO	SEC. SEM PASTA PARA ASSUNTO DO GABINETE DO GOVERNADOR
LOURENÇO VIEIRA DA SILVA	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	SECRETÁRIO DE AGRICULTURA
JOAQUIM ITAPARY	BACHAREL EM DIREITO	SUPERINTENDENTE DA SUDEMA
PEDRO NEIVA DE SANTANA	MÉDICO	SECRETÁRIO DA FAZENDA
ALFREDO SALIM DUAİLIBE	MÉDICO	SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Fonte: GONÇALVES, 2000, p. 148.

É possível observar a predominância da carreira jurídica na formação dos secretários. De acordo com Fátima Gonçalves (2000), são os intelectuais sendo convocados para o campo burocrático. De todo secretariado, os únicos que já tinham carreira política eram Pedro Neiva de Santana e Alfredo Duailibe. Os outros ocupavam apenas o campo intelectual. Então, a escolha desses nomes era uma estratégia para mostrar como a máquina pública iria ser “limpa”, e a competência agora seria o maior critério. Os aparelhos privados de hegemonia, que apoiavam o governador, trabalharam para passar essa mensagem para sociedade maranhense:

Há meses, dessa coluna, dissemos que o êxito administrativo de um Governo depende, em grande parte, do seu secretariado, e continuamos a pensar assim, vejamos: Começamos pelo senhor Nywaldo Macieira, secretario de agricultura. É professor de economia, técnico em administração, advogado. A sua pasta, em um estado, como o do Maranhão, é de fundamental importância, para desenvolvimento deste pedaço do Brasil; a Secretaria de Viação, ocupada, atualmente, por um engenheiro diplomado, pós graduado em física nuclear, parece-nos enquadrado na problemática do governador; a Secretaria de Saúde está ocupada pelo nosso amigo, Drº José Murad, cardiologista famoso e dinâmico administrador; a Secretaria de Finanças,

tem como titular o Dr.º Pedro Neiva de Santana, oftalmologista eminente e provento professor da nossa faculdade de Direito; na Secretaria do Interior e Justiça o sr. Cícero Neiva, nosso velho conhecido, honesto e competente; na Secretaria de Segurança, o Cel. Paiva, do Exército Nacional; no comando da Polícia Militar o Major Medeiros, odontólogo e professor da faculdade de Farmácia e Odontologia (Eldes Machado. *Jornal Pequeno*, 29 de março de 1966, p. 03).

É possível observar como o jornal detalha a formação e principais experiências de cada secretário, abordagem essencial para demonstrar como novos tempos estavam chegando no Maranhão. Em janeiro do mesmo ano, já havia feito uma matéria de capa ainda mais detalhada sobre os secretários, intitulada “*José Sarney escolheu secretário capazes: gabinete formado é a esperança*”. Viviam-se uma época em que a eficiência de um governo era atribuída ao grau intelectual dos secretários e assessores do governador. Então, apresentar isso para sociedade civil significava mostrar a diferença do novo governo frente aos anteriores, considerados como corruptos e sem eficiência. Dessa maneira, o governador trouxe alguns “jovens técnicos” da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

A SUDENE informou hoje que, atendendo a uma solicitação do Governador eleito do Maranhão, Sr. José Sarney, prestará toda assistência técnica ao Estado em referência. Acrescentou mais, que essa assistência abrangerá inclusive, a elaboração de um plano governamental, que condicionará a longo prazo o desenvolvimento daquele Estado nordestino (*O Imparcial*, 26 de janeiro de 1966, p. 1).

O plano de governo foi dividido em dois planos de trabalho: um emergencial e outro para ser executado nos últimos anos de governo. Quanto ao primeiro:

O Plano Emergencial enfatizará a dinâmica do desenvolvimento estadual, nos seus vários atores e atividades. No que diz respeito a educação, salientou que o seu governo executará o Plano Estadual de Educação, destacando o treinamento e formação de mão de obra especializada, em colaboração com a SUDENE e com a USAID e que a educação primária merecerá tratamento todo especial. No setor da agricultura procurará cuidar do abastecimento para os grandes centros urbanos, de acordo com uma política racional a ser elaborada pela assessoria técnica. No plano da energia, pretende dar todo o apoio à COHEBE, que inclusive, ficará responsável pela CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão – e construirá uma hidrelétrica no rio Farinha com capacidade de 8,300 KW. Em face da extensão territorial do Maranhão, o setor da viação é dos mais atrasados, pretendendo com seu Plano de Emergência, fazer a implantação definitiva da BR-10, no trecho Carolina Porto Franco, para acesso as obras do Rio Farinha. Outra implantação importante, no plano, é a ligação São Luis Boa Esperança, para acesso as

obras da COHEBE, além de outras rodoviárias integradas no Plano Rodoviário Nacional. Por sua vez, o setor tributário, que considera um dos mais seriamente atingidos, será saneado devidamente e adaptado as necessidades do Maranhão, com uma política fiscal racional, desvinculada da política partidária (*O Imparcial*, 08 de março de 1966).

De acordo com Núbia Bonfim (1982), além da reforma administrativa, em seu primeiro ano de governo focou-se nos setores da Energia e do Transporte. A ênfase nesses dois setores significava a preparação para um dos passos seguintes que seria a industrialização. Para pôr em prática esse plano, seria ampliada a capacidade da Usina de Boa Esperança e criado o Plano Rodoviário Estadual. O ministro de Minas e Energia, Mario Thibau, em visita ao Maranhão para analisar o problema energético, declarou em nota:

Referindo-se a hidrelétrica de Boa Esperança, declarou o ministro de Minas e Energia que as obras caminham dentro dos prazos normais e que em breve o Maranhão se beneficiará com a energia elétrica que ali será produzida. Adiantou que as linhas de transmissão já estão sendo instaladas e que os problemas de vários municípios já se encontravam devidamente equacionados e solucionados. Prosseguindo, disse o ilustre titular, que sua presença neste estado é uma prova eloquente do interesse que desperta a atual administração maranhense ante o governo da República. Enalteceu os planos práticos do governo Sarney, afirmando, a certa altura que são plano ambiciosos, digno de um governo que deseja realizar uma verdadeira administração (*O Imparcial*, 19 maio de 1966, p. 08).

Na área bancária, nomeou Luis Carlos Bello Parga para direção do Banco do Estado do Maranhão, segundo *O Imparcial*, um “alto funcionário do Banco do Brasil”. Sarney almejava duplicar o capital desse estabelecimento. No mês de maio de 1966 o diretor afirmou um convenio com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)³⁹. É importante destacar que esse banco representava fortemente a política econômica do governo federal:

³⁹ “O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº 1.628, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, o BNDE inicialmente esteve sob a jurisdição do Ministério da Fazenda. Em setembro de 1951, as diretorias do Banco Mundial e do *Export-Import Bank (Eximbank)* anunciaram estar dispostas a financiar os projetos de investimento propostos pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A expectativa das autoridades brasileiras era que os recursos liberados a serem por essas duas agências para o programa de investimento da comissão mista chegassem a quinhentos milhões de dólares. Nos meses seguintes, aprovou-se uma série de leis que criavam as bases legais para a constituição de um Fundo de Reparelhamento Econômico, cuja principal fonte era uma taxa adicional sobre o imposto de renda devido por pessoa física e jurídica. Para administrar esse fundo, e mais os recursos oriundos do Ministério da Fazenda (em moeda nacional) e os montantes externos dirigidos ao país (em moeda estrangeira), foi proposta a criação de um banco especial, cuja tarefa seria criar condições para a superação dos entraves ao fluxo de investimentos - públicos e particulares, nacionais e estrangeiros -, necessárias ao desenvolvimento da economia brasileira. O BNDE nascia com a dupla incumbência de elaborar análises de projetos e de atuar como o braço do governo na implementação das políticas consideradas fundamentais para o avanço da industrialização. Em síntese, o Banco

Como não poderia deixar de ser, o BNDE situa-se por inteiro dentro dessa orientação econômico-financeira do Governo da Revolução. E o faz na condição da principal agência financeira federal para investimentos, na situação ímpar de poder colocar a serviço de tal orientação sua ampla bagagem técnica e de grande experiência em problemas aplicados de desenvolvimento. Como consequência, renova-se o BNDE para se ajustar à orientação econômica estabelecida pelo Governo Federal e para adequar-se a atual quadra da vida econômica do país (*Boletim Mensal* nov/dez 1965, p. 16).

O governo anterior era acusado de não saber administrar o tesouro do governo, trazendo danos irreparáveis para o desenvolvimento do estado. Dessa forma, rodeado de técnicos e secretários bem capacitados, Sarney sanearia esses problemas, contando também com ajuda financeira tanto de recursos federais como estrangeiros:

Com a ajuda do Governo Federal, no montante de 15 bilhões solicitados pelo governador, e mais os convênios com a SUDENE, temos a impressão que o Maranhão enveredará pelo caminho do progresso. Completando tais prognósticos, aí temos uma Assessoria Técnica, com moços do gabarito do Dr. João Alberto, conduzindo o estado para uma arrancada edificante (*Jornal Pequeno*, 02 de maio de 1966, p. 01).⁴⁰

Pelo que se percebe no discurso de Sarney e nas páginas dos jornais, em 1966 o novo governador pegou o Maranhão num grau elevado de problemas e quase nenhuma realização de Newton. No entanto, o jornal *O Imparcial*, grande apoiador de Sarney, em 1965 fez uma matéria sobre as realizações do governo Newton Bello:

A administração do governador Newton Bello vem, neste último ano de seu mandato, envidando esforços por atingir, nos diversos setores dos negócios públicos, as metas a que se propôs, desde a plataforma de candidatura até as conclusões do planejamento técnico a que se fixou. Atestado bem positivo que vimos de afirmar é o grande número de realizações, em andamento em via de conclusão ou já inauguradas nestes últimos dias. Para assinalar o transcurso de mais um aniversário natalício do Chefe do Governo ocorrido a 12 do fluente, os auxiliares de S. Excia. Tomaram empenho em inaugurar no curso deste mês várias das obras que se incluem nas metas de seu governo. Nossa reportagem pode assinalar entre outras, os seguintes melhoramentos:

seria o principal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Mesmo após a criação do BNDE, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos continuou funcionando, encerrando oficialmente suas atividades em 31 de janeiro de 1953. Seu relatório final concluía que as deficiências nas áreas de energia e transporte eram os maiores nós do crescimento do país” Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>. Acessado em: 28/10/2018

⁴⁰Dr. João Alberto era um dos executores da política econômica do Governo Sarney, economista, presidente da DEMAR e diretor da receita

Fundo de Revenda da Secretaria de Agricultura; Granja Barreto; Fazenda de Bubalinos em Pinheiro; instalação da Loteria Federal do Maranhão; Hospital Aldenora Bello; ampliação do Hospital Dr. Tarquínio Lopes e do Pronto Socorro Getúlio Vargas; casas entregues aos profissionais do Volante; mais casas para os funcionários públicos; Penitenciária Agrícola em setembro (*O Imparcial*, 18 de julho de 1965, p. 03).

Em julho de 1966 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), ligada diretamente ao governador e tinha por objetivos planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão. Ela ocupou uma posição elevada na hierarquia estatal e um de seus produtos foi o I Programa de Governo do Estado do Maranhão (I PGEM) em 1968:

[...] o desenvolvimento é a temática central do Programa e das sucessivas mensagens a Assembleia Legislativa. Analisando-os, são observados, sempre, três partes: diagnóstico do subdesenvolvimento – Maranhão pobre, atrasado -; os principais eixos – infraestrutura, educação e agropecuária – e o estabelecimento de programas, com objetivos e metas definidos, vistos como ações desenvolvimentistas concretas. Portanto, a superação do subdesenvolvimento é considerada justificativa para atividade de planejamento, que tem, na elaboração do plano, um de seus momentos (PEREIRA, 2008, p. 78).

O I PGEM localizava a origem do subdesenvolvimento do Maranhão nas relações desequilibradas dos seus setores, caracterizando a mão de obra como desqualificada e sem possibilidade de promover muitas mudanças na produção.

É importante destacar que nesse período os economistas estavam sendo reconhecidos como importantes no planejamento para o crescimento econômico. No governo de Sarney, os economistas eram representados por Bandeira Tribuzzi (coordenador da SUDEMA) e Joaquim Itapary (Superintendente da SUDEMA).

Apesar do I PGEM tentar passar a ideia de consenso quanto aos problemas oficiais, Fátima Gonçalves (2000) afirma que os dissensos eram constantes e havia um racha entre os chamados “bovinocratas” (foco na agropecuária) e os “industrialistas” (foco na industrialização), estes principalmente representados por Bandeira Tribuzzi. A grande questão era qual setor seria privilegiado no planejamento do Governo.

A posição que saiu privilegiada foi a agropecuária, ou seja, os esforços maiores seriam nesse setor para poder preparar terreno para uma maior industrialização. Um dos exemplos

dessa política voltada para esse setor é a criação da Lei de Terras (1969)⁴¹. Robison Pereira (2008) destaca que Sarney em seus discurso e promessas durante sua campanha e governo, colocou tanto em pauta planos o desenvolvimento do Maranhão e acabou relegando a ele a posição apenas um papel de produtor agropecuário, ou seja, tanto se planejava tirar o estado do subdesenvolvimento, mas na prática não se efetivou.

Na passagem de 1966 para 1967, o governador tinha outra questão para se preocupar: a sucessão presidencial. Em função da proximidade com Castelo Branco, Sarney temia como seria sua relação com o próximo presidente. Em 07 de dezembro de 1966, o AI-4 foi editado e o Congresso foi transformado em Assembleia Constituinte⁴², para aprovação do projeto de Constituição. Em 15 de março de 1967 Costa e Silva toma posse, nesse mesmo ano entrava em vigor a Nova Constituição.

Regina Echeverria (2011) explica que com a morte de Castelo Branco, em 18 de julho de 1967, Sarney sentiu-se desprotegido e a mercê de Costa e Silva. Sua situação não era mais grave porque o governador do Maranhão era muito amigo de Mario Andreazza ⁴³, que sustentava sua situação política com o presidente. Com medo de o seu mandato ser cassado, adotou algumas estratégias:

Sarney precisou planejar seus próximos passos cuidadosamente. No segundo ano de governo no Maranhão, ele não queria ser cassado de jeito algum. Os adversários – Vitorino Freire à frente – estavam alertas. Umas das táticas

⁴¹ N° 2.979/69.

⁴²A 7 de dezembro de 1966, o presidente da República editou o Ato Institucional nº 4, pelo qual o Congresso Nacional foi convocado para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro daquele ano a 24 de janeiro do ano seguinte, 1967. O objeto da convocação extraordinária era a discussão, votação e promulgação do projeto de constituição apresentado pelo presidente da República. Dizia o ato institucional que logo que o projeto fosse recebido pelo presidente do Senado seriam convocadas para sessão conjunta as duas casas do Congresso e que o presidente deste designaria uma comissão mista, composta de 11 senadores e 11 deputados, indicados pelas respectivas lideranças e observado o critério da proporcionalidade. A comissão mista reunir-se-ia 24 horas após a sua designação, para a eleição de seu presidente e vice-presidente, cabendo àquele a escolha do relator, o qual, dentro de 72 horas, daria seu parecer sobre o projeto em globo, que deveria concluir pela aprovação ou rejeição da proposta (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Assembleia Constituinte. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 03/06/2018.

⁴³Com o movimento político-militar de 31 de março de 1964 e a posse do general Castelo Branco na presidência da República em 15 de abril, foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Costa e Silva. Em agosto de 1965 foi promovido a coronel. Logo após a decretação, em 27 de outubro, do Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos e instaurou eleições indiretas para a presidência da República, marcando o pleito para 3 de outubro de 1966, deu início a uma intensa campanha em favor da candidatura de Costa e Silva. Em 30 de dezembro, ao lado do general Jaime Portela, lançou oficialmente essa candidatura e daí em diante empenhou-se em popularizá-la, apresentando o ministro da Guerra ao público como o “Seu Artur”, liberal e bonachão. Apoiado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar criado em abril de 1966, Costa e Silva, candidato único, foi eleito pelo Congresso em outubro. Andreazza foi então convidado para o Ministério dos Transportes, no qual tomou posse em 15 de março de 1967, ao se iniciar o novo governo (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Mario Andreazza. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 03/06/2018.

adotadas pelo jovem governador foi dar publicidade às suas realizações. Em janeiro [1968], o *Jornal do Brasil* informou que ele havia consolidado sua meta do Maranhão Novo e entregado à população a primeira etapa do sistema telefônico intermunicipal, 300 quilômetros de rodovias e adutoras e 503 unidades iniciais do programa Casas para o Povo. Havia inaugurado ainda 34 ginásios no interior, a faculdade de Educação e Filosofia de Caxias e a faculdade de Engenharia do Maranhão, em São Luís. Acima de tudo, fizera a ponte sobre o rio Anil, obra que mudaria a geografia da capital e impulsionaria seu desenvolvimento. No mês seguinte seria a vez de O Estado de S. Paulo louvar o trabalho de Sarney, que vinha se juntar a nova safra de governadores com uma cabeça mais administrativa, que havia começado com Carlos Lacerda no Rio e, depois, com Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, e Ney Braga, no Paraná (ECHEVERRIA, 2011, p. 184).

Regina Echeverria (2011) ainda destaca nesse período, o que chama de “frequentes ataques” do *Jornal Pequeno* contra Sarney, periódico que fora um dos grandes apoiadores na campanha de 1965, agora tinha se tornado um algoz. A autora justifica essa oposição de Ribamar Bogéa a Sarney, não por questões políticas, mas sim pessoais, pois o dono do jornal estaria cobrando com preço alto o apoio dado na campanha. Mas, é importante destacar que a obra dessa autora é uma biografia com tendência mais a criar uma imagem positiva de José Sarney. Nesse período o político em questão comprou o *Jornal do Dia*:

Naquele tempo, quando um político queria se defender de um jornal, simplesmente comprava outro. Sarney associou-se a Clodomir Millet e Nunes Freire para assumir o controle do *Jornal do Dia*, veículo antiquado que circulava com apenas quatro páginas. Comprou 50% das ações e deu sua casa como pagamento, por meio de escritura pública. Tempos depois, arrematou a parte dos sócios. Sarney valeu-se de uma lei de isenção de impostos da Sudene para quem comprasse ações de empresas no Nordeste e, assim, tornaram-se acionistas de seu empreendimento jornalístico nomes como Magalhães Pinto, Abreu Sodré, Roberto Campos e Carlos Castello Branco. O amigo Bandeira Tribuzzi assumiu a direção. Em 1973, o jornal mudou de nome, passando a se chamar, como hoje, O Estado do Maranhão (ECHEVERRIA, 2011, p. 186 e 187).

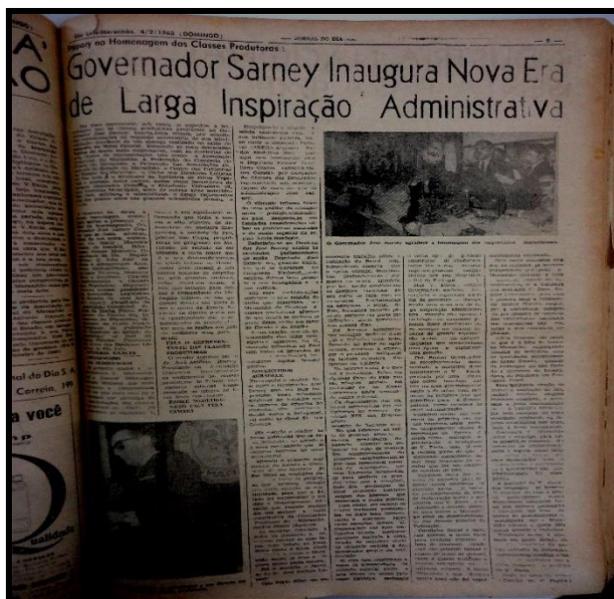
O *Jornal do Dia* também foi um grande apoiador de Sarney para sua chegada ao governo estadual, mas nos anos de 1968 e 1969 há uma intensificação da promoção da imagem do governador. Nesse período veiculava matérias que ocupavam uma página toda sobre os feitos de Sarney e como o Maranhão havia “progredido”, como é possível observar nas imagens abaixo:

Imagem 8: *Jornal do Dia* – Sarney É Esperança Para Brasil



Fonte: *Jornal do Dia*, 07 de fevereiro de 1968, p. 05

Imagem 9: *Jornal do Dia* – Sarney Inaugura Nova Era



Fonte: *Jornal do Dia*, 04 de fevereiro de 1968, p. 05

Imagem 10: *Jornal do Dia* – Sarney está de fato construindo um Maranhão Novo



Fonte: *Jornal do Dia*, 23 de janeiro de 1968, p. 07

É possível observar nessas matérias que também era dada voz a pessoas influentes que exaltavam o governo de José Sarney, forma de dar mais credibilidade para imagem construída em torno do governador. Também era mostrado que Sarney gozava de todo apoio e prestígio com o governo federal:

A melhor prova do apoio que nós trazemos ao governador José Sarney é aquela que demos hoje, quando inauguramos 505 casas do plano de habitação. E naquele momento mesmo prometemos que haveremos de duplicar, triplicar, quadruplicar, o número de casas a serem construídas dentro do plano habitacional e de acordo com o plano do governador Sarney, a quem muito prezamos e admiramos, desde quando travamos nosso primeiro contato com a SUDENE em que eu vi que realmente se tratava de um homem probo e honrado que queria tudo fazer pelo bem de sua terra.

Estas palavras são do general Afonso Albuquerque Lima, Ministro do Interior, ao se referir, ontem, à noite, em entrevista coletiva, ao apoio do governo federal a administração de José Sarney no estado (*Jornal do Dia*, 06 de fevereiro de 1968, p. 05).

Diariamente o jornal não media esforços para mostrar o quão empenhado o governador estava em melhorar o Maranhão, e, também como já tinha feito conquistas importantes, como levar saneamento para baixada, o grande empenho na construção de Boa Esperança (COHEBE) e, em consequência, a ampliação do fornecimento de energia pela CEMAR, a captação de recursos para o estado, a instalação de mais indústrias, etc. Então, é possível perceber:

A relação do governador José Sarney com o Jornal do Dia e como se dava o fazer jornalístico naquele período pode ser percebido na edição do dia 31 de janeiro de 1969. Neste dia, o periódico traz uma edição especial em comemoração aos três anos do governo Sarney, com uma série de reportagens sobre “os feitos” do governo. Quase todas as páginas do jornal foram dedicadas a fazer propaganda do governador, podendo ser comparado aos atuais jornais de assessorias. Eram textos que ocupavam páginas inteiras. Matérias falando de asfaltamento, energia elétrica, saneamento e infraestrutura e mensagens de empresas que tinham trabalhado e/ou se beneficiado com o governo, como a Construtora Itapoã LTDA. Algumas tinham um caráter de gratidão pelos benefícios que Sarney trouxe ao estado: ‘Saudamos no Governador José Sarney – o construtor do Maranhão Novo’ (COSTA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 08).

Ainda no ano de 1968, o governador José Sarney recebeu o ex-presidente Juscelino Kubitschek, “[...] entre brindes e discursos inflamados, Sarney chamava JK, considerado um inimigo pelos militares, como meu presidente” (PEREIRA, 2008, p. 47). Muitos desacreditavam que o governador teria coragem de receber JK no Maranhão, pois em abril de 1968, o presidente Costa e Silva colocou a Frente Ampla⁴⁴ na ilegalidade, e Juscelino se tornou um grande inimigo do governo militar.

O ex-presidente estava no estado porque fora convidado pelos formandos da turma de Economia da Universidade Federal para ser o paraninfo, enquanto o governador seria o patrono. “Muitos questionaram se Sarney teria coragem de recebe-lo. Teve. [...] ofereceu-lhe um jantar no Palácio dos Leões. Concedeu-lhe tratamento a altura de um ex-presidente e lembrou o quanto ele havia trabalhado pelo Brasil” (ECHEVERRIA, 2011, p.189). Lógico que isso traria dor de cabeça para Sarney, a sua personalidade camaleônica não poderia ser à prova de tudo. Nesse mesmo ano foi instaurado o Ato Institucional Nº 05 (AI-5):

Naquele 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5, o AI-5, mais duro golpe imposto ao país pelo regime militar. Formalizando-se a ditadura dando poderes absolutos ao presidente da República, mergulhando definitivamente o Brasil nos anos de chumbo. Decretou o recesso do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores e concedeu a presidência a prerrogativa de cassar

⁴⁴Movimento político lançado oficialmente em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar “pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”. Seu principal articulador foi o ex-governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que, embora tivesse participado do movimento que derrubou o presidente João Goulart (“Jango”), em 31 de março de 1964, não concordava com as medidas políticas e econômicas tomadas pelo regime militar que então se instalou. Além de Lacerda, a frente contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de correligionários de ambos. Foi extinta em 5 de abril de 1968, pela Portaria nº 177, baixada pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva (Dicionário Histórico Biográfico, FGV-CPDOC, verbete Frente Ampla. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br). Acessado em: 10/06/2018.

direitos políticos por até dez anos e cancelar os recursos do habeas corpus nos casos considerados crimes contra segurança nacional, entre outras medidas (ECHEVERRIA, 2011, p. 191).

Voltando ao assunto sobre a Lei de Terras, como já citado anteriormente, Sarney fez parte do Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste (GTDN-1959) durante o governo de JK. Esse grupo considerava, de acordo com Fátima Gonçalves (2000), que uma política eficaz de desenvolvimento do Nordeste era o deslocamento da fronteira agrícola. O GTDN defendia a via de desenvolvimento da região através da colonização maranhense. Essa colonização incorporaria mão de obra e terras num sistema econômico mais amplo, vinculado a mercados consumidores.

Ainda de acordo com a autora, mesmo Sarney tendo feito parte do grupo e teoricamente parecer corroborar com seus planos, foi na contramão ao estabelecer a Lei de Terras que reestruturou formalmente o mercado de terras, fechando as fronteiras agrícolas. Então, percebe-se como a concepção que Sarney passará a demonstrar desse processo vai destoar, pois, enquanto para GTDN as fronteiras apontavam a direção do Maranhão para o Nordeste, o governador considerava que deveriam se constituir mais a Amazônia, se referindo ao Maranhão como “porta da Amazônia”. As novas fronteiras maranhenses foram definidas pela reestruturação formal do mercado de terras, foram abertas aos empresários e fechadas ao pequeno produtor, o “desenvolvimento” seria pela instituição oficial dos grandes empreendimentos agropecuários em detrimento dos projetos de colonização:

Enquanto a proposta do GTDN (1959), posteriormente o Projeto de Povoamento do Maranhão (1961-1963) formulado pela SUDENE demarcavam o Maranhão e a Pré-Amazônica maranhense como fronteira agrícola, onde essa região seria tomada como um recurso aberto, a Lei Estadual de Terras possibilitou o início dos grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão, efetivados no aparato burocrático pela criação da Companhia de Colonização (COMARCO) em outubro de 1972 (GONÇALVES, 2000, p. 175).

O interessante é que durante a campanha e seu primeiro ano de governo, seu discurso era inflado sobre a inserção do Maranhão no desenvolvimento regional, seu alinhamento com os projetos da SUDENE, da qual recebeu vários recursos. Com a Lei de Terras, consolidou um processo de expropriação e concentração de terras, dando margem para criação de grandes latifúndios.

Em entrevista a Palmério Dória (2008), Jackson Lago (ex-governador do Maranhão) explicou que antes do governo de Sarney, quando havia grandes secas em outros estados nordestinos, muitas pessoas vinham para Maranhão, sendo considerado estado-solução para Celso Furtado, mesmo sem um grande aparato maquinário, era um grande produtor de arroz, abastecia o Nordeste e ainda mandava o produto para estados do sul/sudeste. Dória indaga Jackson sobre o porquê de o maranhense ter se tornado um imigrante então, e o entrevistado data essa mudança no final do governo de Sarney (1969), com a Lei de Terras, quando o governador mandou mensagem à Assembleia e explicava que essa lei servia para regularizar o serviço do trabalhador rural. De acordo com Jackson Lago:

Ninguém pode ter mais de três mil hectares sem autorização do Senado. Ele [Sarney], para atender interesses – no começo, de um grupo do Paraná que queria grande áreas na pré-Amazônica, madeira formidável – mandou essa mensagem e criava as sociedades anônimas, mas definia o número de membros de cada S.A. Então, digamos, como não definiu, se a S.A. tivesse cem sócios, recebiam 300 mil hectares. O vice [Antônio Dino] que assumiu ficou preocupado, eu sabia de tudo, dos detalhes, porque trabalhava num hospital com o vice-governador, nós eramos cirurgiões. No fim se entrou num acordo, cada empresa teria no máximo vinte e dois acionistas, vinte e dois vezes três são sessenta e seis. E aí começou o Maranhão a ter grandes áreas entregues para grandes grupos. E o Sarney se juntou ao Abreu Sodré que saiu governador de São Paulo na mesma época” (DORIA, 2008, p. 55 e 56).

Ainda de acordo com Jackson Lago:

Quando dizíamos que Sarney havia entregado as terras do Maranhão, ele respondia: no meu governo, nunca. É verdade, foi no outro. Depois surgiu o governador Nunes Freire, também desses nomeados, um médico, sério e tal dentro dos valores éticos dele, muito correto, mas latifundiário: ele conhecia bem esse negócio de terra, e viu que os graúdos queriam não apenas vender a madeira, mas pegar dinheiro da Sudene. Então tinha treze grandes projetos e o Nunes Freire disse: Eu não dou, está errado isso. Aí o mundo quase desaba em cima do Nunes Freire, grandes revistas, jornais. Ele recuou, assinou, e passou a haver grandes áreas dirigidas por empresas nacionais e estrangeiras, que tinham lá seus capatazes (DORIA, 2008, p. 56).

Os jornais maranhenses analisados ajudaram a fazer com que a maioria da população acreditasse num projeto político que futuramente mostraria sua verdadeira face e a quem beneficiaria. A questão tão forte do desenvolvimento nos discursos e nos projetos, era um alinhamento ao projeto político e econômico do governo empresarial-militar.

Ao final do governo de José Sarney, realmente algumas promessas foram cumpridas, houve a construção da Usina de Boa Esperança, levando energia para muitos interiores, mais estradas asfaltadas, a construção da Ponte do São Francisco.

Mas, como nos chama atenção Robison Pereira (2008), o processo de “modernização” feito por Sarney, tirou inúmeros moradores para construção da ponte José Sarney e elitização do bairro do São Francisco, onde seria instalado seu parque de comunicação (rádio, televisão, jornal e gráfica). Essas pessoas foram transferidas para locais de difícil acesso e péssimas condições sanitárias.

Os trabalhadores rurais do Vale do Rio Pindaré, região de atuação de Manoel da Conceição, que havia dado seu apoio na campanha de 1965, foram violentamente reprimidos quando tentaram reabrir suas entidades no começo do governo de Sarney. Manoel da Conceição além de perder a perna fora preso e posteriormente exilado.

Sua política com a Lei de Terras abriu um enorme espaço para concentração terras, criação de grandes latifúndios, acentuação da desigualdade econômica, a venda de grandes extensões de terras muito baratas para empresas e indústrias. As suas medidas passaram distantes da política de Reforma Agrária tão defendida durante a campanha. O trabalhador rural que pensará, naquele ano de 1965, em mudanças e melhoria de vida, continuou na mesma situação ou pior ainda. Quem de fato fora beneficiado foram empresários nacionais e internacionais, ajudando a acentuar a pobreza e a concentração de renda na mão de uma fração de classe.

Em 14 de maio de 1970, José Sarney entrega o cargo de governador do Maranhão para Antonio Dino, após reunião com o presidente Médici⁴⁵. Segundo Robison Pereira (2008), foi só nesse momento que seus correligionários souberam do seu afastamento para se candidatar em novembro, pois, em dezembro de 1969, o então governador declarou categoricamente levar o mandato até o fim. Dino, ao assumir o cargo, rompe com Sarney.

No momento que esteve em Brasília, aproveitou para colocar uma nota nos jornais maranhenses, sobre a saída do governo do estado, exaltando a “Revolução” e seus governos, porque depois de receber tão cordialmente JK no Maranhão e ver a reação do governo federal, percebeu que deveria assumir só um lado, pois nesse caso suas técnicas camaleônicas não iriam dar certo:

Vim comunicar ao Exmo. Sr. Presidente da República o meu afastamento do governo do Maranhão no próximo dia 14, para ficar em condições

⁴⁵Emílio Garrastazu Médici fora o terceiro general presidente da ditadura empresarial militar brasileira. Tendo seu mandato de 30/10/1969 a 15/3/1974.

institucionais de disputar uma cadeira no Senado, atendendo ao apelo que não posso recusar, e agradecer a S. Exa. O apoio do governo federal e revolução a ajuda que foi dada ao Estado do Maranhão durante o exercício do meu mandato. A minha vocação política me impõe essa decisão para ser coerente com a orientação de renovação que a revolução implantou no meu Estado. A questão sucessória é da absoluta alçada do Exmo. Sr. Presidente, e o meu desejo é que sua excelência indique um nome que possa dar ao Maranhão um dinamismo bem maior do que pude dar. Deixo o governo feliz pelo que pude fazer, prestigiado sempre pelo governo federal (*O Imparcial*, 09 de maio de 1970, p. 01).

No ano de 1970 acirram-se ainda mais os problemas de José Sarney com o *Jornal Pequeno*, na figura de Ribamar Bogéa. Como já fora citado anteriormente, o *Jornal Pequeno* muda de postura em relação a José Sarney, passando a o fazer oposição, principalmente a partir de 1968. Essa oposição fica ainda mais acirrada quando o deputado Freitas Diniz procura o jornalista Milson Coutinho com acusação e provas sobre irregularidades do governo Sarney. Nessa ocasião, Ribamar Bogéa cede espaço para dar voz a essas acusações:

Nesse particular, *Jornal Pequeno* não se mostrou um órgão leviano, uma vez que só publicava as matérias dos homens da oposição depois de ver as provas das acusações feitas. Mais de 20 documentos constantes de recortes de jornais, fotocópias, cópias de telegramas etc., ficaram em nosso poder. E, verificando tais documentos ficamos convictos de que havia de fato, irregularidades na atual administração do Estado (*Jornal Pequeno*, 25 de fevereiro de 1970, p. 01).

Dessa forma, Freitas Diniz publicou dois artigos no *Jornal Pequeno* no ano de 1968, com acusações contra Sarney em relação a Prestação de Contas do Fundo de Participação do ano de 1967 e sobre um contrato com a Mendes Júnior, na construção da estrada Santa Luzia-Açailândia. O deputado também alegou que Sarney começou a cometer fraudes quando ainda era secretário do Tribunal de Justiça. Devido a essas acusações, José Sarney move processo contra Ribamar Bogéa, que foi julgado em 1970:

Foi ontem ouvido o deputado Freitas Diniz, última testemunha, no processo que o governador Sarney move contra nosso diretor. O deputado confirmou as declarações anteriormente prestadas, afirmando que foram desviados, pela SUDEMA, NCr\$ 700.000,00 do Fundo de Participação. Confirmou ter sido a firma José Mendes Júnior. A. favorecida pelo governo do Estado para construir a estrada MA-70, trecho de Santa Luzia – Açailândia – Pindaré-Mirim e Arari. Disse o que escrevera em *Jornal Pequeno* em julho, agosto e outubro de 1968, advertindo o povo do que se passava então no governo Sarney, o que fez desencadear a cólera governamental contra este matutino e seu diretor [...] São, porém, as testemunhas e os documentos que dizem no

processo o que o povo não pode ver: ora são os balanços publicados que não podem ser desmentidos; ora é a contadora da SUDEMA a confirmar o desvio, quando esclarece seus lançamentos; ora é o advogado do DER a desmentir o governador; ora o engenheiro-chefe a confirmar implicitamente irregularidades; e ontem, o deputados Freitas Diniz a reiterar o que escrevera e a mostrar que a firma José Mendes Júnior S. A, continua sendo a favorita do governador, dado o contrato já assinado em 1968 e o edital, que previamente a seleciona, publicado no Diário Oficial do Estado, de 10 de abril de próximo findo (*Jornal Pequeno*, 05 de maio de 1970, p. 01).

Imagem 11: *Jornal Pequeno* – Sarney e Ribamar Bogéa



Fonte: *Jornal Pequeno*, 21 de junho de 1970, p. 01

Na imagem, Sarney aparece ao lado de Ribamar Bogéa na redação do jornal, ainda quando eram aliados. Tal imagem foi recuperada para mostrar que um dia Sarney apoiara aquele jornal e defendia a liberdade de imprensa, agora estava indo contra o que um dia pregou. Também havia fortes críticas aos jornais que apoiavam o governador, sendo chamados de imprensa sarneista. Ribamar Bogéa foi julgado e condenado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão a um ano de prisão. Seu advogado impetrou *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, que fora deferido.

Nesse mesmo ano de 1970, Sarney elege-se senador. Foi importante na escolha do próximo governador, assim Pedro Neiva de Santana foi eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa. Robison Pereira (2008) chama atenção para o fato de Neiva ter deixado de ser um aliado de Sarney, pois estavam no governo Médici, no qual o mais novo senador não tinha tanto apoio e poder de decisão. Dessa forma, o novo governador tinha liberdade de agir, diminuindo o poder de Sarney quanto às decisões no âmbito do governo estadual. Na

sucessão indireta seguinte para governo estadual, em 1974, foi escolhido Oswaldo da Costa Nunes Freire para o ser governador, essa sucessão foi muito influenciada por Vitorino Freire, que estava revigorado dentro da ARENA, também devido sua aproximação com o presidente Ernesto Geisel⁴⁶. É importante destacar que desde quando chegou ao Executivo Estadual Maranhense, José Sarney passou a ter uma grande influencia na política local, principalmente nos governadores que foram eleitos. Observe o quadro abaixo, nele é possível observar tal constatação:

Quadro 4: Governadores e influência de Sarney

Governador e Período	Eleição	Relação com Sarney
Pedro Neiva de Santana (1971 a 1974)	Indireta	A disputa pela indicação do novo governador foi acirrada entre Vitorino Freire e José Sarney, mas o presidente Médici escolheu o nome de Pedro Neiva de Santana, ex-secretário de Fazenda no governo Sarney. Apesar do apoio inicial do ex-governador, Neiva de Santana contrariou interesses de Sarney na sua gestão.
Oswaldo da Costa Nunes Freire (1975 a 1978)	Indireta	Espécie de candidato de consenso, indicado ao presidente Geisel para acabar com a disputa entre Sarney e Vitorino pela indicação, posiciona-se contra o sarneísmo desde o início do mandato. Sofreu grande campanha de Sarney contra seu mandato.
João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979 a 1982)	Indireta	Apesar da pretensão de Sarney de voltar ao governo (vetada pela influência de Nunes Freire), foi indicado pelos militares com o apoio de Sarney. Rompe, após o mandato, com o grupo do ex-governador.

⁴⁶Foi o quarto general presidente, tendo seu mandato de 15/03/1974 a 15/03/1979.

Luis Alves Coelho Rocha (1983 a 1986)	Direta	Eleito com o apoio de Sarney, viveu com grande crise política ao ver a Assembleia Legislativa invadida por militares em represália à saída de José Sarney, seu mentor, do PDS. Após o mandato, sua família rompe com o grupo Sarney.
Epitácio Afonso Pereira Cafeteira (1987 a 1990)	Direta	Convivia com José Sarney como adversário regional, mas foi apoiado pelo então presidente Sarney, após pressão do PMDB. Em alguns momentos se afasta (1994 e 1998) e em outros se aproxima (1986 e 2006) do grupo.
Edison Lobão (1991 a 1994)	Direta	Teve a eleição, o mandato e a candidatura vitoriosa a senador, após afastar-se do governo, apoiados pelo grupo Sarney. Apresenta-se como aliado incondicional.
Roseana Sarney Murad (1995 a 1998 / 1999 a 2002)	Direta	Filha de Sarney – de quem foi assessora – e ex-deputada federal, é eleita em eleição conturbada no primeiro mandato (com denúncias de fraude) e com muita folga no segundo. Segue a cartilha do pai, de quem aparenta querer ser a maior herdeira política.
José Reinaldo Tavares (2003 a 2006)	Direta	Vice-governador nos dois mandatos de Roseana Sarney, foi eleito governador com apoio do grupo. Conseguiu reverter uma desvantagem inicial nas pesquisas e ganhou a eleição em primeiro turno. No meio do mandato rompe com o grupo Sarney, aproximando-se da oposição, e sofre campanha contrária nos meios de comunicação ligados a Sarney
Jackson Kepler Lago (2007 a 2006)	Direta	Prefeito de São Luís por três vezes, foi eleito com apoio do governador José Reinaldo

		Tavares. Com histórico de oposição, já foi apoiado por Roseana Sarney em acordo político para disputa da prefeitura de São Luis em 2000. Após forte perseguição de Roseana, que ficou em segundo lugar na eleição de 2006, e do seu grupo, sofreu impeachment em 2009.
Roseana Sarney Murad (2009 a 2010 / 2011 a 2014)	Direta	Governou após o impeachment de Jackson Lago, nas eleições de 2010 ganhou o governo numa votação apertada.
Flávio Dino de Castro e Costa (2014 a 2018 / 2019 a 2022)	Direta	Tentou a candidatura para prefeito em 2008 e depois para governo em 2010, sendo derrotado em ambas. Apresentou-se sempre como oposição ao grupo Sarney. Em 2014 venceu as eleições para o governo, contra o candidato Edison Lobão Filho, em 2018 foi reeleito no primeiro turno, derrotando Roseana Sarney.

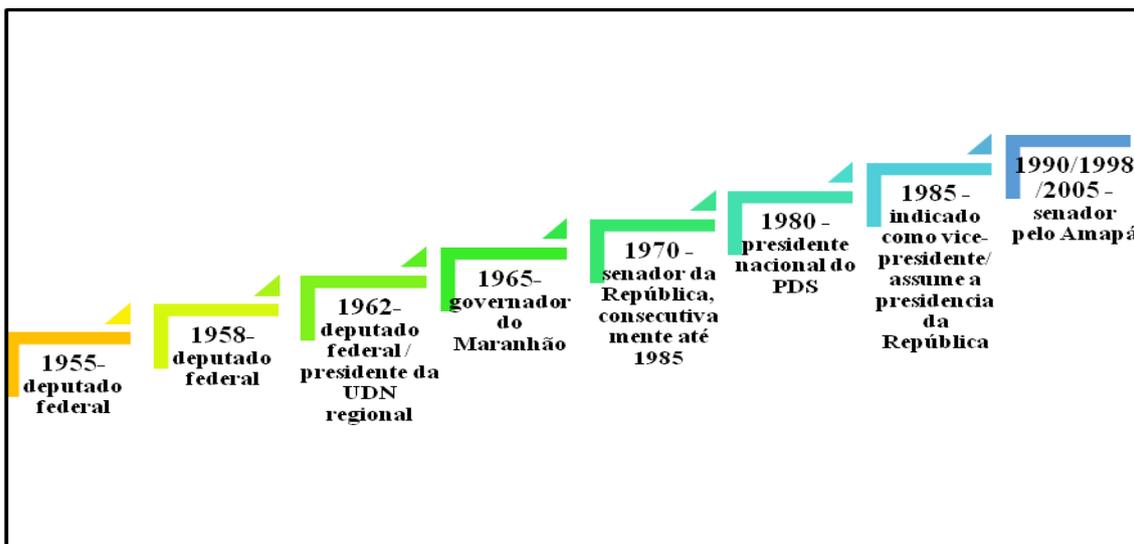
Fonte: COUTO, 2007, p. 99 e 100.⁴⁷

Através dessa tabela é possível observar como Sarney conseguiu exercer tanta influência na política maranhense, a maior prova é o número de vezes que sua filha representou o Executivo Estadual. De acordo com Carlos Agostinho Couto (2007), nem todos os governadores que sucederam a Sarney foram totalmente por sua influência, mas inegável a força da sua participação nessas sucessões.

Por tudo exposto, é possível observar o grande político que José Sarney foi e continua sendo, com sua personalidade camaleônica conseguiu, desde quando entrou para política, transitar por todos os governos e construir uma grande carreira, ocupando os mais diversos postos na política.

⁴⁷Em decorrência do trabalho ter sido escrito em 2007, fora necessário adicionar os últimos governos de Roseana Sarney e Flávio Dino.

Organograma 1: Postos políticos ocupados por Sarney



Fonte: GONÇALVES, 2000. Elaboração própria.

Afora os cargos apresentados nessa linha do tempo, também fora no seu mandato presidencial promulgada a Constituição de 1988, que vigora até hoje. Fora presidente do Senado de 1995 a 1997, 2003 a 2005, 2009 a 2011 e de 2011 a 2013. Sem dúvidas, por tudo exposto, é possível perceber o tamanho da importância de José Sarney para História do Maranhão, por isso estudar sua trajetória política é também compreender como a História Política recente do estado se construiu.

CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA POLÍTICA E O USO DAS BIOGRAFIAS: DESAFIO E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo serão feitas discussões teóricas e metodológicas fundamentais para este trabalho e construção do guia didático: *Trajectoria Política de José Sarney*. Primeiramente, serão analisadas as discussões sobre a história política e seu processo de “renovação” na década de 1970. Tal movimento traz à tona dois importantes eixos deste trabalho: a importância das biografias nos trabalhos historiográficos e a orientação teórica com conceitos gramscianos. Com novos trabalhos e reformulações sobre pensar o político, Gramsci é um dos autores que mais inova, apesar de ser de uma corrente marxista, superando Marx dialeticamente, ao compreender o Estado de maneira ampliada, ou seja, há uma forte interação entre sociedade política e sociedade civil, as disputas dos projetos políticos ocorrem fundamentalmente neste âmbito. Para entender como tais disputas aconteceram na sociedade maranhense de 1965 a 1970, uma biografia política de José Sarney é uma importante ferramenta. Por isso, também será discutido o uso das biografias no campo historiográfico. Depois será analisada a importância das fontes na escrita da história e a utilização dos jornais na construção historiográfica e sua aplicabilidade no ensino. Os jornais são as fontes de construção deste trabalho, para compreender a sua atuação como aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil maranhense. Pensar novas ferramentas para o ensino é muito importante para também se repensar uma reestruturação educacional.

2.1 O processo de “renovação” da História Política

O campo da História Política é muito importante para construção historiográfica, mas quem se dedica ao tema, precisa compreender o seu percurso no tempo, para entender a sua constituição atual. Com o advento da Escola dos Annales, na década de 1920, a História Política sofreu um período de ostracismo, por ser considerada factual, narrativa, que privilegiava os grandes homens, engessava as pesquisas com sua concepção documental. Essas críticas eram voltadas aos historiadores considerados como “positivistas” do século XIX. A História Política pertencente ao passado, antes do século XX, é considerada como tradicional.

No século XIX se destacou uma corrente historiográfica, que buscava incansavelmente valores no cientificismo, conhecida como escola positivista. Francisco Falcon (1997), todavia, considera equivocada essa denominação, porque afirma ser raro historiadores propriamente

positivistas. Então, deveria ser chamada de historiografia metódica, pois a cientificidade considerada indispensável para conhecimento histórico era buscada no método histórico.

Buscando se mostrar diferente do discurso literário, usava a cientificidade para provar a “verdade” histórica, ou seja, para ser verdadeiro era preciso comprovar. Nessa perspectiva, os historiadores deveriam narrar os acontecimentos de acordo como aconteceram. As fontes consideradas aptas ao estudo histórico, eram os documentos oficiais, pois continham veracidade.

De fato, a História Política era dentro da historiografia a modalidade mais significativa do século XIX, de acordo com Sonia Mendonça e Virginia Fontes (2012), mas isso relaciona-se com o momento histórico daquele período, ou seja, as construções dos Estados-nação e os estabelecimentos de tradições nacionais na Europa e na América. “Seus distintos autores supunham que uma perfeita descrição dos fenômenos do Estado e de seus agentes corresponderia ao próprio processo histórico, sendo esta a base de sua matriz interpretativa” (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 55). Compreendendo o historiador como um homem do seu tempo, os seus trabalhos têm a ver com os objetos e possibilidades de pesquisa da sua época. Por isso:

Durante séculos, a chamada história política desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstruir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e, portanto, acessíveis em um momento posterior. Mas também se refletia nesse tipo de história o brilho que emanava do Estado, realidade suprema e transcendente que é uma expressão do sagrado em nossas sociedades secularizadas – o que mostra o quanto é verdade que o historiador de uma época distribui sua atenção entre os diversos objetos que solicitam seu interesse na proporção do prestígio com que a opinião pública envolve os componentes da realidade (RÉMOND, 2003, p. 14).

René Rémond é um dos grandes pesquisadores do Político, foi uma figura significativa no movimento de “renovação” da história política na década de 1970. Tece duras críticas ao espaço que foi relegado às questões políticas no campo historiográfico, de 1929 a 1970, e rebate algumas críticas feitas pela Escola dos Annales, que sufocou a História Política nesse período. Mas, reconhece como os pesquisadores dessa escola foram importantes para os avanços que a ciência histórica vai passar a partir de então.

Entre 1929 e 1930 emerge o movimento historiográfico dos Annales, na França, através da inauguração da Revista dos Annales⁴⁸, trazendo consigo uma enorme crítica e rejeição à História Política tradicional. A revista “pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 1991, p. 24). Foi dividida metodologicamente em três fases, chamadas de 1º geração dos Annales (1929-1946), 2º geração (1946-1968) e 3º geração (1968-1989). A primeira geração teve como expoentes Marc Bloch e Lucien Febvre⁴⁹, as suas insatisfações com a História Política no começo do século XX:

Sem dúvida estavam vinculadas à relativa pobreza de suas análises, em que situações históricas complexas se viam reduzidas a um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos. Se a história, como sempre pretendeu Febvre, era filha de seu tempo, não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia, nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia (ODÁLIA, 1991, p. 04).

A primeira geração dos Annales se viu em meio a dois adversários principais para combater, como explica Francisco Falcon (1997): o espaço ocupado pela História Política tradicional dentro do campo historiográfico e como se formulava a concepção sobre a natureza do conhecimento histórico. Buscando soluções para essas questões, emerge a necessidade de compreender a história do homem em sua totalidade social, sendo necessário alargar as fronteiras do campo historiográfico e redefinir alguns pontos fundamentais, como noção de fonte histórica, o diálogo com outras áreas, a ampliação dos objetos de pesquisa, a inovação temática.

Com a segunda geração dos Annales pode-se observar a predominância dos métodos quantitativos aplicados a história econômica, social e demográfica. Na década de 1960 cresce a tendência da História Serial, tendo primeiro grande influência na história econômica para

⁴⁸Originalmente chamada Annales d'histoire économique et sociale.

⁴⁹O movimento dos Annales, em sua primeira geração, contou com dois líderes: Lucien Febvre, um especialista no século XVI, e o medievalista Marc Bloch. Embora fossem muito parecidos na maneira de abordar os problemas da história, diferiam bastante em seu comportamento. Febvre, oito anos mais velho, era expansivo, veementemente combativo, com uma tendência a zangar-se quando contrariado por seus colegas; Bloch, ao contrário, era sereno, irônico e lacônico, demonstrando um amor quase inglês por qualificações e juízos reticentes. Apesar, ou por causa dessas diferenças, trabalharam juntos durante vinte anos entre as duas guerras (BURKE, 1991, p.16).

depois expandir-se para história social, principalmente na história populacional. Fernand Braudel, maior representante da segunda geração, continuou tecendo duras críticas a História Política tradicional, principalmente por considerar que suas análises eram feitas num curto espaço de tempo, não dando conta de análises aprofundadas, pois os fatos precisam ser entendidos dentro de uma conjuntura estrutural, ou seja, na longa duração.

É possível perceber que as análises estatísticas gozavam de bastante prestígio nos estudos históricos. Como chama atenção René Rémond (2003), a História Política era acusada de não dispor de um acervo documental que pudesse ser tratado estatisticamente, assim havia uma superioridade dos dados econômicos em detrimento das características subjetivas da análise política. Dessa forma, a também considerada “Nova História”:

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude (RÉMOND, 2003, p. 16).

É preciso compreender que esse movimento, da maneira como está sendo analisado, é focado na sua trajetória na França, de acordo com Francisco Falcon (1997), essa noção de declínio da história política tradicional teve um curso restrito nesse país. Outro fator que o autor chama a atenção é para o fato da maioria das edições sobre história pelo mundo, nesse período, ser algum tipo de história política. René Rémond (2003) levanta a questão sobre as características da Escola dos Annales parecerem serem constitutivas do estudo do político, apesar das críticas feitas.

Com a terceira geração dos Annales houve uma mudança na concepção sobre como o estudo histórico deveria se constituir, ou seja, ficou inviável a possibilidade de uma história total, concretamente ela não tinha condições de se efetivar, então os olhares voltaram para as múltiplas histórias que estavam compreendidas nesse todo.

Dentro da escola que lhe relegou um período de ostracismo, sua importância volta à tona com a terceira geração, momento em que houve uma busca de renovação dos estudos políticos. Ciro Flamarion Cardoso (2012), em referência a Jacques Julliard (1974), explica sobre a importância da Ciência Política no movimento de renovação e a possibilidade de novas metodologias de pesquisa. Estava havendo uma mudança nas análises estruturalistas, que antes consideravam as relações partindo da estrutura para o acontecimento, não havendo

possibilidade do contrário. A partir daquele momento, a curta duração poderia gerar a longa duração, pois a partir de um dado acontecimento seria possível analisar também a conjuntura.

Os acontecimentos do século XX não deixaram passar despercebido o tamanho do papel da política nas sociedades, “visto que domínios que no passado eram deixados a natureza e as forças espontâneas – como economia, a demografia e até mesmo a cultura – passaram a ser objeto de políticas específicas” (CARDOSO, 2012, p. 43). Se antes os estudos políticos sobre o Estado eram vistos como menos importantes, a partir da década de 1970 era inegável o aumento das atribuições do Estado. Problemas que antes não faziam parte da política passaram a fazer, não sendo mais possível afirmar que o político não se referia a verdadeiras realidades. Assim, é possível perceber:

A experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais [...] à medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política (RÉMOND, 2003, p. 24).

A relação da política com o poder recebe novos olhares. Como grande exemplo, a contribuição do filósofo Michel Foucault que estudava “as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecido dos historiadores – famílias, escolas, asilos, prisões, hospícios, hospitais etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social” (FALCON, 1997, 118). As trocas com outras disciplinas se tornaram fundamentais para História Política, seja em relação à técnica de pesquisa, ao tratamento com as fontes, ao uso de conceitos, ou seja, havia um intenso trânsito com métodos ou técnicas constituindo a interdisciplinaridade. Em relação à Ciência Política:

Conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado. Assim também os estudos dos partidos e dos grupos de pressão, quando se transpõe seus ensinamentos para períodos remotos, descobre analogias instrutivas com as facções revolucionárias, os clubes ou formações parlamentares da monarquia constitucional, mas também particularidades reveladoras da diferença dos

tempos e situações que mostram a diversidade das modalidades imaginadas para funções perenes (RÉMOND, 2003, p. 30).

A Ciência Política e a Sociologia apresentam à História Política novos modelos teóricos e metodológicos, ajudando a viabilizar a constituição da chamada Nova História Política. Assim, foi possível quebrar a associação do político com o factual, visto como engessamento da História Política tradicional. A partir de então, era inegável a pluralidade de ritmos que compunha o campo historiográfico do político, o qual “articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento” (RÉMOND, 2003, p. 34). O político tem conexão com todos os aspectos da vida coletiva, não podendo ser visto como um setor isolado ou separado. O seu movimento de renovação buscava resgatar sua “legitimidade” traçando esses caminhos, mas com três direções mais específicas:

(1) Marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos (FALCON, 1997, p. 120).

A Nova História Política buscou ser um avanço em relação a tradicional, ou seja, admitir que não há neutralidade no estudo do político e entender que os estudos têm que transcender a figura central do Estado e dos grupos dominantes, não significa que esses assuntos precisam ser deixados de lado, mas sim que novos olhares precisavam ser lançados. Então, nos novos enfoques dado ao poder, os grupos populares (“homens comuns”) também precisavam ser analisados no contexto social, a chamada “história vista de baixo”. “Uma tônica da nova especialidade é priorizar a análise das representações, dos ritos, dos símbolos de poder, sem deixar de lado a discursividade, presentes nas memórias coletivas, basicamente estudadas a partir das técnicas da história oral” (MEDONÇA; FONTES, 2012, p. 59). Novas abordagens foram se consolidando, mas também sem deixar perder de vista a importância dos estudos sobre o Estado para História Política, por quê:

O papel do Estado, na escala atual de concentração da propriedade, torna-se muito mais crucial do que em qualquer outro período, pois ele deve atuar compondo o conjunto díspar, concorrente e contraditório das diferentes frações do próprio capital – assegurando sua aparência como produto da necessidade de cada um – e como puro exercício das vontades singulares

(expresso, por exemplo, por meio do voto) (MEDONÇA; FONTES, 2012, p. 62).

Nesse caminho de restauração da História Política, novas correntes marxistas também tiveram um papel essencial. Apesar de serem discussões heterogêneas, “lançaram novas luzes sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil, além de abrirem a investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí novas formas de dominação” (FALCON, 1997, p. 118). Um desses autores é o filósofo sardo Antônio Gramsci, com seu conceito de Estado Ampliado que superou discussões nas quais se dava uma importância muito grande para o Estado, no seu sentido restrito, ou focava nos grupos da sociedade civil, também havia as que viam o Estado apenas como fruto da classe dominante, sem fazer a conexão com os conjuntos das relações sociais.

2.2 O Estado Ampliado e a interação entre sociedade política e sociedade civil

Gramsci faz uma conservação/superação⁵⁰ da teoria marxista, pois conserva seu núcleo, e acrescenta novas determinações, a enriquecendo. Ele também analisa o Estado pelo seu caráter classista e seu aparato repressivo, mas o amplia dialeticamente. No interior das superestruturas⁵¹ têm duas esferas essenciais: a “sociedade política” e a “sociedade civil” (Estado ampliado ou integral)⁵².

O aparelho de Estado (Sociedade Política) é uma organização de classe e tem como principal interesse garantir os interesses da classe economicamente dominante. Neste âmbito estão os aparelhos repressivos (controlados pela burocracia executiva e policial-militar), ou seja, o poder de coerção, e, “[...] por coerção não se deve entender somente apenas a violência pura e simples, mas todos os atos governamentais que sou obrigado a cumprir, ainda que não concorde com eles [...]” (COUTINHO, 2011, p. 26). Nas palavras de Gramsci:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo,

⁵⁰ “Gramsci trabalha numa época histórica e num âmbito geográfico no qual já se generalizou essa maior complexidade do fenômeno estatal. Ele pôde assistir a uma intensa socialização da política, resultante da conquista do sufrágio universal, da criação de grandes partidos políticos de massa, da ação efetiva de poderosos sindicatos operários. Até mesmo a direita, para triunfar politicamente, tem agora de se apoiar em movimentos políticos de massa, como é o caso do fascismo e do nazismo. Neste contexto, a luta política, já não se trava apenas entre uma burguesia entrincheirada no Estado e as vanguardas ativas, mas restritas da classe operária” (COUTINHO, 2011, p. 24).

⁵¹ Esfera estrutural: base econômica; Esfera das superestruturas: Estado/ Sociedade Política/ Sociedade Civil.

⁵² “[...] pode-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquele ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 1968, p. 10 e 11).

mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico corporativo (GRAMSCI, 2000, vol. 3, p. 41 e 42).

Gramsci preocupava-se em não analisar o Estado de uma maneira reducionista, ou seja, ele não se ateve apenas a sua função coercitiva. Por isso, é na sua formulação de sociedade civil que ele supera e enriquece o conceito marxista de Estado. A luta pelo poder político e pela hegemonia não acontece apenas no âmbito da sociedade política, mas também no da civil, e esta é de suma importância para a conquista ou permanência da hegemonia política e ideológica de uma classe ou fração dela.

Essa direção moral e intelectual é realizada no âmbito da sociedade civil através dos aparelhos privados de hegemonia (imprensa, escolas, igrejas, partidos etc.). Estes são os espaços onde serão disputados ou impostos os interesses particulares de uma classe (ou fração) como sendo de toda sociedade. A sociedade política tem o poder coercitivo, mas não é só através dele que mantêm seus interesses resguardados, também é necessário a criação do consenso, pois sem este não há direção política na sociedade civil.

Coerção e consenso não devem ser entendidos como opostos, pois, em Gramsci, um é inerente ao outro. Para uma classe se tornar ou se manter hegemônica ela precisa da combinação dos dois. Então não adianta dispor dos aparelhos repressivos do Estado e não ter alguns aparelhos privados de hegemonia ao seu dispor. A hegemonia é a capacidade que uma classe ou grupo tem de tornar seu projeto econômico-político-social como do interesse da vontade coletiva, a classe economicamente dominante para se manter hegemônica, além da “direção intelectual e moral”, precisa fazer concessões aos grupos subalternos, claro que não são feitas em seus elementos essenciais. A hegemonia se realiza numa ação que envolve o Estado e a sociedade civil, mas também é exercida na base econômica da sociedade. Então:

[...] o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deva levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e compromisso não se relacionem com o essencial, pois se a hegemonia é ético-político também é econômica, não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente

exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2000, vol. 3, p. 48).

Gramsci inova a forma de analisar a política, não só mostrando a relação dialética de sociedade política e civil, mas também ampliando o conceito de cultura e como ela é importante no projeto de dominação da fração de classe dominante. A cultura nesse sentido, assim como a política e a economia, é muito importante no trabalho de formulação do consenso, quando um projeto político de uma determinada classe, é aceito como do interesse da vontade coletiva.

Para Gramsci, de acordo com Sonia Mendonça e Virginia Fontes (2012), política e cultura são inseparáveis. A cultura, na perspectiva do teórico, compreende um conjunto de projeto e visões de mundo, nesse sentido a figura do intelectual orgânico é muito importante.

O intelectual orgânico não é denominado apenas pela sua capacidade de erudição, mas principalmente pelo papel social que ocupa na formulação e condução de um projeto de uma classe a se tornar e manter hegemônico. Para o cumprimento de tal papel, é necessário um trânsito livre entre a sociedade política e civil. No caso deste trabalho, a figura em questão, José Sarney, tem esse papel de intelectual orgânico. Observa-se ele como organizador do projeto político a se tornar hegemônico no Maranhão, que viera junto com o amadurecimento do seu grupo político. Além de ocupar postos políticos, também cumpria função de intelectual (no sentido de erudição) na sociedade maranhense, tinha coluna em jornais, sempre estava presente na mídia, falando diretamente com a população.

O que se percebe no Maranhão, é a construção de um projeto político, que, inicialmente, através do trabalho da construção do consenso realizado pelos jornais, os quais nesse sentido realizam seu papel de aparelho privado de hegemonia, apresentam José Sarney como o representante dos anseios populares e suas medidas, enquanto governador, iriam por isso em prática.

Quando Sarney ganha com uma ampla margem de votos e goza de grande popularidade nos primeiros anos de seu governo, nota-se como os jornais foram importantes na sua função de partido ao organizar essa vontade coletiva, por colocar valores próprios na formulação da opinião pública e na interpretação dos acontecimentos.

É importante destacar que a utilização desses conceitos para compreender essa parte da História maranhense, não quer dizer que a população do estado é passível de manipulação pelos jornais, como marionetes. Ao contrário, pelo que foi exposto é possível perceber como a

construção desse conjunto é bem mais complexo. E que todas essas medidas são tomadas justamente pela importância que a sociedade civil exerce para hegemonia de uma classe.

Esses conceitos são fundamentais para este trabalho pois José Sarney, com apoio da ditadura empresarial-militar, consegue alcançar um dos momentos mais importantes de sua carreira, o governo do Maranhão em 1965, mas mesmo tendo ao seu favor o poder coercitivo do Estado restrito, também necessitava da formulação do consenso na sociedade civil, através dos jornais. Então se percebe como há uma forte interação da sociedade política com a sociedade civil, e como esta é fundamental no jogo político. Para entender como essas disputas políticas aconteceram no Maranhão, uma biografia política de Sarney é uma ótima ferramenta.

2.3 História e Biografia: desafios e possibilidades do recurso biográfico no campo historiográfico

O uso da biografia dentro do campo historiográfico suscita muitas questões e polêmicas. Os historiadores que adentram esse campo precisam estar em alerta para não cair em algumas armadilhas. Mas, é inegável a riqueza que a biografia traz para as pesquisas historiográficas, pois abre caminhos para análises que fogem da estrutura tradicional dos trabalhos acadêmicos. Dessa forma, é possível através da trajetória de um indivíduo conseguir analisar as relações e práticas sociais nas quais participa. Sendo mais claro, como é a proposta deste trabalho, através da trajetória política de José Sarney é possível analisar também a História Política do Maranhão e o contexto da ditadura empresarial-militar no Estado. Para que esse estudo seja possível, é preciso analisar os percursos feitos pela biografia dentro do campo histórico.

De acordo com Benito Schmidt (2012), o gênero biográfico e gênero histórico nasceram juntos na Grécia do século V a.C., se difundido a partir do século IV a.C., principalmente nas sociedades helenísticas e romanas. Na Antiguidade, a biografia se distinguia da História, pois a tarefa dos biógrafos era construir a narrativa sobre os personagens, para serem exemplos de vida para seus leitores, mesmo que para isso fosse preciso distorcer alguns fatos. As figuras biografadas eram repletas de ações morais que deviam ser seguidas pelos homens do presente. Em contrapartida, a História fazia parte dos acontecimentos coletivos e buscava atestar a confiabilidade para afirmar os acontecimentos que estudava. Dessa forma:

A separação entre História e biografia não é uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega, que situava a História do lado dos acontecimentos coletivos e colocava a biografia a parte, como uma análise dos fatos e gestos de um indivíduo cujo sentido era sugerido pelo autor [...] curtas notícias biográficas podiam entrara na História. Mas a História não podia caber inteira numa biografia. História e biografia divergiam aliás para os gregos em seu próprio modo de expressão: narrativo para a História destinada a mostrar a mudança; descritivo para a biografia dedicada a celebrar ou a estudar a natureza do homem, tarefa que a História de bom grado lhe deixava (LEVILLAIN, 2003, p. 142).

Ainda corroborando com Levillain (2003), a aproximação entre História e biografia influenciou na relação da primeira com o sujeito, ou seja, um estudo histórico do indivíduo levantava muitas suspeitas, da mesma forma como a relação entre a História e os deuses não era bem vista, antes do século IV a.C. pelos gregos. É importante destacar que a maneira como eram desenvolvidas as biografias tinha toda conexão com o regime político ao qual o historiador trabalhava.

Durante a Idade Média, a biografia continua com seu sentido moralista e separada da História, como afirma Benito Schmidt (2012). Nesse período, emergem as hagiografias em que os santos eram apresentados como modelos de virtude, castidade, fé etc. “Essa chamada biografia clássica punha um acento muito maior no caráter político, moral ou religioso do biografado do que em sua pessoa, em sua singularidade” (BORGES, 2005, p. 205).

Na Idade Moderna, perpetua-se a figura do herói. As biografias modernas inspiravam-se na emergência do individualismo vindo do Renascimento. Eram exaltadas as qualidades do herói e como seus valores tinham a ver com grupo ao qual pertencia. Vavy Borges (2005) chama a atenção para o fato de na Idade Moderna (especialmente séculos XVII e XVIII) ter havido uma mudança de concepção em relação a biografia, a partir do exemplo da obra inglesa *Vida de Samuel Johnson*, de James Boswell, de 1791. “O trabalho é tido por muitos como o marco inicial do que hoje chamamos de biografia, dada sua preocupação com novos métodos de se investigar uma vida, compreendendo forte relação biógrafo/biografado (com quase 20 anos de pesquisa e 6 para ser escrito)” (BORGES, 2005, p. 205). A vida de Samuel, nessa obra, é contada a partir de uma pesquisa documental e várias entrevistas feitas com um número razoável de pessoas.

Durante o século XVIII, de acordo com Benito Schmidt (2012), há uma crise da figura do herói, pois as imensas atribuições que lhes foram dadas foram contestadas pela filosofia Iluminista. A figura do herói começou a ser substituída pela dos grandes homens. Giovanni Levi (2006) levanta uma problemática apontada, já no século em questão, sobre como a noção

socialmente construída do indivíduo sufoca o que a própria pessoa considerava como essencial. A grande questão era como equilibrar na narrativa a identidade e representação do indivíduo, dando conta dos seus elementos contraditórios. O autor afirma que essa era uma questão formulada no século XVIII, mas que ainda hoje persiste, pois:

Tal período apresenta muitas analogias com o nosso: a consciência de uma dissociação entre o personagem social e a percepção adquire aí particular intensidade. Os limites da biografia foram então claramente percebidos, ao mesmo tempo que assistia ao triunfo do gênero biográfico (LEVI, 2006, p. 170).

Com a chegada do século XIX, vem também grandes debates sobre o indivíduo na História. Com a expansão do positivismo e do marxismo, por exemplo, há uma redução da importância do indivíduo na História. Benito Schmidt (2012) afirma que, para August Comte, fundador do positivismo, há uma pouca influência do homem sobre a história. O autor chama a atenção para o fato de não haver uma valorização dos “grandes homens” por parte do positivismo, enquanto teoria da história, atribuindo tal premissa a um senso comum historiográfico. “São sobretudo as ações individuais dos grandes líderes políticos, militares e religiosos que emergem com mais clareza nos documentos oficiais, matéria-prima dos historiadores ditos positivistas” (SCHMIDT, 2012, p. 190). Se esses historiadores mantinham uma relação de “neutralidade” com os documentos, somado ao fato de uma perspectiva política elitista, seus destacariam o papel desempenhado pelos membros da elite. Em relação às obras de Marx, seu foco eram os atores coletivos (classes) e os grandes movimentos estruturais. Dessa forma, as ações individuais não tinham muita ênfase, então, na historiografia marxista clássica não há uma valorização do gênero biográfico.

Com o advento da Escola dos Annales no século XX, o mesmo movimento que colocou no ostracismo a História Política⁵³, fez grande resistência à biografia no campo historiográfico. Com a História na “longa duração”, totalizante, vieram também novas possibilidades de pesquisa e de escrita. Com a história serial e quantitativa, as ações praticadas pelos indivíduos teriam serventia maior na elaboração de séries estatísticas. Para Fernand Braudel:

⁵³ Havia contra essa história política uma convergência quanto às críticas. Positivistas, marxistas e os fundadores dos Annales, todos, sem exceção, cerravam fileiras contra sua predominância, que dominava o panorama historiográfico, sendo o “inimigo comum” a ser combatido, pelas propostas emergentes (STEFFENS, 2010, p. 04).

O tempo curto dos eventos e das ações individuais deve ser objeto de atenção dos jornalistas por ser mais superficial e caprichoso, cabendo ao historiador ocupar-se dos ciclos médios e das ‘prisões de longa duração’, essas sim, mais importantes no entendimento do passado (SCHMIDT, 2012, p. 190).

Nessa primeira metade do século XX, na proporção que a História ia alcançando seus objetivos enquanto disciplina, com características científicas, a biografia ficava num lugar mais isolado, mas não desapareceu.

Na década de 1980, acompanhando a “renovação” da História Política, houve também uma “redescoberta” da importância das biografias, ambos intimamente ligados com o intenso movimento de “renovação” historiográfica das últimas décadas do século XX. Vavy Borges (2005) percebe dois eixos extremamente ligados que podem explicar a retomada no fôlego das biografias no campo historiográfico: o primeiro tem a ver com o individualismo, pois na sociedade o indivíduo tem ocupado cada vez mais seu espaço e também o homem tem se preocupado mais a entender sobre ele mesmo, o interesse pela vida do outro também ficou maior, devido ao estímulo da mídia; o segundo eixo são as mudanças ocorridas nas disciplinas acadêmicas, que cada vez mais deram espaço para discussões sobre a biografia, sobretudo, com interdisciplinaridade. Então nota-se uma mudança significativa, que reaproxima a história e a biografia:

De repente o gênero biográfico voltou a ser cientificamente legítimo. Todas as ciências humanas reabilitam o biográfico e investem nesse campo de prospecção [...] A humanização das ciências do homem, a era da testemunha, a busca de unidade entre o pensar e o existir, questionamento dos sistemas holistas, assim como a perda da capacidade estruturante dos grandes paradigmas, todos esses elementos contribuem para o entusiasmo atual pelo biográfico (DOSSE, 2015, p. 405-406).

Phillippe Levillain (2003) também chama a atenção para o individualismo, o qual considera que passou por uma renovação e remete a dois dados: “o reconhecimento da liberdade de escolha do homem; o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação de valores” (LEVILLAIN, 2003, p. 167). Nos anos 1970 esse individualismo toma características metodológicas, e os fenômenos coletivos eram explicados sobre o olhar de comportamentos e estratégias individuais. Se a sociedade modela os indivíduos, também é necessário explicar e compreender as preferências que eles manifestam. Assim, é possível entender o indivíduo com autonomia na sociedade.

A terceira geração dos Annales, que traz consigo esse movimento de “renovação”, conserva princípios das gerações anteriores, mas busca outras formas de compreender o contexto social. Agora, seria possível entendê-los a partir da observação de indivíduos inseridos nele. “A retomada das pesquisas biográficas relaciona-se com a crise do paradigma estruturalista” (SCHMIDT, 2012, p. 193). Ou seja, estava sendo feita uma retomada do papel dos indivíduos, em detrimento de tal paradigma que considerava a estrutura e suas relações de forma independente das intenções individuais. Assim:

A biografia reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, exercício apropriado para identificar uma figura num meio, examinar o sentido adquirido por uma educação distribuída a outros segundo os mesmos modelos, analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios (LEVILLAIN, 2003, p. 142).

Este autor aponta dois fatores que considera importantes para reabilitação da biografia, primeiro uma evolução na historiografia francesa e segundo o desenvolvimento do diário e da autobiografia. Em relação a estas:

A autobiografia, por sua própria natureza, supõe uma cultura que faz parte da expressão do ‘Eu’. Aparenta-se, em consequência disso, à biografia dos protagonistas: a biografia do eu é a prima irmã da biografia do Rei. Mas a história social, por mais impregnada que estivesse do coletivo, lhe deu, a partir de meados dos anos 70, uma dimensão nova, buscando-a como rastros expressivo dos meios sociais silenciosos no indivíduo, para devolver a palavra para aqueles que foram privados dela quando o ‘Eu’ tinha chance de não ser mais ninguém (LEVILLAIN, 2003, p. 142).

Ainda dentro da reabilitação do uso das biografias, Benito Schmidt (2012) apresenta a importância de historiadores marxistas, como E. P. Thompson, ao valorizar trajetórias singulares, questionando o modelo marxista estruturalista. Há um papel destacado também para micro história, na qual “uma das preocupações dos historiadores que se valem dessa perspectiva é justamente avaliar a extensão da liberdade individual em diferentes contextos, mesmo diante de sistemas normativos opressivos e totalizadores” (SCHMIDT, 2012, p. 194). É possível observar a importância que as trajetórias individuais tomam tanto teórico quanto metodologicamente.

Dentro da perspectiva da História Política Renovada, as trajetórias políticas também se tornam fundamentais para pesquisa historiográfica, mesmo se voltando a uma figura

renomada da política. A reconstrução de determinado período da sua trajetória, em vez de estabelecer um diálogo personalista e exaltador, procurara como as ações desse indivíduo influenciaram no meio social em que vive e como esse meio também tem a ver com os comportamentos e decisões tomada por ele. Esse tipo de pesquisa possibilita o estudo sobre a História Política em que o indivíduo analisado está inserido. Além disso, é possível perceber o caráter coletivo, porque “o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva” (RÉMOND, 2003, p. 449). A importância da política também acontece porque:

Não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para inteligência organizadora do real. O acontecimento introduz nele, inopinadamente, o imprevisível: é a irrupção do inesperado, portanto do inexplicável, a despeito do esforço que os historiadores possam fazer para reabsorvê-lo e integrá-lo numa sucessão lógica. Há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, ou para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles; é o papel da contingência (RÉMOND, 2003, p. 449).

A partir da análise do autor, é possível perceber que a História Política não é linear, nem engessada, pelo contrário, é composta de várias nuances que são essenciais nos trabalhos historiográficos. A partir da troca com outras áreas ficaram ainda mais diversificadas suas possibilidades. A biografia política é um ótimo recurso metodológico para essa construção.

Então, vem a indagação: por que é importante biografar esse indivíduo? É importante detectar se sua atuação “em determinado contexto parece legitimar a investigação sobre sua vida, já que, sem a compreensão de suas experiências, seria impossível compreender/explicar certos processos e acontecimentos” (SCHMIDT, 2012, p. 190). Além disso, uma importante indagação a se fazer é: qual a importância da biografia?

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação de práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis (LEVI, 2006, p. 180).

É importante também ficar atento para como o contexto aparecerá no trabalho, porque se ele não consegue ter uma relação dialética com o indivíduo, será mais um problema do que

uma solução. Assim, é importante evitar a construção de narrativas nas quais o contexto não consiga vir inserido na trajetória do biografado.

A construção da narrativa biográfica suscitava muitas críticas por considerarem estar mais próximo da literatura do que da história, alegando seu caráter ficcional. Dessa forma, não se tinha um consenso a qual campo as biografias se encaixavam, tornando-se afastada da História por não ser compatível com o que caracterizava seu estatuto de cientificidade. Mas, com as mudanças ocorridas em relação a escrita e a pesquisa:

O que antes as desqualificava, a saber, seu caráter inclassificável, passou a ser um trunfo, pois o gênero biográfico está à altura de abrir as portas ao conjunto das ciências humanas e literárias graças a sua receptividade. Tornam-se possíveis a prática de estudos transversais e o diálogo entre universos de interpretação diferentes (DOSSE, 2015, p. 17).

O diálogo com outras áreas vem no sentido de enriquecer o trabalho do historiador. Mas também há características inerentes ao trabalho do historiador que foram importantes na “renovação” biográfica:

Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documento alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos de atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em um ato de comunicação por intermédio de um texto escrito (LEVI, 2006, p. 169).

Além disso, a biografia também pode ser uma fonte para a História, pois, “tem sido considerada uma fonte de conhecimento do ser humano: não há nada melhor para se saber como é o ser humano do que se dar conta de sua grande variedade, em espaços e tempos diferentes” (BORGES, 2005, p. 215). Uma biografia te dá subsídios para entender a vida de uma pessoa, mas também possibilita enxergar a sociedade, à época, os costumes, ou seja, uma certa compreensão do conjunto social em que está inserida. O domínio da escrita biográfica:

Tornou-se hoje um terreno propício à experimentação para o historiador apto a avaliar o caráter ambivalente da epistemologia de sua disciplina, a história, inevitavelmente apanhada na tensão entre seu polo científico e seu polo ficcional. O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica – pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências humanas (DOSSE, 2015, p. 18).

O lado literário do gênero biográfico empresta para escrita da história uma leveza, mas sem perder de vista o seu caráter científico. Tal interação demonstra a possibilidade de o historiador escrever trabalhos que possam também ser bem aceito fora do público especializado. Mas tal caminho levantava dúvidas, porque:

O caráter literário da história como constructo de uma constituição mental de sentido é contraposto a pretensão da cientificidade do conhecimento histórico. Em outras palavras: uma qualidade estética há história é contraposta à racionalidade metódica de seu conhecimento (RUSEN, 2001, p. 150).

Os elementos estéticos não são apenas aqueles relacionados ao conjunto de palavras utilizados, mas também a como o saber histórico transposto da pesquisa, vai se inserir na vida prática, pois:

Esse saber deve estar formulado de tal modo que possa inserir-se nos processos culturais da vida humana prática, que lida com a experiência, a interpretação e a gestão das mudanças no tempo. A historiografia tem de apresentar (mediante a pesquisa) o tempo interpretado de maneira que se torne parte da vida, que receba dela redirecionamento temporal efetivo, ao ser transposta para as intenções concretas do agir dos sujeitos. Essa vivência, essa participação do saber histórico na mobilidade cultural da vida prática humana, aparece na historiografia como coerência e retórica da apresentação histórica (RUSEN, 2001, p.28).

Isso não quer dizer uma não obediência aos passos necessário para construção da pesquisa e escrita historiográfica. Então, vem a questão, como diferenciar uma escrita puramente ficcional da histórica?

A resposta para tal indagação vem, principalmente, através da utilização das fontes históricas, pois, para construção de uma biografia nesse campo, elas são essenciais. Não pode se perder de vista que antes de tudo ela é História, então, precisa se submeter aos procedimentos de pesquisa desse campo, sendo assim:

A prática do gênero, pelo menos no âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do métier, entre as quais se destacam a necessidade de se ter como guia de investigação um problema de pesquisa histórica formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas, e a de se expor os resultados do trabalho em um texto que remeta 'para fora' do texto, ou seja indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação (SCHMIDT, 2012, p. 190).

Além de utilizar as fontes também é necessário questioná-las e contrapô-las. “Penso que as melhores biografias são aquelas que o autor não só não se esconde, mas constrói a narração de certa forma acompanhando seu percurso de pesquisa” (BORGES, 2005, p. 218). O historiador-biógrafo não precisa se neutralizar, até porque todo trabalho está permeado por suas escolhas. Os fatos escolhidos fazem parte de sua seleção com o que lhe pareceu mais significativo, sem falar que a maneira como serão trabalhos é intrínseca à interpretação de quem está escrevendo. É preciso levar em conta que:

Não se pode ter a pretensão de esclarecer o mistério de uma vida somente a partir de fatos e de achados concretos; é significativo não só o que se encontrou documentado, mas as incertezas intuídas, as possibilidades etc. A sensibilidade e a intuição do historiador são muito importantes a fim de aproveitar ausências e vazios com os quais ele depara em seu trabalho de pesquisa para também interpretá-lo (BORGES, 2005, p. 221).

No que tange à biografia no campo da História, é possível perceber as diferentes maneiras de se relacionar durante o tempo. O espaço ocupado atualmente tem muito a ver com o processo de “renovação” da História Política. Por isso, neste trabalho foi lançado o desafio da construção de uma biografia política⁵⁴ de José Sarney para analisar também um determinado recorte da História Política do Maranhão.

Compreendendo a necessidade de as pesquisas acadêmicas também chegarem ao âmbito escolar, a biografia política proposta será construída como possível ferramenta para o ensino de história. Inserida na sala de aula, a biografia pode se tornar um elemento dinâmico capaz de potencializar o processo de ensino-aprendizagem de uma determinada temática, como a História do Maranhão Contemporâneo. Como destaca Silva, “ser um gênero de fronteira, interdisciplinar, é uma das características que tornam a biografia um instrumento que oferece possibilidades para a sala de aula” (SILVA, 2013, p. 13). Além disso, há um generalizado interesse pela vida privada que ajuda a tornar mais interessante. O contato com novas metodologias oferece novos caminhos de construção para o ensino. Com a biografia, as possibilidades apresentadas anteriormente na historiografia podem ser adaptadas para o ensino. Além do mais:

Em uma sociedade em que a individualização está por toda parte, associar contextos históricos a personagens que os alunos possam nomear, dos quais possam se recordar, é fornecer as ferramentas mais básicas para que esses estudantes possam conhecer e, mais importante, se interessar por esses momentos históricos (SILVA, 2013, p. 17).

⁵⁴Uma melhor discussão e descrição sobre a construção desse material será feita no terceiro capítulo.

Além disso, a comunicação e os recursos didáticos usados pelos professores colaboram para o interesse e participação nas aulas. Então, é necessário, de acordo com Rusen (2007), fazer com que o elemento estético da formatação historiográfica sirva como força de convencimento da percepção sensível, em outras palavras, é necessário usar elementos atrativos nas aulas de histórias, que façam os alunos, a partir deles, compreender a importância daquele saber histórico para sua vida e sociedade, pois:

O que se entende por isso pode ser exemplificado de maneira bastante trivial. No ensino de história, o saber histórico pode vir a ser percebido pelas alunas e alunos como um ramo morto de sua árvore de conhecimento. Aparece, assim, como massa de informações a serem decoradas e repetidas para satisfazer os professores, com o mero objetivo de tirar boas notas. Perde qualquer valor relativo no modo como as crianças e os jovens pensam seu tempo, sua vida, seu mundo. Em momentos de crise, até mesmo professores de história chegam a admitir que muito de seus conteúdos tratados nas aulas possuem esse caráter disfuncional e que dificilmente desempenharão qualquer papel decisivo em situações concretas da vida, posteriormente. De outro lado tem-se, para satisfação dos professores, a experiência de que o saber histórico pode contribuir para autoafirmação e autocompreensão das crianças e dos jovens ao longo do tempo e de suas vidas próprias (RUSEN, 2007, p. 30).

Fazendo com que esse saber histórico apareça na experiência de vida dos alunos, fica mais fácil o processo de apropriação daquele assunto trabalhado. Ou seja, o material aqui proposto, ao trabalhar a biografia política de Sarney na década 1960, também trará à tona uma parte importantíssima da História do Maranhão. Além disso, a compreensão desse período histórico é de suma importância para entender também os caminhos que levaram para atual história política do estado, fazendo com que o passado também vire o presente.

Por tudo exposto, foi possível perceber como a partir da década de 1980 retomou-se um grande interesse pela biografia como método de investigação da escrita da História. A utilização das fontes também é muito importante na construção das biografias. Dessa forma, a próxima seção refletirá sobre a escrita da História e a importância das fontes, tanto na historiografia como no ensino.

2.4. A Escrita da História e uso das fontes na historiografia e no ensino: o uso dos jornais como ferramenta metodológica no Ensino de História

Um dos ambientes mais importantes para conscientização dos indivíduos é a escola. Considero que a disciplina História tem um papel social em municiar esse aluno de

críticidade. E, diferente do que muitos acham, discutir História Política, principalmente tratando do estado que você reside, é fundamental. O uso de materiais paradidáticos e a utilização de fontes são essenciais na construção dessas aulas.

Por isso, é necessário refletir sobre a importância da História, dos historiadores, das fontes, da disciplina, do professor e dos alunos e, a partir disso, levar novos materiais para sala de aula.

A História, tanto como disciplina escolar como acadêmica, é muito importante para sociedade e para despertar ou elevar o grau de criticidade dos alunos. Ao longo das últimas décadas, a História tem passado por várias reformulações e avanços. Mas, ainda há várias questões a serem discutidas e problematizadas, principalmente no que diz respeito ao ensino.

Michel de Certeau (1982) considera a História como uma prática (disciplina), seu resultado (o discurso) e a relação de ambos sob a forma de uma produção. A História precisa ser encarada como uma operação, que acontece através da relação entre um lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Nos textos não aparecem claramente esses percursos, mas eles se fizeram presentes durante a construção e são fundamentais para o resultado dessa operação.

Nessa perspectiva do autor, toda pesquisa historiográfica se articula com seu lugar de produção, tanto da sociedade, quanto da instituição a qual está inserida. A primeira porque as condições socioeconômicas, políticas e culturais têm influência na produção do historiador. A instituição de onde ele fala e escreve tem muita relevância no produto do seu trabalho, pois, é a partir dela que se orienta teórica e metodologicamente a escrita.

É possível perceber que a escrita do historiador está permeada por vários aspectos que o orbitam. A partir dessa constatação, entende-se a pesquisa histórica como inicialmente o esforço individual do seu produtor, mas quando se torna um texto revela um conjunto de práticas tornando sua fabricação também uma construção coletiva.

Quando você está inserido numa instituição, em um núcleo de pesquisa, você acaba andando por uma linha de orientação daquele lugar, ao mesmo tempo em que a pesquisa pode partir de uma inquietação devido às condições socioculturais as quais você pertence. Percebe-se que se amarra o pessoal com o institucional. Assim se começa a formar a trama da produção historiográfica.

Então vamos analisar primeiramente essa operação a partir da instituição a qual se pertence. Esse lugar te possibilita meios para você realizar essa pesquisa, mas também torna outros meios impossíveis de acordo com sua orientação. E esse é um primeiro ponto muito interessante porque é a partida para o trabalho caminhar ou não.

Após a definição de uma proposta de pesquisa, a primeira coisa a fazer é achar algum professor para orientar esse trabalho, porque se não tiver ninguém com afinidade, torna-se quase impossível prosseguir com tal proposta. Depois esse trabalho precisa se inserir numa linha teórica e metodológica que apresente afinidade com o grupo no qual irá trabalhar. Esse é um exemplo para demonstrar como uma pesquisa sofre influências grandes desde de sua montagem e como é preciso se adaptar com as regras pré-definidas, porque:

[...] a história se define inteiramente por uma relação da linguagem com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os limites que o corpo impõe, seja à maneira do lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto do outro (passado, morto) do qual se fala. (CERTEAU, 1986, p. 77).

Então, o estudo histórico fica mais ligado a um produto de um lugar, do que de uma filosofia pessoal. Ter a ciência disso desde o começo é muito importante, porque a sua escrita também precisa circular e para ter esse espaço é necessário primeiramente ser aceito pelos seus pares. A partir disso, será analisada a sua qualidade em relação as discussões vigentes dentro do tema abordado.

Voltando aos passos dados para começar uma pesquisa histórica, após a escolha do tema é essencial se debruçar para um conhecimento melhor sobre ele dentro da historiografia, a partir dessas leituras e pesquisas é estabelecida a problemática inicial para poder partir para a documentação. Já ter dado esses passos para poder ter contato com a documentação torna o trabalho de seleção menos complexo.

De acordo com Petersen e Lovato (2013), chegar à documentação com uma delimitação prévia do que se quer, significa uma fluidez melhor na busca. Isso não quer dizer que novas problemáticas não apareceram, porque novas questões e hipóteses podem surgir, mas ter um objetivo prévio deixa a pesquisa mais organizada.

Ainda seguindo o raciocínio dos autores, as fontes constituem uma parte fundamental do trabalho do historiador. Antes das problemáticas, são apenas documentos, depois das interrogações e problematizações tornam-se fontes históricas. E falar em fontes significa entender o seu percurso durante os tempos dentro do campo historiográfico.

Há um marco entre as fontes durante e depois da escola metódica, porque esta via como fonte apenas os documentos oficiais e o trato com elas buscavam a veracidade. Os documentos não eram questionados pois eram encarados como depositários da verdade sobre, por exemplo, os grandes feitos políticos ou militares e seus personagens.

Muito se critica sobre esse fazer histórico, mas precisamos entender esses historiadores como homens do seu tempo e frutos do seu lugar, como nos chama atenção Certeau (1982). Então, a sociedade e as instituições que estavam inseridos os levavam a certos caminhos teóricos e metodológicos, pois, “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes são propostas se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 67). A partir do século XIX, essa forma de construção da História e trato com as fontes já não eram mais suficientes. A partir daí, deu-se o chamado processo de ampliação das fontes.

Mas é importante destacar a diferença apresentada por Saliba (2013) entre crítica do documento e análise documental, porque se formos pensar em crítica, como ressalta o autor, já acontecia no século XVII nas pesquisas cartesianas. Esses pesquisadores preocupavam-se em fazer uma severa crítica à fonte para assim testar sua autenticidade e, apresentar suas provas aos seus leitores. A partir dos Annales, não cessou a busca pela veracidade, mas os novos questionamentos levariam muito mais a uma análise documental.

Petersen e Lovato (2013) explicam que a partir da necessidade de inserção de novas fontes na pesquisa histórica, mudou-se também a concepção do que tornaria um documento em uma fonte, porque não seriam mais os oficiais os balizadores dessa orientação, mas sim o trato dos historiadores. A partir daí só aumentou o repertório e, então, toda produção humana poderia ser uma fonte histórica.

No século XX esse processo amplia-se ainda mais, principalmente a partir da terceira geração dos Annales, que propôs novos problemas, abordagens e objetos para “o fazer histórico” e o diálogo com outras áreas (interdisciplinaridade) para haver um alargamento do campo de pesquisa do historiador. Com essas mudanças, houve uma ampliação da noção de documento:

A prática historiográfica alterou-se significativamente as décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos Annales realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico [...]. Os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica, ao mesmo tempo em que incentivaram a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importante, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar (LUCA, 2008, p. 112).

Com o alargamento da noção de fonte, também foi necessário a ampliação dos métodos e das técnicas, pois, com um novo repertório, era necessário criar também formas de trabalhar com elas. Foi possível perceber como em apenas uma fonte tinha-se diferentes respostas e o que mudava era o questionamento do historiador sobre elas e as técnicas utilizadas. “O trabalho do historiador, portanto, é que transforma, um documento em fonte histórica”. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 296). Dessa forma, é mais correto chamar de “fontes para história”, do que de “fontes da história”, porque assim apresenta-se um material problematizado pelo historiador e não como por si só fosse a própria história.

O campo documental do historiador alargou-se, mas os documentos oficiais não foram totalmente abandonados. A mudança foi na forma de analisá-lo, ou seja, mesmo não havendo ali explicitamente a história das classes populares, como nos chamam atenção Petersen e Lovato (2013), na contramão desses silêncios ou ocultações encontra-se o outro lado dessa história.

Ao trabalhar com as fontes, corroborando com Certeau (1982), se está também mudando sua posição e função, por exemplo, quando se trabalha com os jornais até aquele momento ele tem o papel de “informar”. Depois da problematização pelo historiador, surgem novas funções e posições para ele, que até então poderiam ter passado despercebidas.

O historiador tem esse papel sobre a fonte, mas ela também atua fortemente sobre a pesquisa, porque as hipóteses são mutáveis e a fonte é um dos elementos que mais dinamiza a pesquisa. A transformação de um documento em fonte, de acordo com Certeau (1982), é o ponto de partida e a condição de uma nova história.

Quando se trabalha com as fontes, além de se analisar o dito é preciso constatar também o não dito, os silêncios presentes que as vezes são o ponto mais importante para o trabalho, como nos chama atenção tanto Petersen e Lovato (2013), quanto Certeau (1982). Ou seja, o silêncio também fala e confere significado a uma narrativa.

Apesar das críticas à escola metódica a sua busca pela veracidade dos documentos, até hoje na prática historiográfica alguns desses procedimentos metodológicos são usados para verificar a autenticidade e origens deles. “A busca da verdade e da autenticidade pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e da nossa cultura”. (SALIBA, 2013, p. 318).

Outro ponto fundamental é fazer um percurso dessa fonte, ver onde ela foi produzida, quem são seus produtores, quais os seus objetivos. Isso é muito importante para compreender os discursos e silenciamentos presentes. Como uma forma de demonstrar o que foi exposto

nesse tópico, o próximo tratará do jornal como fonte, como uma forma de apresentar na prática esses caminhos metodológicos.

Trabalhar com a imprensa, especificamente os jornais, é enriquecedor para o resgate da participação de grupos sociais em contextos específicos. Ao longo do século XX a concepção e o trato a essas fontes foram mudando, mas ela já era reconhecida antes como importante para escrita da História da Imprensa, “mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa” (LUCA, 2008, p. 111).

Capelato (1988) chama a atenção para o fato de o documento ser fruto de quem e da sociedade que o produziu. A partir dessa perspectiva, todos os documentos podem ser ao mesmo tempo falsos e verdadeiros. Se tratando dos jornais, é com o entendimento desta dualidade que o historiador, ao encará-lo, o interpretará como resultado de uma construção feita por pessoas com orientações políticas, econômicas e sociais, que incidem diretamente na notícia escolhida para ser veiculada.

Isso nos remete ao que Gramsci considera como “jornalismo integral”, ou seja, “que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende criar e desenvolver estas necessidades” (GRAMSCI, 1968, p. 161). A informação, nesse sentido, tem uma influencia muito grande no comportamento humano. Além de criar ideias, ela também tem o poder de modificar conceitos e interpretação preestabelecidos. Dessa forma, os leitores:

Devem ser considerados através de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis a transformação; 2) como elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação (GRAMSCI, 1968, p. 163).

Os meios de comunicação estão numa constante batalha para conquistar o seu público e as suas ações refletem como uma força política. A partir da extrema importância que os jornais tem para construção deste trabalho, é necessário entender as suas participações na História, assim, é preciso primeiramente fazer algumas indagações, essenciais para compreensão de cada posicionamento. Então é necessário saber: quem são seus proprietários, qual é o seu público-alvo, quais os objetivos e recursos usados para conquistar seu público. “A reconstrução dos liames entre a história e a política implica reverter o sentido do que foi

descrito para desvendar os artifícios dos construtores da memória” (CAPELATO, 1988, p. 25).

Nesse contexto de mudança das concepções sobre as fontes, também foi possível trabalhar com a história imediata ou História do Tempo Presente. O historiador não necessitava estar tão distante temporalmente do seu objeto, assim “houve um ‘retorno’ da História Política, nunca totalmente abandonada, mas vítima de significativo ostracismo durante grande parte do século XX” (LUCA, 2008, p.114). Nessas novas abordagens da História Política, os impressos passaram a ser muito importantes na reconstrução dos fatos, por exemplo, no estudo do golpe empresarial-militar de 1964 a na atuação dos meios de comunicação foi muito importante.

Com a chegada do século XX, algumas mudanças aconteceram, uma vez que foram incorporadas máquinas modernas e as funções foram divididas. Assim, teve-se o proprietário, o redator, o editor, diferentemente da produção anterior, na qual, geralmente, um mesmo indivíduo fazia todas essas funções. Isto foi possível porque esse século “[...] se impôs com seu cortejo sedutor de novidades prontamente trazidas para a criação da grande imprensa e a ampliação do parque gráfico” (LUCA; MARTINS, 2012, p. 13).

Neste contexto, a luta política nos jornais não foi abandonada, mas inseriram-se outros gêneros como crônicas, reportagens, conteúdos literários e seções especializadas (esporte, lazer, cultura). Os anunciantes também eram importantes para o financiamento dos periódicos. Com a divisão trabalho, foram necessários mais profissionais, não só os que redigiam o jornal, mas também desenhistas, repórteres, fotógrafos, pessoas para cuidarem da área administrativa e operários que dessem materialidade aos textos.

Na segunda metade do século XX, os veículos eletrônicos de comunicação de massa forçaram os jornais a melhorarem o seu parque gráfico-editorial. Com a competitividade entre vários tipos de mídia, a informação tornou-se também um bem econômico, uma mercadoria. De acordo com Capelato (1988), a “mercadoria política” era o produto colocado no mercado pelas empresas jornalísticas. “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e porque (DE LUCA, 2008, p. 132). O caráter lucrativo tornou-se importante, mas é preciso levar em consideração:

Ainda que tivesse adentrado ao mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos se digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expressos nas causas que

abraçavam, na autoimagem que se esforçavam para construir e no público que pretendiam atingir (DE LUCA; MARTINS, 2012, p. 20).

A imprensa faz uma grande intervenção na vida social e é usada como instrumento de manipulação de interesses. A partir desta constatação o historiador precisa captar o que está por trás das notícias apresentadas nas páginas dos jornais, ou seja, quem são seus produtores e entendê-los como sujeitos portadores de um posicionamento determinado dentro da sociedade, principalmente, politicamente. Dentro desses meios de comunicação se entrelaçam interesses políticos e econômicos, uma vez que:

Jornais, rádios, revistas e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público (DE LUCA; MARTINS, 2012, p. 11).

Na empresa jornalística, dois fatores se correlacionam e o historiador precisa estar atento, pois, incide no produto da notícia: o fator público, político, e o privado, empresarial. Dessa forma, a informação torna-se uma arma de manipulação pelos detentores do seu monopólio. Os compromissos políticos dos empresários-jornalistas não os deixam veicular a informação como deveria, os seus aliados são enaltecidos e a quem fazem oposição são extremamente criticados. Cabe ao pesquisador entender nas entrelinhas essas disputas e como elas são importantes para reconstrução de determinado fato ou momento. Por isso:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1988, p. 21).

Apesar dos avanços conquistados, ainda são necessários mais trabalhos que usem a imprensa escrita como fonte. Não é uma pesquisa fácil para o historiador, pois ele precisará desmistificar toda a roupagem do impresso e como isso incide diretamente na notícia levada

ao seu público. Os jornais têm um poder de persuasão muito grande, então eles não são meros reprodutores de informações, mas sim impulsionadores na construção de opiniões.

Ao veicular suas matérias, eles não são despidos de suas orientações e compromissos políticos. Dessa forma seu trabalho será, principalmente, de formar uma opinião que favoreça os seus. A sua subjetividade não implica na sua importância como fonte para construção histórica, muito antes pelo contrário, é essencial para reconstruir contextos específicos. Ao analisá-los, os seus mecanismos de poder precisam ser resgatados, porque:

A batalha pela conquista dos corações e mentes implica uma forma, muitas vezes sutil e difícil de ser detectada, de manipulação das consciências. O jornal dá ao público o que ele pede, afirmam alguns proprietários, esse argumento oculta, com sutileza, o poder de convencimento que a imprensa detém (CAPELATO, 1988, p. 69).

É possível perceber, a partir do exemplo dos jornais, como a ampliação na concepção das fontes históricas foi muito importante para pesquisa historiográfica. Mas também é importante pensar essas fontes no contexto do ensino de história.

Por tudo já apresentado, foi possível observar a importância das fontes no trabalho de pesquisa do historiador. E nesse alargamento das fontes, principalmente no século XX, os jornais passaram a fazer parte do universo de pesquisa. Então, um documento que em primeiro caso tem a função de “informar”, quando passa pela problematização do historiador, releva várias facetas.

Pensar essas renovações metodológicas na historiografia é muito importante, mas também necessário analisar como levar para ensino de História no ensino básico, porque o trabalho com as fontes em sala de aula requer também um preparo do professor para utilizá-las. Então, ele não é obrigado a adotar a fonte, mas é um caminho metodológico que ajuda a qualificar a prática do ensino, pois, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998), a utilização de fontes auxilia na criação de situações de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Ao usar as fontes no ensino, além de auxiliar na explicação do período histórico estudado, também ampliará o raio da discussão a ser realizada com os alunos sobre o uso das fontes históricas e os caminhos percorridos para que houvesse a sua ampliação, além de aguçar a curiosidade para ter contato direto com a fonte, pois, “o manuseio das fontes é uma ferramenta necessária para poder interpretar, criticar a fonte pesquisada e, conseqüentemente,

construir conhecimento histórico” (RODRIGUEZ, 2010, p. 37). Mas, é importante destacar que a construção deste trabalho:

Não tem a intenção de fazer do aluno um pequeno historiador, mas propiciar reflexões sobre presente-passado e criar situações didáticas para que conheça e domine procedimentos de como interrogar obras humanas do seu tempo e de outras épocas (Parâmetros Curriculares Nacionais de História, 1998, p. 85).

A escola pode ter um papel transformador na formação do aluno e de sua criticidade. Um primeiro ponto é mostrar para os alunos a parcialidade dos jornais e que desde a seleção das suas matérias já é extremamente influenciado pelas orientações. Então, é importante trabalhar o silêncio dessa fonte, pois é essencial para entender a trama que percorre.

Ao trabalhar com um jornal, o professor precisa, num primeiro momento, explicar um pouco ao aluno sua estrutura, fundamental também para compreendê-lo como uma fonte. Ou seja, em uma determinada parte pode ter uma opinião contrária ao que aparece no editorial, por exemplo. Então, é necessário entender que apesar da influência inicial dos donos, ali é uma construção coletiva e nem sempre as opiniões andam alinhadamente.

Rodriguez (2010) nos chama atenção que a partir da década de 1990 aumentaram-se os esforços para aproximar a utilização das fontes do ensino de História. Mas, muito ainda precisa-se avançar sobre esse ponto, pensando desde a formação dos professores, como da constituição do currículo.

Tem-se um tempo mais apertado para trabalhar os conteúdos, então se pensa como ainda trabalhar com fontes dentro desse contexto. Para tentar remediar esse impasse, é interessante pensar a fonte como parte de um determinado tema, claro que não é possível trabalhar metodologicamente em todas as aulas dessa forma.

Como exemplo, vamos pensar nos jornais no contexto do golpe empresarial-militar de 1964. É possível perceber os jornais, não apenas como uma fonte, mas também como um sujeito histórico, e sua historicização pode ser o ponto de partida da aula. Observe essa matéria do jornal *Correio da Manhã* do dia 31 de março de 1964. É uma provocação à população para ficar contra o governo João Goulart, e, na madrugada dessa mesma data ocorreu o golpe de Estado. A partir dessa matéria é possível trabalhar qual interesse desse jornal com esse posicionamento, quem eram seus proprietários e qual sua atuação no jogo político. Enfim, a documentação abre um leque de possibilidades para aguçar o senso crítico e interpretativo do aluno.

Imagem 12: Correio Da Manhã



Fonte: Correio da Manhã, 31 de março de 1964.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango>. Acessado em: 25.07.2018

Imagem 13: Basta!



Fonte: *Correio da manhã*, 31 de março de 1964.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango>. Acessado em: 25.07.2018

Então, quando há problematização dessa fonte e sua inserção no conteúdo trabalhado, também está incitando o aluno a ver os acontecimentos de hoje com mais criticidade. Quando ele pegar um jornal, vai ter a compreensão que aqueles fatos ali não se deram naturalmente e uma notícia estar ali ou não, não é simplesmente algo não passível de crítica. Assim, o jornal deixa de ser apenas um mero reproduzidor de informações e passa a ser visto como um

construtor delas, e suas escolhas incidem bastante na dinâmica da sociedade, ainda mais quando diz respeito ao campo da política.

Nessa perspectiva, o aluno também se verá como uma parte fundamental da história e suas escolhas são importantes para os rumos que a sociedade vai tomar. De acordo com Schmidt e Cainelli (2009), o processo de ensinar a História precisa ser visto como uma dinâmica que visa colocar professores e alunos como sujeitos da história, pensando o aluno não somente como um receptor de conhecimento, mas também como um produtor.

A inserção da utilização da fonte nas aulas⁵⁵ se torna um caminho de facilitação desse ambiente para construção desse aluno. Outro fator importante é como o jornal ajuda também a tentar amenizar um pouco o vácuo deixado da história regional. Voltando ao exemplo do golpe empresarial militar, quando se trabalha esse assunto no contexto nacional, pode-se na atividade pegar uma matéria de um determinado jornal do Maranhão e a partir dele discutir um pouco sobre esse contexto no estado. Se utilizar o jornal *O Imparcial*, por exemplo, o qual tratava o golpe como uma “revolução”, considerava a articulação que destituiu João Goulart da presidência como democrática. Isso tem tudo a ver também com a orientação política de seu proprietário, Assis Chateaubriand, que era alinhado aos golpistas. A partir desse jornal maranhense dá para trabalhar assuntos tanto de cunho nacional, como regional.

Imagem 14: Arrancada democrática contra Jango



Fonte: *O Imparcial*, 01 de abril de 1964, p. 01.

⁵⁵ No próximo capítulo, na seção sobre o material paradidático será mãos aprofundado a discussão sobre a utilização dos impressos na aula de História.

Imagem 15: Líderes da Revolução indicam presidente



Fonte: O *Imparcial*, 05 de abril de 1964, p. 01.

O jornal é um exemplo do universo de fontes que existem na história, e repensar a maneira de ensinar a história é fundamental na melhoria do ensino, no seu papel de “criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção” (PCN’s, 1988, p. 76). É importante achar caminhos para um ensino de História mais libertador e crítico. Para isso, também é necessário pensar possibilidades na estrutura organizacional da escola, porque só pode haver uma grande mudança quando a prática e a estrutura estiverem em harmonia. Por isso, o próximo capítulo será dedicado a compreender a importância da escola na formação cidadã.

CAPÍTULO 3: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ SARNEY COMO FERMENTA METODOLÓGICA PARA ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO.

Este capítulo tem por objetivo discutir questões referentes à relação entre educação e cidadania e apresentar o produto fruto deste trabalho. Na primeira seção haverá uma problematização em torno da relação que foi construída da educação para o exercício da cidadania, como isso realmente se aplica a sociedade e de que maneira é segregadora. Posteriormente, as reflexões serão sobre o ensino médio, analisado sob a ótica da educação brasileira, como atualmente tem sofrido diversos golpes e tentativas de desmonte, principalmente após a aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Após será discutido a importância do Ensino Médio e alguns problemas que o acompanha, será pensado junto com alternativas para sua melhoria. Mas, para que de fato mudanças grandes sejam realizadas, é necessário pensar também em modelos alternativos de escola, por isso a reflexão será feita em torno da *Escola Unitária* proposta por Antonio Gramsci. Um dos caminhos para tentar fazer uma educação para o exercício da autonomia é através da prática do professor, lógico que sozinho ele não tem condição de promover grandes mudanças e muito menos tem que carregar o peso dos problemas escolares, mas o que ele puder fazer para promover pequenas mudanças é muito importante. Assim, para finalizar será apresentado a proposta de um guia didático sobre a Trajetória Política de José Sarney, para auxiliar o professor na sua prática docente.

3.1 A Educação para o exercício da cidadania: problemas recorrentes a essa relação

A palavra cidadania é frequente quando se trata da educação. Na leitura dos vários documentos educacionais, percebe-se, pelo menos teoricamente, uma educação que possibilite o exercício da cidadania. Mas, essa relação precisa ser problematizada e algumas indagações precisam ser feitas, como: Que cidadania é essa? Quais classes sociais são realmente contempladas? Todos têm acesso a mesma educação? Apesar de perante a lei todos os cidadãos serem iguais e gozarem dos mesmos direitos, sabemos que na prática é bastante diferente.

No Art. 2º do Título II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho” (LDBEN, 1996, p. 08). Outra palavra bastante

presente junto com educação e cidadania é trabalho. Então, precisamos refletir como foi construída essa relação.

Ester Buffa (2010) chama atenção para as palavras cidadão e cidadania nos remeterem à Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos, que surgiram durante a Revolução Francesa. Antes, a burguesia, que se caracterizava nesse momento como uma classe emergente, defendia a cidadania como universal, ou seja, seria um direito de todos. Mas, após feita a Revolução, o cidadão pleno será aquele possuidor de propriedades:

Ainda que seja possível caracterizar os tempos modernos a partir da construção de um novo saber, com novos fins, novos métodos, novos conceitos e novas categorias, a partir da elaboração de uma nova religião, ou ainda a partir da formação de Estados nacionais, o fundamental, isto é, o que permite compreender todas essas transformações, é que os homens começam a produzir de outra forma sua vida material. Essa nova produção da vida material engendra, por sua vez, novas relações sociais entre os homens (BUFFA, 2010, p. 14).

Os chamados Tempos Modernos trouxeram consigo novas formas de relações sociais de trabalho e propriedade. O trabalho artesanal perde espaço para as manufaturas. O trabalhador a partir de então venderia sua força de trabalho para o dono da manufatura e o trabalho passou a ser dividido em etapas, sendo executadas por trabalhadores diferentes. “Na manufatura, a mercadoria é produzida pelo trabalhador coletivo, formado pela combinação de muitos trabalhadores parcelares, sob a regência do dono do capital” (BUFFA, 2010, p. 15).

Mas, as manufaturas ainda guardavam características do trabalho artesanal, conservando, até um certo ponto, uma hierarquia entre os trabalhadores sobre o conhecimento da produção. Tendo como base os trabalhos manuais na manufatura, o trabalhador tem um certo controle sobre o processo de trabalho, podendo ainda ser mantido alguns segredos do ofício. Dessa forma, como afirma Buffa (2010), a subordinação do trabalho ao capital tem aí seus limites, pois, com a passagem do artesanal para o manufatureiro não há uma grande mudança no instrumento de trabalho. Diferente de quando a manufatura é substituída pela grande indústria e a máquina passou a ser o instrumento.

Apesar da necessidade do homem para operar as máquinas, esse instrumento de trabalho vai existir independente do trabalhador. Ou seja, para aquela operação não existiram mais segredos de ofícios, apenas uma operação mecânica, que poderá ser ensinada a qualquer um. Dessa forma, não haveria limites na subordinação do trabalhador. A produção capitalista e a ascensão da classe burguesa trouxeram mudanças significativas para sociedade no que diz respeito às relações de trabalho, a propriedade, a noção de cidadania e projetos de educação.

Como já foi citado anteriormente, antes de sua ascensão, a burguesia pregava uma cidadania para todos, mas depois a igualdade tornou-se pautada primeiramente no poder de troca e depois na liberdade jurídica. Ou seja, todos eram iguais porque isso estava na lei, mas sabemos que na prática não havia efetividade. Nesse contexto, para o fortalecimento do projeto burguês, era necessário também pensar na educação, a construção de um novo saber. Primeiramente, houve a laicização do Estado, a separação entre política e Igreja, fé e razão.

No que tange ao projeto educacional, seria diferente para cada classe social. Mas, também, muito importante na construção de uma nova ordem política. A velha ordem (Idade Média) era tratada como a barbárie, enquanto a nova traria a civilização e assim se constituiria o cidadão. Nesse sentido, a educação era vista como central na construção dessa nova ordem política:

A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens. Percebe-se uma constante: a educação passa a ser encarada como o santo remédio, capaz tanto de tornar súditos cidadãos livres, como de controlar a liberdade dos cidadãos. Nos últimos séculos, a distribuição da dose de educação passa a estar condicionada ao destino de cada indivíduo na nova ordem social e a dose de poder que os diversos grupos sociais vão conquistando (ARROYO, 2010, p. 41).

A educação adquire uma centralidade política, no sentido de se esperar dela o preparo do “novo homem” para o novo mercado econômico, social e político. Então, haverá duas propostas de educação, uma para os proprietários e outra para os não proprietários. “Há, pois, no pensamento burguês, uma nítida separação entre proprietários e não proprietários. Só os proprietários é que tem direito à plena cidadania. Aos não proprietários cabem uma cidadania de segunda ordem” (BUFFA, 2010, p. 30). Dessa forma, a educação para os trabalhadores pobres tinha o objetivo de discipliná-los para produção. Ainda corroborando com Ester Buffa, os trabalhadores eram a maioria da população e a eles era dado o mínimo. Tentava-se criar a falsa ilusão de que gozavam de alguns direitos, principalmente após a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão, que foram importantes para consolidação da “democracia” burguesa.

A educação no projeto burguês vai ser o elemento essencial, porque, ao mesmo tempo que passa uma ideia de liberdade, vinda através do conhecimento, também será uma forma de controle. Então, enquanto o sujeito não estivesse apto a participação social, ou seja, não

tivesse vencido a ignorância e aprendido a nova racionalidade, deveria ser conduzido por uma minoria esclarecida e racional, que governaria para o “bem de todos”. Nesse controle social, o peso educativo era muito importante, pois:

Não há dúvida que essa ênfase não é gratuita nem neutra. Por trás dessa relação, sempre defendida na construção da nova ordem, há uma concepção do social e de sua constituição, há ideias e ideias políticas que não podem ser ignoradas, há convenções e compromissos com a ordem social e econômica, com o Estado e com um modelo de cidadania para as classes inferiores. Essa ênfase no peso político da educação está vinculada a opções políticas e a sistemas de pensamentos mais globais que, ao longo de décadas, vêm orientado intelectuais, governantes e educadores em sua prática (ARROYO, 2010, p. 38).

Na perspectiva desse projeto, foi equacionado educação-cidadania, como uma estratégia de exclusão da cidadania plena a todos. Quem não se adequasse a vida moderna, não estaria apto ao convívio social. Por isso, as pessoas tinham que ser preparadas a essa nova sociedade, que ainda estava em construção. Assim, as novas práticas sociais e políticas eram impensáveis sem a educação. Então, ao atrelar educação à cidadania também era uma forma de justificar a exclusão da cidadania para uma grande parcela da população. Por isso, quando se vem fazendo essa relação ao longo dos séculos, como é feita até hoje, é uma forma de continuar legitimando uma educação segregada:

Sem dúvidas que os educadores e a pedagogia não criaram essas justificativas, porém, quando continua se defendendo a vinculação tão mecânica entre educação, cidadania e participação, continua se reforçando aquela lógica mais global em que ambos nasceram vinculados. Passar por alto dessa lógica, global e dos efeitos que ela legitimou e continuar defendendo a educação como ritual sagrado de passagem para o reino da liberdade é uma forma de contribuir para que a cidadania continue a ser negada, reprimida e protelada (ARROYO, 2010, p. 45).

É lógico que essa maioria da população, que não se enquadrava na classe dominante, não assistiu a tudo isso pacificamente. Sua luta não era apenas para subsistência, mas também para ampliação dos seus direitos, como, por exemplo, a propriedade. Era necessário formar uma nova realidade, na qual as suas vidas também pudessem progredir, para não passarem a vida toda estagnados. Mas, a classe dominante tratava de desmoralizar e considerar como barbárie qualquer outra visão histórica que não fosse a sua, enquanto o movimento operário vem mostrando que a barbárie é criada pelo capitalismo, como afirma Arroyo (2010).

A criação de uma educação para povo, sendo legislado pelo Estado, seria uma forma de conter a “desordem” e os enquadrar na sua realidade. Essa educação passava longe de ser para instrução e liberdade, pois quanto mais instruída uma população, menos serão pacíficos aos desmandos que sofrem. Então, a educação nesse sentido é uma forma de conter e não desencaminhar esses trabalhadores do seu trabalho. Assim, a prática educativa moderna se apresenta como um elemento para integrar o indivíduo no social, atrelando essa integração a unidade moral. “A cidadania é vista como aceitação da obrigação moral para convívio harmônico com seus semelhantes. Educar para cidadania se reduz a cultivar o senso do valor moral em cada indivíduo, na criança e nos jovens sobretudo” (ARROYO, 2010, p. 64 e 65). Nesta direção, a cidadania não é para ampliar direitos ou tornar todos iguais, mas sim para dominar e manter uma ordem hegemonia.

O que se percebe é como perdura até hoje essa relação educação, cidadania e trabalho, como condiciona aquele que seguirá os caminhos “certos” da sociedade ou quem se “desviará”. Na letra da lei fica tudo muito perfeito, mas é necessário compreender como essas relações se dão na realidade ao longo da história, principalmente atualmente. É necessário pensar até que ponto essa cidadania segrega ou inclui, quem realmente tem acesso a uma educação que condicione a uma cidadania plena, e, principalmente, porque condicionar a educação antes da cidadania, ou seja, para seu exercício, se há uma grande disparidade educacional entre as classes sociais. Mesmos aqueles que conseguem, apesar se encontrarem nas classes baixas, ter acesso a uma melhor educação, continuam segregados em outros direitos elementares. Apesar de se encontrar na letra da lei, a igualdade entre todos não existe.

Grupos sociais menos abastados para conseguirem ter conquistas, é necessário travar muitas lutas. Tratando-se da realidade brasileira, essas contradições são bastantes intensas, pois incluem conflitos sociais, étnicos, raciais. Arroyo (2010) chama esses grupos de “coletivos sociais” e explica que eles não se sentem incluídos na cidadania como é constituída em nossa sociedade. O autor os usa como exemplo para mostrar os problemas de pensar a educação como pressuposto para o exercício da cidadania, pois são deles que vem as críticas mais radicais a esse sistema educacional:

Podemos perceber que o avanço da consciência e das lutas populares pelos direitos mais básicos da cidadania afeta a educação. De um lado destacando a educação no conjunto das lutas pelos direitos de cidadania; de outro lado fazendo das lutas pela cidadania; de outro lado fazendo das lutas pela cidadania os processos mais eficazes e mais radicais de educação, formação como sujeitos políticos-cidadãos [...] Os próprios coletivos que pretendíamos educar para passarem da condição de subcidadãos, de cidadania condicionada e de educação ao contestarem as relações sociais radicalizadas

de dominação e segregação que continuam pensados e alocados na nossa cultura política e pedagógica. Educar para cidadania perde sentido na medida em que os pensados como ainda não cidadãos se mostram cidadãos ações políticas tão radicais (ARROYO, 2010, p. 95 e 96).

Neste sentido, há uma necessidade de inverter a lógica educação para a cidadania, e passar a pensar em uma cidadania que ajude melhorar a educação, pois, como vimos acima, apesar de não ter acesso a uma educação de elite, os “coletivos sociais” com sua atuação lutam por melhorias que perpassam por mudanças no pensamento político-pedagógico.

Essa construção feita ao longo da História entre educação e cidadania veio carregada de problemas. Por isso, é importante refletir sobre seu caráter dominador e de segregação. Num país em que a educação é extremamente desigual para as classes sociais, é problemático condicionar o exercício da cidadania à educação, porque assim se exclui a maior parte da população.

A questão do trabalho é outro ponto que precisa também de bastante reflexão, pois ao falar que a educação também prepara para o mercado de trabalho, precisa-se questionar que tipo de trabalho e se essa preparação é igual para todos. A educação burguesa separava aqueles que seriam preparados para serem dirigentes e os outros a serem trabalhadores. Se formos pensar, já se passaram muitos séculos, mas, apesar de alguns avanços, hoje estamos voltando a essa concepção.

Analisando a educação atualmente no Brasil, o Ensino Médio requer uma atenção especial, principalmente após a aprovação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas reflexões farão parte da próxima seção.

3.2 O Ensino Médio em Questão

Em 23 de setembro de 2016, o Executivo Federal⁵⁶ envia para o Congresso Nacional a Medida Provisória nº 746/16⁵⁷, que reforma o Ensino Médio. Sua aprovação pelo Senado ocorre em 08 de fevereiro de 2017, sendo sancionada pelo Executivo Federal em 16 de fevereiro de 2017, tornando-se a Lei 13.415. Alguns pontos dela merecem destaque, primeiro a ampliação da carga horária, que deverá ser feita progressivamente para 1400 horas e a oferta

⁵⁶ O presidente da República nesse momento era Michel Temer, que assumiu tal posto após o equivocado *impeachment* da presidente democraticamente eleita, Dilma Rousseff. Com o novo presidente, iniciou-se uma era de reformas, que perdura até hoje no governo de Jair Bolsonaro. Reformas na educação, na previdência, no trabalho.

⁵⁷ Foi elaborada pelo Ministério da Educação e defendida pelo ministro Mendonça Filho, que assumiu a pasta, após a posse de Michel Temer, em 1º de setembro de 2016.

de ensino em período integral. Mas, para que isso se efetive, é necessário investimento na educação, que nesse contexto se torna complicado, principalmente, após:

A aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, ocorrida em dezembro de 2016, que restringe o teto dos gastos públicos por 20 anos, sem falar que os royalties do Pré-Sal já não podem mais ser contabilizados em termos de financiamento para Educação Pública, como preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (DANTAS, 2018, p. 107).

Essa reforma é criada a partir da justificativa de um cenário de “crise do Ensino Médio”, que em função de sua organização curricular e das disciplinas, como dispostas na LDBEN, foi considerado como extenso e superficial. Assim, era necessário flexibilizar o currículo para conseguir sanar alguns problemas do ensino médio, já que, de acordo com o ministro Mendonça Filho e sua equipe, sobretudo na população pobre, um acúmulo de disciplina só serviria para atrapalhar, uma vez que ela não os prepara para entrada no mercado de trabalho.

Interessante que os argumentos se apresentam entres movimentos: a maioria dos jovens que vai a escola é pobre e não se adapta a cultura disciplinar existente; essa cultura esta desvinculada do mundo do trabalho; e ainda, um dos fins dessa escola é aumentar os índices de desempenho dos estudantes dos estudantes nas provas de avaliação, indicadoras do Ideb, portanto, os conteúdos de Matemática e de Língua Portuguesa devem ser dominantes no currículo dessa escola simplificada. Esse argumento é ampliado com os números que demonstram que 16,5% da população jovem seguem para Ensino Superior e apenas 18% concluem cursos em Nível Médio profissionalizantes Esses últimos dados levam a equipe a concluir que por volta de 75% da população jovem ‘torna-se invisível’ para os sistemas educacionais brasileiros e não conseguem ‘sequer uma boa colocação no mercado de trabalho’ (TOLEDO, 2017, p. 192).

Colocar a culpa dessa crise no currículo é muito complicado, porque se existe problemas no ensino médio, ou em todo o ensino básico, há outros fatores muito mais relevantes a serem pensados, como a questão do investimento do governo na escola pública, os problemas estruturais e de acesso a uma educação de qualidade, que não podem ser reduzidos a estruturação curricular. A própria reforma que pretende sanar os problemas do ensino médio é carregada de problemáticas.

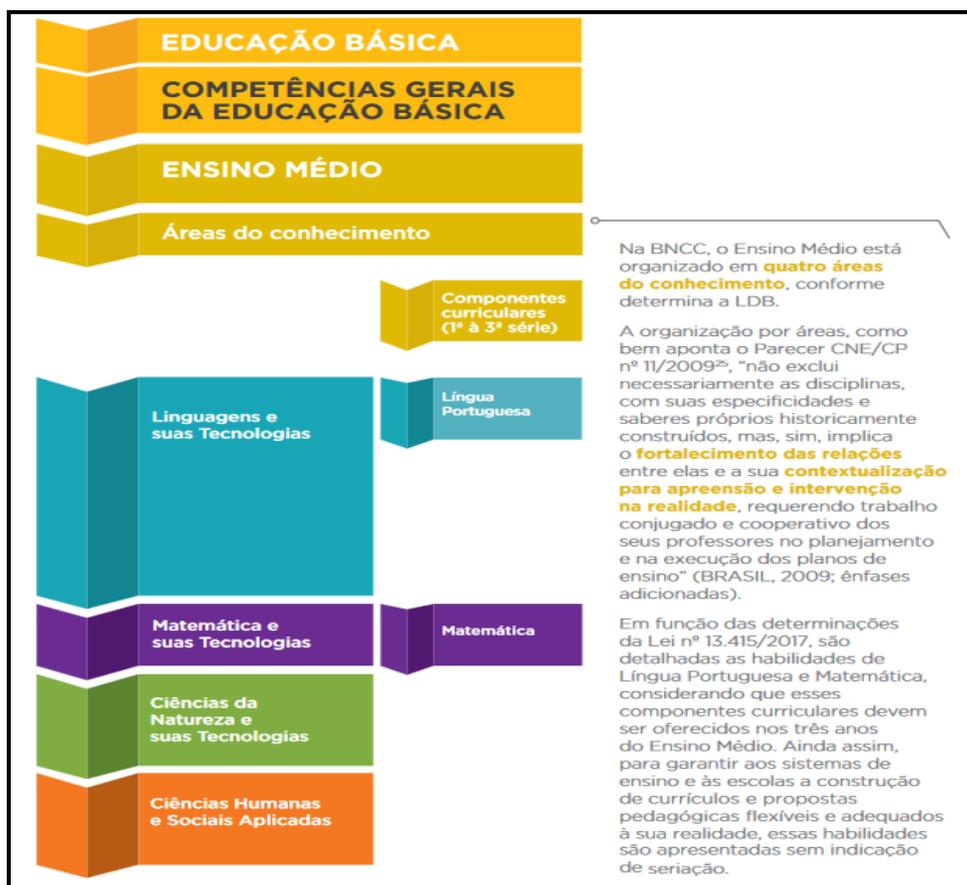
Profissionais com “notório saber” ficam habilitados a dar aulas, ou seja, há uma banalização do papel do professor, pois essa abertura enfraquece a formação, uma pessoa com “notório saber” tem a mesma condição de dar uma aula como aquele que passou por um curso

de graduação ou magistério. É interessante pensar como ficam as práticas metodológicas, se não há uma formação para ocupar esse posto.

Por toda leitura da lei, é possível perceber a ênfase na profissionalização do ensino médio. Além disso, na Lei 13415/17 no Art. 4º, parágrafo 6 e inciso I fica determinado “a certificados intermediários, de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade”. Apenas por essas características, é possível perceber que essa reforma no fundo propõe um desmonte do ensino médio. Nos últimos anos nota-se a tentativa de esfacelamento de um ensino e escola críticos, voltados para garantia da liberdade.

Ainda sobre a Lei 13415/17, quando trata sobre o currículo do ensino médio, deixa a cargo de sua composição a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mas, já orienta com apenas duas disciplinas obrigatórias, português e matemática. As demais serão expressas em áreas do conhecimento, ficando a cargo do aluno escolher pelo itinerário formativo que mais o convir.

Imagem 16: Ensino Médio (BNCC)



Disponível em: <https://www.marcosramon.net/ficcoes/tres-minutos-227-aprovacao-da-base-nacional-comum-curricular>. Acessado em: 25/03/2019

Imagem 17: Competências Gerais da Educação Básica (BNCC)



Disponível em: <https://blog.sae.digital/conteudo/reforma-do-ensino-medio/>. Acessado em: 25/03/2019

Através das imagens é possível perceber como ficaram divididas as competências no Ensino Médio, além das duas disciplinas obrigatórias, a língua inglesa também tem que ser cursada, podendo ser feita em apenas um ano. O aluno que desejar aprofundar o conhecimento em alguma das áreas não obrigatórias, optará pelo itinerário formativo referente ela. A disciplina História encontra-se dentro das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, quanto a essa área:

Na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, ocorre não somente uma ampliação significativa na capacidade cognitiva dos jovens, como também de seu repertório conceitual e da sua capacidade de articular informações e conhecimentos. O desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis -, além de um domínio maior sobre linguagens, o que favorece os processos de simbolização e de abstração (BNCC, 2018, p.547).

Na própria citação da BNCC pode-se constatar a importância do ensino médio para o amadurecimento do conhecimento obtido no ensino fundamental, como deixar a cargo do aluno escolher em que área se especializar, podendo, por exemplo, suprimir disciplinas tão

importantes para formação crítica, investigativa e reflexiva sobre a sociedade. Em relação a História:

Giram os conhecimentos que nos permitem perceber o pertencimento ao tempo e local em que vivemos. As concepções históricas com as quais travamos conhecimento na escola terão, certamente, papel importante na elaboração de nossas visões de mundo e dos conceitos que nos levarão a atitudes e comprometimentos (ou ao descompromisso) em relação às transformações do mundo que vivemos (ABUD, 2017, p. 15).

Compreendendo a educação como um ponto estratégico da sociedade, aqueles que estão no poder a usam como instrumento para resguardar os seus interesses. Neste sentido, uma das áreas mais mexidas são as Ciências Humanas. Como afirma Pereira e Rodrigues (2017), na primeira versão da BNCC, o campo do ensino de História foi o mais visado, porque:

O currículo de História é um produto de escolhas que estabelece um modo de recorrer e dizer o passado; de criar referências ao presente e de estabelecer o que é necessário que se torne uma memória e, conseqüentemente componha uma identidade para todos/as os/as brasileiros/as (PEREIRA; RODRIGUES, 2010, p. 28).

Apesar da Reforma do Ensino Médio e a BNCC ainda não terem sido implementadas, só o fato delas existirem e, principalmente, terem sido aprovadas temos que ficar extremamente atentos, pois por tudo analisado, é perceptível os ataques que a escola brasileira vem sofrendo. A BNCC fragmentou a educação básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, como dispões a LDBEN) ao fazer documentos diferentes para seus segmentos.

Tratando-se das áreas das Ciências Humanas, é ainda mais grave, pois dentro de sala de aula os professores são acusados de doutrinar os alunos, principalmente a partir do aparecimento da organização Escola sem Partido, que surgiu em 2004, a partir de um site que veicula ideias de vigilância e denúncias em relação às “práticas de doutrinação” feitas em sala de aula. Essa doutrinação na verdade é elevar o aluno a uma aprendizagem crítica, que o torne dono de si dentro da sociedade.

Nosella (2016) nos chama atenção para falta de estatuto pedagógico do Ensino Médio, pois não se tem clareza da sua função, se seria para um conhecimento geral, para profissionalização ou apenas uma fase intermediária entre o ensino fundamental e o ensino superior. O autor também critica essa nomenclatura de médio, pois fica a noção de uma fase intermediária, sem tanta importância, quando na verdade é uma fase importante e estratégica.

Temos também que compreender a quem esse segmento está voltado, que é ao jovem/adolescente, logo a sua especificidade pedagógica deveria estar voltada a essa fase tão importante da vida, pois é nela que surgem as necessidades de se descobrir, ter autonomia, adquirir mais responsabilidades, ver com mais criticidade a sociedade e a política. Mas, se recorre no erro de não levar em consideração essas nuances e achar que o jovem vai simplesmente se adaptar ao que está ali imposto, ou seja, “o termo de referência é a sociedade na maneira como está estruturada e o termo esquecido é o próprio homem em sua fase juvenil. Ora, estruturas sociais e desenvolvimento humano devem ser conjugados” (NOSELLA, 2016, p. 21). Então, o Ensino Médio não é apenas uma fase de revisão daqueles que foi visto no fundamental, pois neste segmento acontecem os vários ensinamentos, enquanto no ensino médio esses ensinamentos serão amadurecidos e visto por uma ótica histórico-política mais crítica.

Por isso, o Ensino Médio precisa ter sua autonomia e a sua metodologia precisa levar em conta esse momento tão importante da vida. Se esse segmento fizer um trabalho educacional mais libertário, o jovem conseguirá compreender com mais discernimento que caminho seguir, mas o que se vê atualmente é a maioria desejando ingressar imediatamente numa atividade produtiva. Esse comportamento também é uma consequência da falta de estatuto pedagógico, pois se não existe fica difícil trabalhar corretamente com seu público. Para tentar amenizar esse problema, é necessário refletir sobre:

Dois princípios fundamentais para o ensino de 2º grau: o primeiro, transcendente e geral, é o próprio trabalho moderno, sua história, seus valores, suas leis, a luz de sua potencialidade última, isto é, do bem-estar e da liberdade universais; o segundo, imanente e específico, de caráter didático-metodológico, é o exercício racional e sistemático da autonomia, da criatividade e da responsabilidade humanas. Esses dois princípios (o geral e o específico) precisam ser articulados entre si para formarem a viga mestra do estatuto pedagógico do ensino de 2º grau (NOSELLA, 2016, p. 22).

Nessa proposta, não que o trabalho moderno e seus diferentes aspectos vão sair do ensino, mas ele precisa ser ensinado não como uma imposição, mas de maneira que capacite o aluno para o exercício da autonomia, o que não significa uma ampla defesa da plena profissionalização do ensino médio, pois:

Se a escola pública renunciar a sua função educativa geral educativa geral estará desnecessariamente ajudando ou até mesmo substituindo as organizações prático-educativas em sua função de treino profissional restrito e imediatista, ao passo que o inverso não acontecerá, ou seja, ninguém

substituirá a função educativa-geral da escola pública (NOSELLA, 2016, p. 23).

Em relação ao Ensino Médio, são necessários novos olhares e formulações. Não se pode mais pensar esse segmento de maneira simplista, ou apenas como intermediário, pois nessa fase o jovem está aprendendo a dirigir a sua vida, ter mais maturidade nas suas escolhas, ver a sociedade com um olhar mais crítico:

Torna-se urgente defender a estratégia política de resistência à fragmentação sistêmica do Ensino Médio e a sua profissionalização precoce. Isso passa, dialeticamente, pela denúncia do abandono, por parte do Estado, do Ensino Médio regular, público, de formação geral, onde está quase 90% das matrículas entre os 14 e 18 anos. Infelizmente, cada vez mais se multiplicam atalhos e paliativos escolares que dissimulam esse crime de lesa-formação nacional (NOSELLA, 2016, p. 95).

O Ensino Médio é uma fase estratégica e importante para quais decisões serão tomadas para se iniciar a vida adulta. Esse segmento tem suas características próprias, por isso precisa de metodologias específicas. O ensino tem que continuar sendo universal, a profissionalização precoce só serve para conservar uma sociedade extremamente desigual e com a concentração de renda nas mãos de poucos. A Reforma do Ensino Médio e a BNCC traz uma fragmentação muito prejudicial. Por isso, além de pensar em metodologias, é necessário reavaliar a estrutura da escola, buscar modelos que não permitam sua fragmentação. Dessa forma, a próxima seção tratará do modelo de *Escola Unitária*, proposto por Antonio Gramsci.

3.3 Escola Unitária: novas possibilidades de repensar mudanças para escola

Atualmente, estamos vivendo vários golpes na educação brasileira. Trabalhos que se proponham a refletir sobre alternativas educacionais para tentar minimizar as lesões sofridas, são muito importantes. Compreendo que às vezes o quadro é muito difícil e desanimador, mas se perdermos a vontade de lutar, as coisas vão se tornar ainda muito piores. Por isso, nesta seção será discutida a concepção de escola segundo a teoria gramsciana, como possibilidade de tentar achar meios de reverter nosso quadro educacional.

Gramsci, assim como Marx, quando refletia sobre a educação sempre pensava na associação trabalho/ensino. Para o proletário tomar os meios de produção, era necessário

primeiro haver uma emancipação intelectual, ou seja, ele precisava conhecer todos os estágios da produção. Não poderia haver separação entre trabalho manual e intelectual.

O modo de produção capitalista impôs essa separação, de modo que o proletário executava uma função, mas não conhecia todos os meios que a envolvia. Além disso, via a máquina e seu trabalho apenas como forças mecânicas, não os entendendo também como forças sociais. Para sair desse estágio de dominação física e mental, era necessário também ter o ensino teórico, pois assim teria o domínio do trabalho manual e do conhecimento intelectual que o envolvia.

Dessa forma, não haveria separação entre trabalho e ensino, os trabalhadores seriam intelectuais, que iriam direcionar o movimento revolucionário. Assim, seria possível organizar uma educação libertadora, a qual possibilitaria se desprender dos tentáculos da educação burguesa, na qual o proletário é tratado apenas como uma força de trabalho e não tem espaços abertos para o seu desenvolvimento intelectual.

A sociedade moderna industrial, através da fração de classe burguesa dominante, criou um modelo escolar para os trabalhadores que reforçava sua condição enquanto uma força de trabalho, então lá se aprendia mecanicamente, ou seja, ao estudar a ciência, as máquinas, suprimia-se seu caráter histórico, não dando centralidade ao estudo do homem e sua liberdade.

Para Marx, assim como Gramsci, o modo de produção industrial não tinha que desaparecer de uma hora para outra, ou o proletário deveria simplesmente viver no ócio sem o trabalho, pelo contrário, a tomada de consciência tinha que acontecer dentro da prática produtiva. “Nesse sentido, parte ele do trabalho industrial, da fábrica, da máquina, mas analisando-os como momentos históricos, como relações políticas e sociais e não como autônomas expressões da produção material” (NOSELLA, 2016, p. 199).

De acordo com o pensamento de Gramsci, na civilização moderna, toda atividade prática cria escolas e um grupo de intelectuais especialistas, que ensinam nelas. Com isso, houve uma crise da escola humanista (tradicional), “destinada a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida” (GRAMSCI, 1968, p. 117). O método dessa escola foi perdendo espaço social com a invasão do modelo profissionalista/tecnicista, que para o teórico criou uma identidade pedagógica caótica.

O caráter desinteressado da escola humanista, que foi incorporado na proposta da escola integral, significa um ensino universal, a partir do qual seja possível compreender a história do homem, para assim aprender valores culturais, compreender as estruturas sociais e ter a noção do seu papel na sociedade. Depois desse momento do ensino com caráter

desinteressado, o aluno estaria apto para adentrar o ensino de caráter mais profissionalizante. Só que a tendência da escola moderna:

É a de abolir qualquer tipo de escola desinteressada (não imediatamente interessada) e formativa, ou conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminadas (GRAMSCI, 1968, p. 118).

Gramsci não queria deixar perder a essência metodológica da escola humanista tradicional, como explica Paolo Nosella (2016), mas também não poderia se desperdiçar o espírito eficientista da escola técnico-profissional. Por isso, o caminho para solução da crise era a unitariedade, ou seja:

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1968, p. 118).

O teórico em questão, vivendo no desagregado quadro social italiano, percebendo as fissuras que a sociedade moderna industrial causou, não só no que diz respeito ao trabalho, mas também à conjuntura social e à educação, direcionou sua vida e estudo em busca da unidade perdida na História, ou seja, encontrar caminhos teóricos para recomposição unitária dessa realidade. Isso advinha de experiências vividas antes do encarceramento, pois:

A violenta dicotomia que experimenta durante toda sua vida, até os anos do cárcere, ritma-se dolorosamente na contraposição entre continente explorador e sua província explorada (regionalismo); entre os ricos que podiam estudar e os pobres que não podiam; entre o campo atrasado e estagnado e a cidade moderna e em desenvolvimento; entre o intelectual que pensa e o trabalhador que faz; entre as mãos e a cabeça; entre a prática e a teoria; entre a escola e a oficina; entre o dirigente e o dirigido; entre a cultura 'desinteressada' do intelectual tradicional e a cultura 'interessada' ou estreitamente profissionalizante do operador, do funcionário; entre a direção política e as massas; entre o sujeito (espírito) e o objeto (matéria); entre filosofia política e a economia; enfim, entre o reino da liberdade e o reino da necessidade (NOSELLA, 2016, p. 188).

A *escola unitária* não tem o interesse de separar o trabalho produzido pelo corpo do trabalho produzido pela mente, mas sim fundir a característica formativa-humanista (desinteressada) com a prático-produtiva (interessada). Mas para que isso seja executado plenamente, é necessário haver um equilíbrio entre os dois modelos.

Dessa forma, Gramsci organiza o currículo por faixa etária, ressaltando a importância de cada nível para uma verdadeira inserção dos jovens na atividade social. A escola unitária representa o que são as escolas primárias e médias na educação atual. Além da reorganização do conteúdo e do método de ensino, também aconteceria na disposição dos graus da carreira escolar, ficando organizado da seguinte forma:

O primeiro grau elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções 'instrumentais' da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver notadamente a parte relativa aos 'direitos e deveres', atualmente negligenciado, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção de mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas. O problema didático a resolver é o de temperar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, ao quinze-dezesseis anos, dever-se-ia poder concluir todos os graus da escola unitária (GRAMSCI, 1968, p. 122).

Assim seria possível dar uma formação humanística ou de cultura geral para as crianças e capacitar os jovens a uma maturidade e autonomia, na criação intelectual e prática. As mudanças obtidas no âmbito da escola unitária refletem em toda vida social. A escola está no âmbito da sociedade civil, dentro do Estado Ampliado, sendo um aparelho privado de hegemonia, pois é de suma importância para a conquista ou permanência da hegemonia política e ideológica de uma classe ou fração dela. Então, dentro da escola é formulado consenso favorável à fração de classe que detém o seu monopólio.

A escola da sociedade moderna industrial destinada aos trabalhadores e seus filhos os direcionam para um caminho do trabalho, ou seja, criando o consenso desde cedo que esse é melhor caminho para sua vida e associando o trabalho mecânico à dignidade do homem. Devido as condições em que vive, o aluno acaba acreditando ser esse o melhor direcionamento. Em contrapartida, aqueles que pertencem às classes dominantes têm uma educação mais intelectualizada, destinado a ocupar as mais "altas" profissões. É possível perceber que:

As ‘boas escolas’ para alunos das classes elevadas possuem uma certa ‘unitariedade’, que, porém, é parcial e retrógrada. Parcial porque é universal; retrógrada porque (apesar de sua elevada elaboração pedagógica) não consegue incorporar os valores das classes trabalhadoras. Quanto às escolas populares cujos alunos representam a maioria da população, a unitariedade nem sequer é parcial: o Estado e a direção pedagógica da escola, isto é ‘o verdadeiro’, entram em conflito com o ‘certo’ da sua clientela (NOSELLA, 2016, p. 185).

A escola é um lugar fundamental para a classe (ou fração) dominante criar as bases para que seu projeto se mantenha hegemônico. Então, o modelo educacional da sociedade capitalista industrial visa manter a sua hegemonia. Na nossa sociedade, o caráter consensual é muito importante, por isso na concepção gramsciana, a função da escola é dar bases para a organização dos Intelectuais Orgânicos, que trabalham na formulação do consenso em torno do projeto da classe burguesa. Assim, se faz necessário analisar uma outra discussão muito importante de Gramsci, sobre os intelectuais.

Nas batalhas hegemônicas, os intelectuais são atores fundamentais. “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1968, p. 7). O autor foge da concepção de intelectual como apenas o homem “letrado”, afirmando que em cada atividade humana existe uma concepção de mundo, então não existem os não-intelectuais, porque:

[...] existem graus diversos de atividade específica intelectual [...]. Em suma, todo homem, fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1968, p. 7 e 8).

Para uma classe (ou fração) conseguir se desenvolver plenamente, ela precisa criar seus quadros de intelectuais, estes lhe darão “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]” (GRAMSCI, 1968, p. 3). Uma fração de classe para ser hegemônica precisa dos seus intelectuais, pois eles participam da organização de um dado aparelho privado de hegemonia e através deste reproduz e cria o consenso, organiza a vontade coletiva, e trabalha na nacionalização do projeto ao qual representa.

Gramsci faz a distinção entre os “intelectuais orgânicos” e os “intelectuais tradicionais”, os primeiros “[...] são gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar

consciência e promover sua hegemonia, e ‘intelectuais tradicionais’, que se vinculam instituições que o capitalismo herda de formações sociais anteriores” (COUTINHO, 2011, p. 30). Uma classe que quer ser ou manter-se hegemônica não tem apenas que criar os seus intelectuais orgânicos, mas precisa também assimilar os tradicionais. Para o autor os intelectuais:

[...] são ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população orientação impressa pelo grupo fundamental dominantes à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que asseguram ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa, nem passivamente, mas que é construído por toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1968, p. 11).

O *intelectual tradicional* não significa atraso em relação ao orgânico, pois, “nada mais é que o próprio intelectual orgânico de grupos sociais historicamente preexistentes” (NOSELLA, 2016, p. 177). E o seu valor e peso político consistem justamente por ser competentemente tradicional.

Então, se a classe burguesa cria seus *intelectuais orgânicos* para tornar hegemônico o seu projeto político, a classe trabalhadora para inverter esse quadro também precisa criar os seus, para começar a trabalhar num projeto contra-hegemônico em relação vigente.

Para que o projeto proletário possa vir a ser hegemônico e sejam criados seus quadros de intelectuais, é necessário um desenvolvimento intelectual associado ao seu conhecimento sobre o trabalho que executa. Essa mudança ocorre na escola, através do ensino universal de todos os estágios da produção, para assim estar a apto para detê-los.

Como a escola de modelo burguês não concebe o ensino para os trabalhadores dessa forma, é necessário pensar modelos que superem esse ensino. Assim, Gramsci constrói teoricamente a *escola unitária*, que significa a unidade no ensino, não haveria mais várias formas de modelos educacionais, apenas só um, oferecido a todos, sem distinção. Para escola unitária se efetivar é necessário que o Estado assuma suas responsabilidades, porque:

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca a manutenção das escolares [...] a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública; pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas (GRAMSCI, 1968, p. 121).

Então, acabaria essa divisão entre escola particular e privada, e ensino para trabalho técnico ou intelectual. Todos os aspectos seriam incorporados dentro de um só modelo. Outros aspectos organizacionais também precisam ser repensados, como a prática da escola, ou seja, a estruturação dos prédios, a disposição dos materiais científicos, a formação do corpo docente.

No nosso quadro educacional atual, a educação pública que fica a cargo do Estado, e, está longe desse modelo proposto por Gramsci, porque não vão munir os cidadãos para contestarem seus governos. Então, entra-se na questão de como tentar mudar esse quadro e caminhar para retomada da unitariedade. Bem, Gramsci responde que é pelo trabalho do professor. Mas, vem outra questão também. Se o professor é formado dentro de uma cultura retrógrada como, individualmente, conseguirá romper com essa lógica? “A resposta é: a prática social e profissional do professor deverá ser pedagogicamente orientada por um outro Estado, paralelo (ou antitético), isto é, pelo Partido mais avançado que representa o mundo do trabalho” (NOSELLA, 2016, p. 185).

Vamos compreender isso na nossa realidade, o que me possibilitou hoje estar escrevendo este trabalho para pensar caminhos no ensino de História, que os alunos possam ser mais críticos e conscientes, foi a partir da prática intelectual desenvolvida no âmbito acadêmico, mas eu só consegui ter essas reflexões a partir da universidade. Passei todo caminho escolar dos 04 aos 17 anos de idade numa educação da lógica burguesa para o filho dos trabalhadores.

Quando adentrei ao Curso Superior de História, buscava uma profissão, mas não imaginava fazer reflexões intelectuais profundas. Vinha da lógica que os filhos de pobres precisam trabalhar cedo para ajudar no sustento e o estudo é uma dedicação dos filhos dos ricos. Com os caminhos tomados dentro do curso pude ter uma outra visão do que realmente deve significar o ensino e o porquê da sociedade me estabelecer pré-condições de acordo com minha classe social.

Só que de alguma forma essas reflexões me vieram tarde, depois dos 20 anos de idade. Em alguns casos, não se consegue romper com a lógica da educação burguesa, pois já está extremamente imbricada nas pessoas. A proposta de Gramsci é que essa conscientização já comece a ser construída desde os primeiros anos da escola, para quando o jovem for decidir seu futuro profissional, não se veja apenas com um caminho imposto pela sua condição social.

Enquanto não há um movimento de mudança no nosso sistema educacional, precisamos fazer um trabalho individual, enquanto professores, não é fácil, mas se não dermos os primeiros passos, infelizmente, nada nunca vai mudar.

Gramsci (1968) aponta um problema sobre a fase escolar Liceu (ensino médio), que não se diferencia das fases anteriores, a não ser por enxergar o aluno com uma suposta “maturidade” intelectual e moral. Então, quando há a passagem da vida escolar para a universidade ou o trabalho não há uma passagem racional que associe equilibradamente a quantidade (idade) com a qualidade (maturidade intelectual e moral). Na *escola unitária* essa última fase deve:

ser decisiva na criação de valores fundamentais do ‘humanismo’, autodisciplina intelectual e autonomia moral necessária a uma posterior especialização, sendo de caráter científico (universidade) ou de caráter prático-produtivo. O estudo e o aprendizado dos métodos criativos na ciência e na vida devem começar nesta última fase da escola, e não deve ser mais um monopólio da universidade ou ser deixado ao acaso da vida prática (GRAMSCI, 1968, p. 124).

Os métodos criativos da ciência e da vida não devem ser postergados para universidade, devem começar na escola, na sua última fase, para na passagem da vida escolar posteriormente serem só aprimorados. Essa fase é muito importante no desenvolvimento de responsabilidades autônomas e no fortalecimento do senso criativo. Nesse momento, o discente de fato vai possuir uma maturidade intelectual, descobrindo “verdades” sozinho, tendo a posse do método. A escola nesse sentido também é um espaço para criação, por isso:

A escola criadora não significa escola de ‘inventores e descobridores’; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um ‘programa’ predeterminado que obrigue a inovação e a originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável, como ocorre ou deveria ocorrer na universidade. Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. Por isso, nesta fase, a atividade escolar fundamental se desenvolverá nos seminários, nas bibliotecas, nos laboratórios experimentais; é nela que serão recolhidas as indicações orgânicas para orientação profissional (GRAMSCI, 1968, p. 125).

É possível observar que no modelo da *escola unitária* a última fase do ensino (Liceu) rompe com tipo de aula só em sala, ou seja, os horizontes dos alunos precisam ser ampliados,

na primeira fase teve todo o embasamento do ensino humanista, agora buscar também ser um criador, mas isso não é possível por meio de um ensino fechado, no modelo só da sala de aula. Por isso, a atividade escolar deve acontecer nas bibliotecas, nos laboratórios, em ambientes propícios para criação.

Esse modelo requer primeiramente uma estruturação física da escola, para que se tenham os espaços apropriados para explorar. Segundo uma estruturação logística para esse momento também transcender o ambiente escolar e uma preparação do corpo docente para mediar esse processo, mas deixando os alunos conduzirem suas próprias descobertas.

Durante toda formulação da *escola unitária*, é possível perceber a busca de Gramsci por meio através dos quais a unidade cultural perdida possa ser retomada. Isso requer novas relações entre o trabalho industrial e o trabalho intelectual. A partir do princípio unitário, não haverá modelos educacionais tão díspares, nos quais para uns é dado o direito de despontar intelectual e profissionalmente e para outros é relegado apenas a função como uma mera mão de obra.

O aluno ao sair da vida escolar tem o direito de escolha, se quer uma profissão mais técnica ou mais intelectual. A grande diferença, é que essa escolha não virá de uma imposição social, mas sim de uma decisão própria, fundamentada numa experiência escolar que lhe proporcionou um ensino amplo e uma maturidade intelectual bem desenvolvida.

Enquanto a grande mudança na escola não for feita, Gramsci considera importantes pequenas mudanças, sobretudo na atuação do professor. Através da sua prática ajudar a elevar seu aluno a uma maior criticidade e desenvolver um conhecimento que o traga autonomia. Para isso, o professor precisa de auxílios para aumentar seu repertório de conhecimento e, assim, poder transpor para os alunos. Por isso, a próxima seção será dedicada a explicar o produto, fruto deste trabalho, que auxiliará na ampliação da aprendizagem do professor.

3. 4 A construção do guia didático “A Trajetória Política de José Sarney”

Todas as discussões presentes ao longo desses três capítulos são a base para construção do guia didático “A Trajetória Política de José Sarney (1950-1970)”, que é direcionado ao professor de História do Ensino Médio. Lógico que também é interessante o professor do ensino fundamental ter acesso a esse livro, mas por considerar o Ensino Médio o momento do amadurecimento de alguns conceitos e discussões, o direcionamento maior do conteúdo do guia está voltado para ele.

Esse produto foi criado com a intenção de ajudar na ampliação das discussões dos professores. Primeiro que, além de conhecer mais sobre a biografia política de José Sarney, também poderá compreender a História do Maranhão, no período analisado, pois no ensino de História nesse estado os materiais didáticos privilegiam interpretações sobre o eixo sul-sudeste. O que ainda aparece sobre o Maranhão é se tratando da Badalada, uma revolta ocorrida no período regencial. No mais, os alunos não conhecem a História Maranhão, quando ela surge, é no Ensino Médio, mas com o objetivo voltado para prestação do vestibular a Universidade Estadual do Maranhão, que não aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e mantém os conteúdos sobre a história local na sua prova. Nesse contexto, as escolas particulares formulam apostilas e reservam aulas para essas discussões, enquanto as públicas, se não partir de um esforço pessoal do professor, esses assuntos passam despercebidos. Os alunos que pretendem prestar o vestibular e não tem esses conteúdos na escola, partem para os cursinhos. A História do Maranhão trabalhada nesse contexto dificilmente é problematizada ou feitas reflexões mais profundas com os alunos. Então, fica fadada apenas aquele conteúdo mecânico que é necessário para passar no vestibular.

A política maranhense, principalmente, requer um conhecimento do passado para poder entendermos como se configura atualmente. Tratando-se de José Sarney, um político que começa sua atuação no Maranhão, mas depois vai ganhando projeção nacional e até hoje conseguiu transitar em todos os governos federais que se passaram ao longo dos mais de seus 50 anos de carreira. Mas, geralmente quando se trata de Sarney as discussões ficam fadadas apenas a visão que transita entre o bem e o mal, sem procurar compreender com mais complexidade como sua carreira política, principalmente de 1950 a 1970, é essencial para entender a História do Maranhão. Para trazer a luz essas discussões, o guia didático foi dividido da seguinte forma:

- 1) Introdução
- 2) O jornal como fonte para as aulas de História
- 3) Cronologia
- 4) Capítulo 1: O início da trajetória política de Sarney
- 5) Capítulo 2: A campanha de José Sarney em 1965
- 6) Capítulo 3: Sarney e o Maranhão Novo
- 7) Sugestões pedagógicas
- 8) Conclusão
- 9) Referências

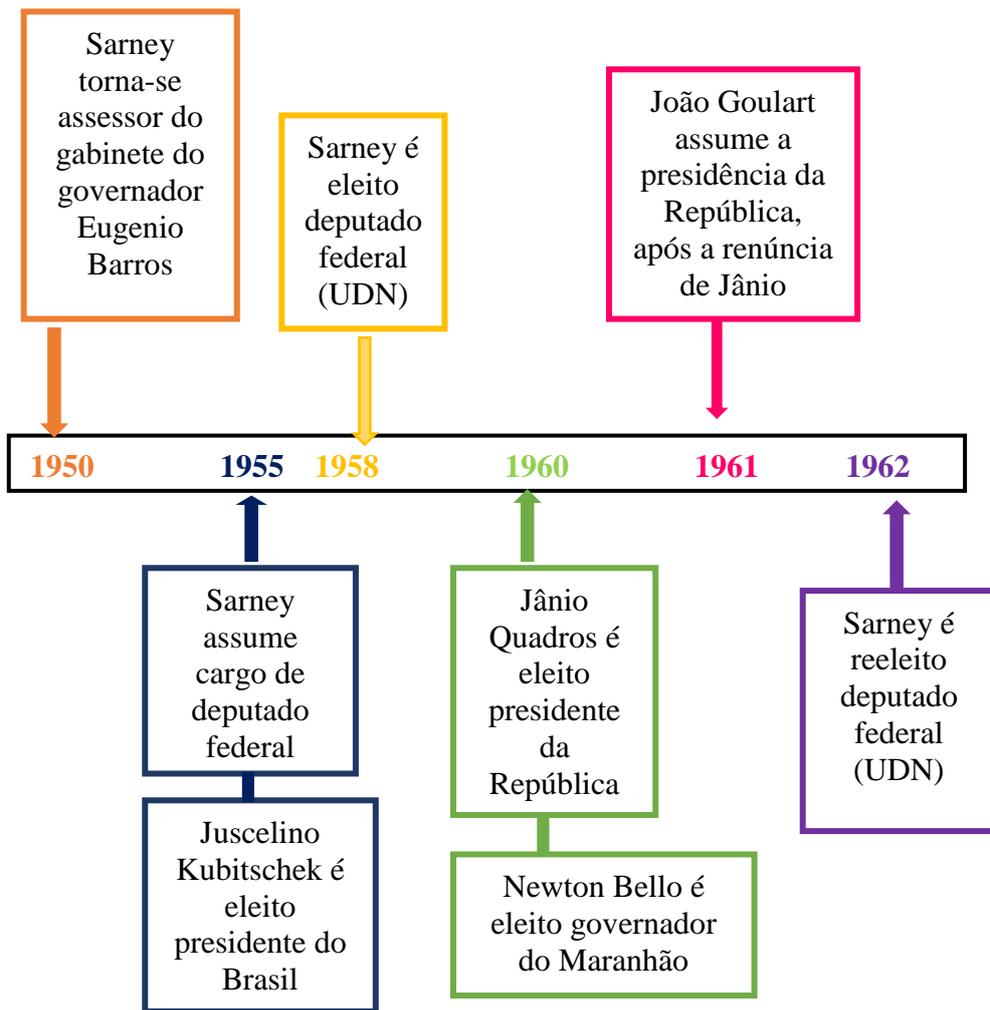
Imagem 18: Capa do Guia Didático

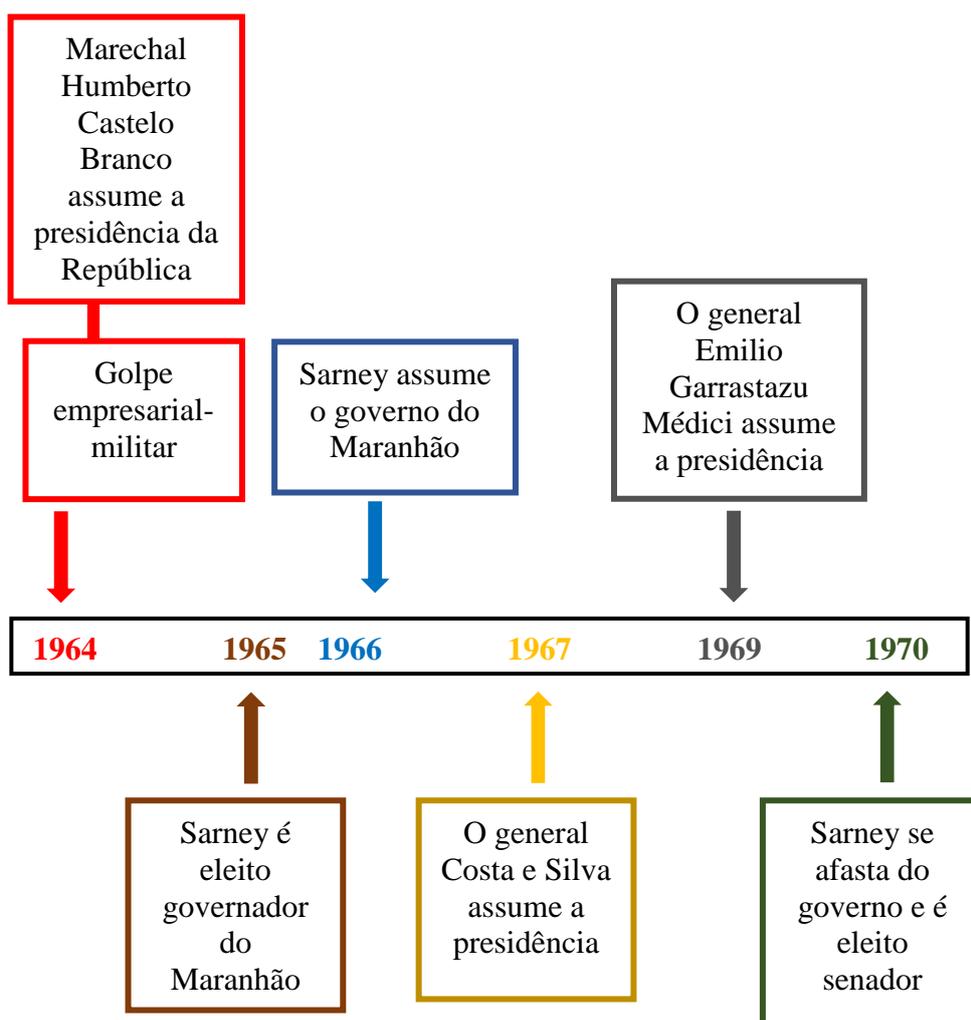


Ao longo do texto, alguns elementos importantes para ampliação da discussão estarão presentes em formas ou caixas de diálogos para chamar atenção do leitor. Durante todos os capítulos será possível observar caixas que nelas conterão informações sobre as principais atuações políticas das outras figuras que fizeram parte da História do Maranhão no período analisado. Como, por exemplo, Oposições Coligadas e vitorinismo são termos específicos desse período histórico da História do Maranhão que necessitam maiores explicações. Também terão formas geométricas utilizadas para trazer informações referentes ao histórico ou explicar determinado posicionamento tomado pelos jornais. As caixas para apresentar os trechos das matérias de jornais, que são as principais fontes na construção da narrativa, e as que servem para ampliar discussões importantes relacionado a algum fato mencionado. Por exemplo, ao falar sobre os Atos Institucionais da ditadura empresarial-militar, era necessário explicar com mais detalhes o que foram. A utilização dessas caixas e formas foi uma estratégia metodológica para fluir melhor a leitura do texto e chamar uma atenção particular a alguns pontos importantes.

Na **Introdução** são apresentados o tema, objetivos, hipótese e as fontes, também é feita uma discussão sobre História e Biografia, para explicar o porquê dessa relação para construção de um guia didático para Ensino de História.

Logo após, vem a seção ***O jornal como fonte para as aulas de História*** em que estão presentes as possibilidades de utilização dos jornais nas aulas de Histórias. É sabido que as fontes são recursos metodológicos importantes nas discussões historiográficas. Ao serem incorporadas no ensino, ajudam a enriquecer os conteúdos e promovem mais dinâmica nas aulas. Na ***Cronologia*** foi feita uma linha do tempo para apresentar os principais acontecimentos políticos presentes na construção do texto, como pode ver abaixo:





No capítulo 1, *O início da trajetória política de José Sarney*, foi apresentado um pequeno texto sobre sua vida até quando cursava o Ensino Médio. Posteriormente, começa a discussão a partir de 1950, momento que adentra a vida política maranhense. Primeiramente, sendo assessor do gabinete do governador Eugenio Barros e se filiando ao Partido Social Democrático (PSD), conseqüentemente, aderindo ao grupo político vitorinista. Na sua primeira tentativa (1954) para concorrer ao legislativo federal, não tem sucesso, ficando na suplência e assumindo o cargo em 1955. Em 1954, entra em divergência com o grupo vitorinista por não aceitar o plano de eleger o empresário e político paraibano, Assis Chateaubriand, para senador do Maranhão. Sendo assim, muda de partido, para União Democrática Nacional, e começa a fazer parte das Oposições Coligadas maranhense, elegendo-se deputado federal em 1958. Com a chegada ao Executivo Estadual de Newton Bello (PSD), Sarney tora-se porta voz entre o governo estadual e federal. Também é destacada a posição de Sarney diante dos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Então, é

apresentado como construiu sua carreira política, como atuou e quais alianças foram feitas até chegar em um dos momentos mais importantes de sua carreira. Para finalizar o capítulo, é analisada a construção da sua campanha para o governo estadual em 1965 e o espaço que tinha nos jornais maranhenses *O Imparcial e Jornal Pequeno* para realização de sua campanha. Além da atuação de José Sarney, também foram trabalhadas outras figuras importantes, como Vitorino Freire, para assim compreender como aconteceram importantes fatos da História Política maranhense.

O capítulo 2, *A campanha de José Sarney em 1965*, é todo dedicado aos fatores que foram essenciais para José Sarney chegar ao governo do estado, principalmente porque aqui está a maior exploração das fontes presentes no Guia didático. Então, para chegar a sua vitória, três fatores foram fundamentais: o golpe empresarial-militar, a campanha feita pelos jornais e a sua atuação pessoal. Até 1965, o cenário político maranhense era dominado por Vitorino Freire e seu grupo político. Na segunda metade da década de 1960, nota-se um enfraquecimento desse grupo até chegar ao seu fim, principalmente por dissidências internas. Sarney era o candidato da oposição e emergia nesse cenário como uma espécie de salvador, pois aos governos do grupo vitorinista as acusações eram de corruptos, fraudulentos, que só trouxeram o atraso para o estado. Para materializar sua campanha, o candidato em questão cria o slogan “Maranhão Novo” e baseia seus discursos principalmente no contraponto entre o velho e o novo, o atrasado e o progresso, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Somado a isso, não figurava nenhum candidato com capacidade de derrotá-lo nas urnas, pois o PSD, que naturalmente seria seu maior rival, não lançou candidatura e seus dois principais membros, Vitorino Freire e Newton Bello, apoiavam candidatos diferentes, filiados a outros partidos. Então, os jornais além de fazer uma grande campanha para Sarney, também exploram as dissidências dos seus rivais. A importância dada aos jornais parte do fato de serem ricas fontes históricas e, ao mesmo tempo, sujeitos históricos, o que corrobora com o conceito de *Estado Ampliado* de Antonio Gramsci, analisando os jornais como *aparelhos privados de hegemonia*, essenciais na formulação do consenso dentro da *sociedade civil*, no caso deste trabalho, para tornar o projeto político de Sarney hegemônico. Lógico que no guia didático essa teoria não aparece explicada na sua forma complexa, mas está diluída na maneira como construiu a análise dos fatos.

Outro fator de extrema importância para a vitória de Sarney é o golpe empresarial-militar de 1964, pois ele obteve todo apoio do governo do marechal Humberto Castelo Branco, por ser o candidato mais propício para representar os interesses do governo federal no estado. A intenção também foi de fazer perceber como Sarney consegue transitar em todos os

governos e se aliar aos mais diferentes grupos políticos. Por fim, será apresentado um gráfico que mostra como em 1965 aumenta consideravelmente o desempenho de Sarney nas urnas.

No capítulo 3, *Sarney e o Maranhão Novo*, será analisado como foi montado o “Maranhão Novo” e como os jornais continuaram atuando. Com a instalação de Sarney no governo do estado e a montagem dos seus planos de governos, fica mais claro o seu alinhamento com o projeto político do governo federal. As suas primeiras ações foram voltadas para reformar a máquina administrativa e trazer técnicos e secretários conceituados para mostrar a eficiência do seu governo. No primeiro ano, em 1966, os jornais *O Imparcial e Pequeno* continua no trabalho do fortalecimento da imagem do agora governador, o caminho era mostrando como estava construindo as bases de bom governo e buscando incansavelmente recursos e melhorias para o Maranhão. Após seu primeiro ano de governo, o *Jornal Pequeno*, antes seu aliado, torna-se oposição, começando uma queda de braço com Jose Sarney, que no fim tornou-se um caso levado para justiça. Sarney também compra um jornal, o *Jornal do Dia*, que já o apoiava desde 1964. Então, também é mostrado como nos anos de 1968 e 1969 esse jornal atuou com grande intensificação na promoção do governador. Em relação as realizações do governo, elas são apresentadas, mas também é problematizado se realmente aquele Maranhão, que seria novo, apresentado em 1965, de fato se concretizou e como as obras realizadas por Sarney foram boas ou não para sociedade maranhense. Em 1970, entregou o governo para o seu vice, para concorrer ao Senado. Na finalização desse capítulo, além de trazer uma reflexão sobre alguns pontos do governo de Sarney, é feito um quadro no qual é apresentada a relação de Sarney com os governadores que o sucederam até os dias atuais. Através desse quadro, é possível perceber a sua forte influência na política maranhense, principalmente com sua filha comandando o Executivo Estadual por três vezes. Como a análise da sua biografia política é finalizada, no guia didático, em 1970, foi construído um organograma para mostrar os principais postos políticos ocupados até hoje.

O conteúdo do guia didático não é para enaltecer nem desmoralizar o político em questão. Mas sim, para servir como um instrumento de aumento no repertório do professor e trazer mais enriquecimento as aulas de História. Ele não dirá o que fazer, mas dará um exemplo de como fazer. Pois, no seu desenvolvimento, o professor terá acesso as fontes históricas, como os jornais maranhenses, ao debate entre os especialistas sobre o tema, a trajetória política da História recente do Maranhão, aos dados da vida política de José Sarney e às sugestões metodológicas para aplicabilidade deste rico material em sala de aula. Através disso, ele terá um exemplo das possibilidades de como trabalhar com biografias políticas e jornais em sala de aula. Nunca esquecendo que ao trabalhar com os jornais precisa ter o

cuidado de o historicizar para compreender determinados posicionamentos e com as biografias não reproduzir discursos do senso comum. Sempre é necessário buscar a problematização e criticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, exigência para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), tem várias ramificações que precisam ser repensadas. Então, não considero esse trabalho um fim, mas sim um começo, uma incitação a muitas outras questões que envolvem o Ensino de História, principalmente no tocante a História do Maranhão.

Nosso programa de pós-graduação, por ser um mestrado profissional, tem uma peculiaridade em relação aos programas acadêmicos, pois além da dissertação nos propusemos, a maioria, a construir produtos como resultados de nossas pesquisas.

No que se refere a esses produtos, confesso que no começo foi algo bem novo e desafiador, pois, a grande questão era: como fazer? O que realmente é? Será se vai ter aplicabilidade? Então, a cada turma que avança, professores e alunos aprendem um pouco mais sobre ele e como o construir de uma maneira produtiva.

As nossas discussões acadêmicas dificilmente ultrapassam os muros da universidade e o nosso mestrado tem o objetivo de procurar caminhos para ultrapassar essa fronteira. Dessa forma, a criação dos produtos seja guias didáticos, paradidáticos, blogs, dicionários, documentários, foi a forma encontrada de colaborar para uma melhor construção do Ensino de História.

Por isso, o produto deste trabalho foi um guia didático direcionado ao professor de História, que servirá para o auxiliar. No começo várias dúvidas surgiram, de como trabalhar a temática sobre José Sarney dentro da sala de aula. Visto que se tratando dessa figura, surgem as mais diversas emoções, do amor ao ódio. Então, veio a questão como falar dele sem atacar ou o tratar como um deus, já que ninguém consegue ser imparcial, principalmente quando se trata de política.

Bem, para analisar sua trajetória política e junto com ela ver fatos importantes sobre a História do Maranhão, as fontes, os jornais, foram essenciais. Ao serem utilizadas no guia didático, ao mesmo tempo em que completam a problematização que permeia a narrativa, também apontam ao professor a importância das fontes na História e mostram uma possibilidade de como elas podem ser trabalhadas também com outras temáticas.

O guia serve também para ajudar a melhorar um problema crônico que existe no estado do Maranhão: o ensino ser pautado em materiais que privilegiam interpretações da História do eixo sul-sudeste. Muitos alunos saem da educação básica sem sequer terem visto

alguma coisa sobre a História do Maranhão e, quando vê, geralmente é apenas sobre a Balaiada, que está presente no conteúdo sobre as revoltas no período regencial.

Não podemos deixar perpetuar um ensino no qual o aluno não tenha conhecimento de como se construiu a História de onde ele vive, a sociedade que participa, toma decisões. Dessa forma, professores e pesquisadores não podem cruzar o braço diante desse problema, deixando suas pesquisas enclausuradas no ambiente acadêmico.

Diante dos vários golpes que a educação vem sofrendo nos últimos tempos, é necessário irmos à luta e procurarmos alguma forma de resistência. Não adianta nos darmos por vencidos e deixar, por exemplo, organizações como Escola sem Partido fazer mais estrago do que já fez nos nossos jovens.

Mas, essa luta não pode ser deixada para amanhã, pois enquanto a Reforma do Ensino Médio e a BNCC não forem implementadas, ainda temos algum espaço para tentar desenvolver um aluno que tenha autonomia diante de suas escolhas na sociedade, através de um ensino criativo e crítico. Apesar de saber que sou apenas uma gota no oceano, nesse momento, a minha contribuição é o guia didático Trajetória Política de José Sarney (1950-1970). Espero estar podendo dar uma boa contribuição para o nosso tão importante e ao mesmo tempo atacado por aqueles que preferem uma sociedade alienada, Ensino de História.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Jornais: *O Imparcial*, *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia*

Publicações de 1964 a 1970

Acervo da Biblioteca Benedito Leite

Deputado José Sarney reafirma sua candidatura ao Governo do Estado, *O Imparcial*, 27 de março de 1964.

Arrancada Democrática contra Jango Fonte, *O Imparcial*, 01 de abril de 1964, p. 01.

Líderes da Revolução indicam presidente, *O Imparcial*, 05 de abril de 1964, p. 01.

Vitorino Freire formalizou seu definitivo rompimento com o Governo do Estado, *O Imparcial*, 03 de julho de 1965.

Diretório Nacional do PSD decretou intervenção no Diretório Maranhense, *O Imparcial*, 17 de julho de 1965.

Com Sarney Maranhão deixará de ser capitaneado por corruptos, *O Imparcial*, 21 de setembro de 1965.

O Dia da Libertação, *O Imparcial*, 03 de outubro de 1965.

Imagem de Sarney, *O Imparcial*, 1965.

Imagem de Sarney, *O Imparcial*, 1965.

Imagem de Sarney, *Pequeno*, 1965.

Seção Espírito de Porco, *Jornal Pequeno*, 20 de maio de 1964.

Seção Espírito de Porco, *Jornal Pequeno*, 13 de junho de 1964.

Acontecimento de maior realce, *Jornal Pequeno*, 19 de junho de 1965.

Charge do Foguete, *Jornal Pequeno*, 1965.

Sarney mantém a disparada, *Jornal Pequeno*, 1965.

Derrota de Newton e Vitorino, *Jornal Pequeno*, 06 de outubro de 1965.

Seção Espírito de Porco, *Jornal Pequeno*, 12 de janeiro de 1965.

Sarney está construindo de fato um Maranhão Novo, *Jornal do Dia*, 1968.

Sarney é uma esperança para nação, *Jornal do Dia*, 1968.

Sarney inaugura Novo Era, *Jornal do Dia*, 1968.

Comunicado de afastamento a presidência, *O Imparcial*, 09 de maio de 1970.

Legislação

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Obras Gerais:

ABREU, Alzira Alves de et (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>.

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984) -2.ed.-Petrópolis: Vozes.1984.

BITTENCOURT, Drielle Souza. **Jornal O Imparcial:** o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de José Sarney (1964-1966). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2016.

BONFIM, Maria Núbia. **Do Velho ao Novo:** Política e Educação no Maranhão. Dissertação de Mestrado - Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados. Rio de Janeiro, 1982.

BORGES, Vavy. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BUFFA, Ester. ARROY, Miguel. NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania:** quem educa o cidadão? – 14 Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

BUZAR, Benedito B. **O vitorinismo:** lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luis: Lithograf- Indústria Gráfica e editora Ltda, 1998.

____. **Vitorinismo e Oposicionistas.** São Luis: Lithograf, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

____; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino:** imprensa e ideologia – o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

____. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História:** ensaios de metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In:_____. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”. A Trajetória Oligárquica Sarney.** Mimeog, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

____. **O leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, mídia e oligarquia:** poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luis, 2007.

DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos:** um retrato do Brasil na era Sarney. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DREIFUSS, René. **1964:** A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney:** biografia. São Paulo: Leya, 2011.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História:** ensaios de metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997

GONÇALVES, Maria de Fátima. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luis: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere,** vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas,** São Luis, UFMA, v. 11, nº1, p. 1-21, janeiro-junho de 2007.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta (org.). **Usos e abusos da História Oral** – 8. Ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEVILLAN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2016

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; MARTINS, Ana Luiza. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil** – 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, Sonia. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan/jul, 2014, p. 27-43.

_____. FONTES, Virginia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci** – 5 ed. Ampl. – São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Ensino Médio**: a luz do pensamento de Gramsci. – Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2016.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Ensino de História e passado prático: notas sobre a BNCC. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi (org.). **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PETERSON, Silvia R. F.; LOVATO, Bárbara H. Fontes para a História: opacidade do transparente. In: PETERSON, Silvia R. F (org.). **Introdução ao Estudo da História**: temas e textos. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

RÉMOND, René. Do Político. In: _____. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com as fontes documentais. IN: COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (orgs.). **Fontes e métodos em História da educação**. Dourados: Ed. UFGD, p. 35-48, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanazi. LUCA, Tania Regina de. (org). **O historiador e suas fontes**. – I ed. 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

SCHMIDT, Benito. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2ª Edição, São Paulo: Scipione, 2009.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**. São Luís: edições SECMA, 2007.

SILVA, Juremir Machado. **1964: Golpe Midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 5º edição, 2014.

SILVA, Kalina. Biografias. In: PINSKY, Carla Bassanazi. LUCA, Tania Regina de. (org). **O historiador e suas fontes**. – I ed. 3º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, Worney. **Presidentes do Brasil**. São Paulo: Discovery, 2017.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O Ensino Médio no Brasil: uma história de suas finalidades, modelos e sua atual reforma. In: MACHADO, André Roberto de; TOLEDO,

Maria Rita de Almeida (orgs.). **Golpes na História e na Escola**. São Paulo: Cortez: ANPUH SP, 2017.